



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: UM
OLHAR CRÍTICO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO
PROGRAMA PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS
NO MEIO CAMPESINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luciana Pinto Fernandes

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: UM OLHAR
CRÍTICO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA
A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO CAMPESINO**

Luciana Pinto Fernandes

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Menezes Pereira

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernandes, Luciana Pinto

Projovem Campo - Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre. / Luciana Pinto Fernandes.- 2015.

210 p.; 30cm

Orientadora: Sueli Menezes Pereira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2015

1. Questão agrária 2. Política pública educacional 3. Educação do Campo 4. Jovens I. Pereira, Sueli Menezes II. Título.

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Luciana Pinto Fernandes. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: pintofluciana@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: UM OLHAR CRÍTICO
SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A
PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO CAMPESINO**

elaborada por
Luciana Pinto Fernandes

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:



Sueli Menezes Pereira, Dra.
(Presidente/Orientadora)



Marlene Ribeiro, Dra. (UFRGS)



Ane Carine Meurer, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 17 de abril de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todos que lutaram e ainda lutam pelos direitos das pessoas do campo no Bico do Papagaio e a todos os jovens camponeses, que, diante das dificuldades não desistiram da educação. Desejo que este trabalho seja útil, principalmente, como material didático-pedagógico ao ProJovem Campo – Saberes da Terra, para que o Programa venha contribuir, cada vez mais, na formação humana, intelectual, social, política e profissional dos jovens camponeses.

AGRADECIMENTOS

A professora Dra. Sueli Menezes Pereira
por ter me recebido de braços abertos e não ter medido esforços para
contribuir, neste trabalho, com o seu melhor.

Aos professores Marlene Ribeiro, Ane Carine Meurer e César De David,
pelas contribuições na banca de qualificação do projeto de dissertação.

Aos docentes e a coordenadora pedagógica do ProJovem Campo –
Saberes da Terra, da Escola Estadual Boa Sorte,
especialmente aos egressos do Programa,
por toda ajuda e contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, José Fernandes Neto e Ariceia Pinto Fernandes,
e ao meu filho, Heitor Rene Salomons Fernandes Sens,
por serem a minha família!

Um grande Sofrimento
torturas e humilhações,
espancamentos e prisões,
invadiram as Moradas dos pobres!
Gemidos e Clamores de Pavor
fecundaram a Esperança Libertadora.
Manoel, lavrador-posseiro,
esposo de Maira Raimunda,
Estava atordoado e sem rumo,
Maria Raimunda, grávida,
não sabia para onde ir.
Maria e Manoel, enxotados a fuzis
marcharam na solidão.
Maria Raimunda deu à Luz uma criança.
Os monstros Poderosos
queriam o sangue de todos os Pobres.
Terrível foi o despejo.
Enquanto as casas eram queimadas,
Os inimigos da Vida diziam:
“onde está o Deus de vocês?”
“Por que Ele não vem socorrer vocês?”
“onde estão os padres e as irmãs, seus defensores?”
Os grandes e poderosos
Nunca exterminarão a vida dos pobres.
O pobre vive e viverá para sempre.
Da nossa luta sai a Vida Nova,
surge o Mundo Novo, uma nova terra, a Justiça.

(Trecho da Poesia “Uma criança veio à luz” de Pe. Josimo Morais Tavares)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO CAMPESINO

AUTORA: LUCIANA PINTO FERNANDES
ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA
Santa Maria/RS, 17 de abril de 2015

A dissertação “ProJovem Campo – Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do Programa para a permanência dos jovens no meio campesino”, acompanhou os jovens egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, da Escola Estadual Boa Sorte, no propósito de analisar sua contribuição, para a permanência dos jovens em comunidades rurais. Nesta perspectiva e tendo como objetivo: “Compreender o papel das políticas públicas educacionais voltadas para o campo na contribuição da promoção da qualidade de vida de suas comunidades e na permanência do jovem no meio rural”, utilizou-se de pesquisa qualitativa do tipo, estudo de caso, para o que valeu-se de pesquisa documental e questionários. Para cumprir com o objetivo, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “Brasil: um continente de terra e de gente sem terra” realiza uma revisão histórica, dividida em seis momentos da questão agrária no Brasil. Nele concluímos que, a concentração da propriedade da terra em nosso país, foi organizada historicamente e privilegiou parte da população brasileira. O segundo capítulo, “Educação do Campo e o ProJovem Campo – Saberes da Terra: Luta, reflexão e análise – uma proposta de educação para as comunidades campesinas” identifica as características e as propostas do Programa como política pública educacional para a permanência dos jovens nas comunidades campesinas, a partir do Curso de Nível Fundamental integrado à qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. O terceiro capítulo trata dos resultados da pesquisa em si, intitulado “O jovem camponês povoando o campo brasileiro – realidade ou utopia? Uma análise da política pública educacional voltada para o campo”, no qual concluímos que, o Programa proporcionou aos jovens egressos um novo olhar em relação às comunidades campesinas, interligou os jovens a uma qualificação social e profissional e gerou expectativas para que permanecessem no campo, a partir do trabalho e das condições de vida e bem-estar proporcionadas pelo meio rural. Constatamos também que, no decorrer do Programa foram apresentadas dificuldades, como o alto índice de evasão e o difícil acesso, realidade que, para as próximas turmas do Programa, devem ser analisadas e acompanhadas. Além disto, concluímos que a intenção do Programa, a partir de sua estrutura educativa e do trato pedagógico ofertado, é que mais jovens permaneçam no campo, fixando moradia, contribuindo com seu trabalho para a geração de renda e bem-estar de sua família e de sua comunidade.

Palavras-chave: Questão agrária. Política pública educacional. Educação do Campo. Jovens.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Program of Master's degree in Education
Federal University of Santa Maria

PROJOVEM FIELD – KNOWLEDGE OF THE EARTH: A CRITICAL LOOK AT THE PROGRAM CONTRIBUTION TO STAY YOUNG PEOPLE IN THE MIDDLE CAMPESINO

AUTHOR: LUCIANA PINTO FERNANDES

ADVISER: SUELI MENEZES PEREIRA

Santa Maria/RS, April 17th, 2015.

The dissertation "ProJovem Field - Earth Knowledge: a critical look at the program's contribution to the permanence of young people in the middle peasant" accompanied the ProJovem Field young graduates - Earth Knowledge to analyze the contribution that the program had for their stays in the field. In this perspective, with the objective: "To understand the role of educational public policies related to the field in promoting the quality of the contribution of life of their communities and youth to remain in rural areas", we used qualitative research study type case. Therefore, drew on desk research and questionnaires. To meet the goal, this paper is divided into three chapters. The first, entitled "Brazil: a continent of land and people without land", a historical review, divided into six moments of the agrarian question in Brazil, it concluded that the concentration of land ownership in our country was organized and historically privileged part of the population. The second chapter, "Rural Education and ProJovem field - Knowledge of the Earth: Fight, reflection and analysis - a proposal for education for communities" identifies the characteristics and the proposals of the program as an educational public policy for the permanence of young people in communities peasant, from the Integrated Primary Course Social and Professional Qualification in Family and Sustainable Agriculture. The third chapter deals with the search results themselves, entitled "The young peasant populating the Brazilian countryside - reality or utopia? An analysis of public education policy focused on the field ", in which we concluded that the program provided the young graduates a new look in relation to rural communities, interconnected youth to a social and professional skills and raised expectations to remain in the field, from the working and living conditions and well-being provided by the countryside. We also note that during the program were presented difficulties, as the high dropout rate and the difficult access. Reality for the next class of the Program should be analyzed and monitored. Furthermore, we conclude that the intent of the program, from its educational structure and offered pedagogical approach, is that more young people to stay on the field, establishing housing, contributing their work to generate income and well-being of your family and of their community.

Keywords: Agrarian question. Public education policy. Rural education. Young.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Evolução da população brasileira – 1500-1800.....	49
Tabela 2 – Dados da população do Tocantins dividida em Microrregiões	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	– Mapa de localização do município de Araguatins/TO	31
Ilustração 2	– Mosaico com fotos do NPA III – Boa Sorte	33
Ilustração 3	– As primeiras capitâneas hereditárias	54
Ilustração 4	– Mapa com a divisão do Estado do Goiás e criação do Tocantins..	61
Ilustração 5	– Mapa de localização da mesorregião do Bico do Papagaio	71
Ilustração 6	– Mapa de localização do território que ocorreu a Guerrilha do Araguaia	85
Ilustração 7	– Mapa de localização da microrregião do Bico do Papagaio	94
Ilustração 8	– Organograma da Estrutura Didática-Pedagógica do Programa...	128
Ilustração 9	– Mosaico com fotos da Escola Estadual Boa Sorte.....	134
Ilustração 10	– Gráfico 1 – Conhecimento dos egressos em relação aos princípios da Educação do Campo	137
Ilustração 11	– Gráfico 2 – O papel da educação do campo nas comunidades rurais e sua importância para os egressos do curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade.....	139
Ilustração 12	– Gráfico 03 – Contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra aos seus concluintes	140
Ilustração 13	– Gráfico 04 – O ProJovem Campo – Saberes da Terra e o estímulo ofertado aos jovens camponeses	142
Ilustração 14	– Gráfico 05 – Incentivo do ProJovem Campo – Saberes da Terra para que os egressos gostassem mais do campo	143
Ilustração 15	– Gráfico 06 – Contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra na permanência dos egressos em comunidades rurais	144
Ilustração 16	– Gráfico 07 – A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra para o trabalho e a geração de renda dos egressos	146
Ilustração 17	– Gráfico 08 – A importância do ProJovem Campo – Saberes da Terra na melhoria de vida dos egressos e de sua família.....	147
Ilustração 18	– Gráfico 09 – O ProJovem Campo – Saberes da Terra deve continuar a ser ofertado nas comunidades rurais	148
Ilustração 19	– Gráfico 10 – As localidades rurais proporcionam qualidade de vida	149
Ilustração 20	– Gráfico 11 – Os egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra estão satisfeitos em residirem nas localidades rurais	151
Ilustração 21	– Gráfico 12 – Utilização dos materiais didáticos-pedagógicos pelos estudantes e pelos docentes durante as aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra.	152

Ilustração 22 – Gráfico 13	– O curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade discutia os saberes e a realidade das localidades rurais e de sua comunidade	153
Ilustração 23 – Gráfico 14	– Temáticas discutidas durante as aulas do curso Agricultura Familiar e Sustentabilidade	155
Ilustração 24 – Gráfico 15	– A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra no sucesso dos egressos	156
Ilustração 25 – Gráfico 16	– A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra para amenizar o êxodo rural e as más condições de vida dos camponeses	158
Ilustração 26 – Gráfico 17	– Formação pedagógica dos docentes do Programa	159
Ilustração 27 – Gráfico 18	– Relação dos docentes do ProJovem Campo – Saberes da Terra com as áreas de conhecimento	161
Ilustração 28 – Gráfico 19	– Localidade onde residiam os docentes durante a oferta do ProJovem Campo – Saberes da Terra	163
Ilustração 29 – Gráfico 20	– Relação existente entre docentes de área urbana ensinando estudantes de área rural	164
Ilustração 30 – Gráfico 21	– Participação dos docentes em formações pedagógicas antes e durante o ProJovem Campo – Saberes da Terra	165
Ilustração 31 – Gráfico 22	– Conhecimento dos docentes sobre a Educação do Campo	167
Ilustração 32 – Gráfico 23	– Conhecimento dos docentes sobre as escolas do campo	169
Ilustração 33 – Gráfico 24	– O desenvolvimento do tempo escola e do tempo comunidade no curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra.	171
Ilustração 34 – Gráfico 25	– A contribuição da educação para o sucesso na vida dos egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra	172
Ilustração 35 – Gráfico 26	– Os instrumentos avaliativos utilizados durante o ProJovem Campo – Saberes da Terra	174
Ilustração 36 – Gráfico 27	– Dificuldades encontradas pelos docentes no decorrer do ProJovem Campo – Saberes da Terra	176

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 05
ALN	Aliança de Libertação Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BR	Rodovia do Brasil
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPR	Combate à Pobreza Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
GEBAM	Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MEC/USAID	Ministério da Educação do Brasil/ United States Agency for International Development
MG	Minas Gerais
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NPA	Núcleo de Produção Agrícola
NPT	Nossa Primeira Terra
OIJ	Organização Íbero-americana dos Direitos dos Jovens

PA	Projeto de Assentamento Federal
PA	Pará
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PLA	Plano/ Relatório de Ação Comunitária
PNCF	Plano Nacional de Crédito Fundiário
PNE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNJ	Plano Nacional da Juventude
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POP	Plano de Orientação Profissional
PRM	Partido Republicano Mineiro
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Floresta
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SLIP	Sistema de Integração Lavoura-Pecuária
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TO	Tocantins
UDR	União Democrática Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal Grande Dourados
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado aos egressos do Programa ProJovem – Saberes da Terra, Escola Estadual Boa Sorte.....	197
Apêndice B – Questionário aplicado aos docentes e a coordenadora pedagógica do Programa Campo – Saberes da Terra, Escola Estadual Boa Sorte	200

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Lista dos estudantes concluintes do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte	207
Anexo B – Calendário Letivo do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2010).....	208
Anexo C – Calendário Letivo do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2009).....	209
Anexo D – Matriz curricular do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2009- 2011)	210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO I: BRASIL: UM CONTINENTE DE TERRA E DE GENTE SEM TERRA	43
1.1 Brasil: uma terra habitada antes de 1500	45
1.2 Período de colonização: do início da colonização à intensificação da exploração das terras brasileiras	50
1.3 O início da propriedade privada e as proposições sociais e políticas da época	63
1.4 A República Populista Brasileira: de 1930 a 1964	71
1.5 A ditadura militar brasileira: 1964 a 1985 “um retrocesso ainda não superado”	80
1.6 Nova República Brasileira – esperanças e perspectivas: de 1985 à atualidade	90
CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA: LUTA, REFLEXÃO E ANÁLISE - UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA AS COMUNIDADES CAMPESINAS ..	101
2.1 Refletindo sobre a realidade da juventude brasileira e dos jovens camponeses.....	109
2.2 Educação do Campo: uma realidade urgente.....	113
2.3 ProJovem Campo – Saberes da Terra: uma proposta educacional para os jovens camponeses	119
2.4 Conhecendo a proposta pedagógica do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.....	125
2.5 Conhecendo a Escola Estadual Boa Sorte	133
CAPÍTULO III: O JOVEM CAMPONÊS POVOANDO O CAMPO BRASILEIRO – REALIDADE OU UTOPIA? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA O CAMPO	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	185
APÊNDICES	195
ANEXOS.....	205

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão, abrange o período entre 2009 a 2014 e trata da análise de uma política pública educacional, ProJovem Campo – Saberes da Terra¹, um Programa voltado para os jovens camponeses que foi desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, localizada no Núcleo de Produção Agrícola III – Boa Sorte², área rural do município de Araguatins, Estado do Tocantins.

O projeto de pesquisa, PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO CAMPESINO, surgiu no desenvolvimento da primeira turma do Programa, ofertada, na Escola Estadual Boa Sorte, que contou com uma parceria entre, o Instituto Federal do Tocantins/ IFTO³ – *Campus Araguatins* e a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins, intermediada pela Diretoria Regional de Ensino de Araguatins.

Desse modo, caberia ao IFTO – *Campus Araguatins*, acompanhar pedagogicamente os componentes curriculares profissionalizantes do **Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade** e certificar os estudantes concluintes.

A parceria, firmada por convênio, incluía Escolas Estaduais localizadas em territórios rurais da região conhecida como Bico do Papagaio⁴ que desenvolveram o programa ProJovem Campo – Saberes da Terra e, entre os municípios ofertantes do Programa, encontrava-se, o município de Araguatins.

O município de Araguatins, mostrado na Ilustração 1, é o município onde se localiza o NPA III – Boa Sorte, teve sua origem a partir de um núcleo de povoamento fundado pelo maranhense Vicente Bernardino Gomes em nove de junho de 1868. Na intenção de fundar um povoado, Vicente Bernardino passou a acolher

¹ O ProJovem Campo – Saberes da Terra foi criado a partir da lei nº 11.129/2005 que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM.

² A sigla NPA III – Boa Sorte será utilizada para referir-se ao Núcleo de Produção Agrícola III – Boa Sorte.

³ Os Institutos Federais foram criados a partir da lei nº 11.892/2008, inicialmente composto dos antigos Cefet's, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais, atualmente possuem uma estrutura *multicampi* interligados a uma reitoria que centraliza as decisões e discussões administrativas e pedagógicas. No Estado do Tocantins existe apenas um Instituto Federal do Tocantins e utiliza a sigla IFTO.

⁴ O Bico do Papagaio é uma das microrregiões que compõem o Estado do Tocantins, pertence a mesorregião ocidental do Tocantins e está dividida em 25 municípios, possuindo uma área de 15.767,856km² (IBGE, 2010).

trabalhadores de diversas regiões e, com o passar dos anos, o local ficou conhecido como vila São Vicente do Araguaia.

No ano de 1914, a vila São Vicente do Araguaia, passaria à categoria de município e, em 1943, passaria a chamar-se Araguatins, em homenagem aos rios Araguaia e Tocantins. Em 1945, ainda no governo de Getúlio Vargas, sua sede foi transferida para Itaguatins/TO e, apenas três anos mais tarde, em 1948, retornaria definitivamente à categoria de município. Com a criação do Estado do Tocantins em 1989, Araguatins passaria a integrá-lo.

O município de Araguatins, faz parte da Amazônia Legal⁵. Encontra-se na região Norte do país, na microrregião do extremo norte do Tocantins, na depressão formada pelo Vale do Rio Araguaia e pertence à região do Bico do Papagaio. Sua sede política-administrativa, localiza-se a 621 km da capital, Palmas e, encontra-se situada à margem direita do rio Araguaia. Possui um clima tropical, cercada de fauna e flora típicas do serrado brasileiro. Sua área territorial é de 2.625,286 Km²⁶, dividida em área urbana e rural.

Atualmente, na área rural do município de Araguatins/TO, situam-se vinte e três assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dez assentamentos criados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF⁷ e um Núcleo de Produção Agrícola, o NPA III – Boa Sorte.

A economia de Araguatins é baseada principalmente na agropecuária, complementada pela prestação de serviço, atividades extrativistas e pelo comércio local. O acesso à Araguatins/TO, pode ser realizado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), direcionando-se ao município de Darcinópolis/TO, seguindo pela Rodovia TO-134 até a Rodovia Transamazônica (BR-230).

⁵ Amazônia Legal é o conceito utilizado desde 1953 com o objetivo de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região Amazônica. Engloba os nove Estados da Bacia Amazônica e a área de ocorrência das vegetações amazônicas, sendo, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins e parte dos Estados do Mato Grosso e Maranhão, o que representa 59% do território brasileiro com uma população estimada em 24 milhões de pessoas. É uma área composta por Estados com problemas econômicos, políticos e sociais semelhantes (IBGE, 2010).

⁶ O município de Araguatins/TO possui 20, 988 km² de perímetro urbano e 2.604,298Km² de área rural (IBGE, 2014).

⁷ O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, é um programa de financiamento voltado aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para que possam comprar um imóvel rural. É desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, possuindo três linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos beneficiários: Combate à Pobreza Rural – CPR, Consolidação da Agricultura Familiar – CAF e a Nossa Primeira Terra – NPT, este último é específico aos jovens agricultores rurais de 18 a 29 anos, foco desta pesquisa. Fonte: www.creditofundiario@mda.gov.br. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

Em sua extensão encontram-se inúmeras ilhas e belas praias de água doce. Os principais rios que banham o município são, o Araguaia, que entre os meses de maio a setembro transformam suas ilhas em praias, o que faz das mesmas, a atração turística mais importante e, uma das fontes de renda do município, além dos rios, São Martinho e o Barreiro. Atualmente, o município possui 33.963 habitantes, o que faz de Araguatins a sexta cidade mais populosa do Estado (IBGE, 2014).

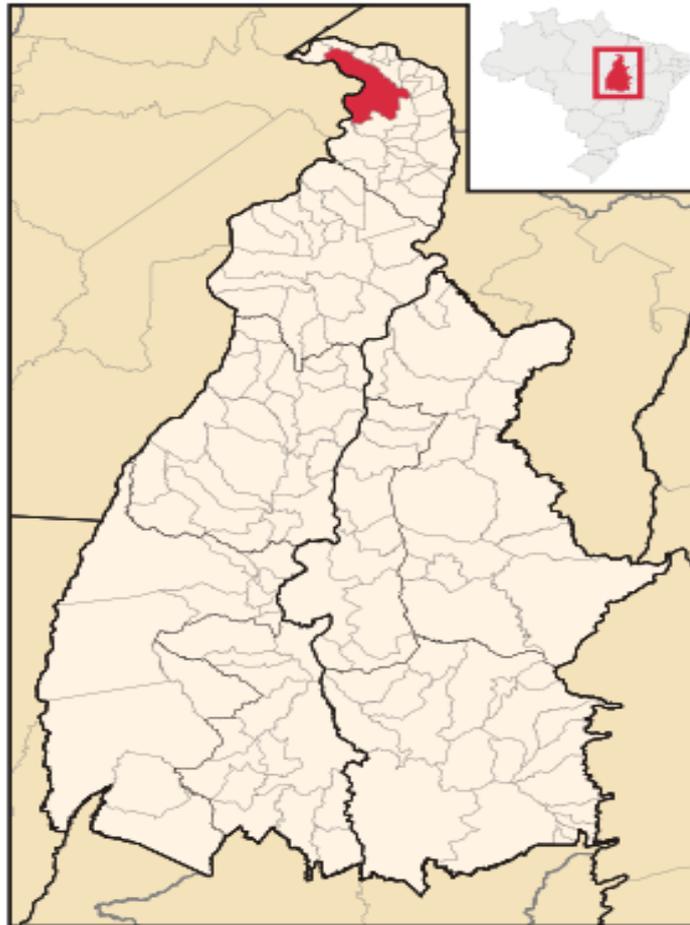


Ilustração 1 – Mapa de localização do município de Araguatins/TO

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Araguatins>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

No ano de 2009, atuando na coordenação pedagógica do IFTO – *Campus* Araguatins, fiquei à frente do processo para acompanhar pedagogicamente o curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, curso este, desenvolvido pelo programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, na Escola Estadual Boa Sorte. Com isso, passei a interagir com a equipe escolar e os estudantes do Programa, o que justifica

meu interesse em pesquisar sobre o impacto que o ProJovem Campo – Saberes da Terra promoveu em relação aos seus participantes e suas comunidades.

Desde meu ingresso, como servidora, no IFTO – *Campus Araguatins*⁸, localizado na zona rural do município de Araguatins/TO, fui tendo proximidade com várias comunidades rurais, que se localizavam circunvizinhos ao *Campus* e, em específico o NPA III – Boa Sorte, local este, que encontra-se situada, a escola que desenvolveu o Programa, foco desta pesquisa.

O NPA III – Boa Sorte, era um antigo imóvel rural denominado “Fazenda Boa Sorte”, localizado na zona rural do município de Araguatins/TO, possui área total de 1.343,7256 ha.

No ano de 1995, foi realizada uma escritura pública de desapropriação amigável, nesse ato, as terras, que hoje formam, o Núcleo de Produção Agrícola III – Boa Sorte, foram desapropriadas, tornando-se adquirente, o Estado do Tocantins, a qual foi, registrada e matriculada sob o nº 2-895, no Cartório de Registro de Imóveis de Araguatins/TO, em 20 de setembro de 1996, com o nome de, Loteamento NPA III – Gleba São Martinho.

No imóvel, foi implantado o Loteamento NPA III – Boa Sorte, ficando subdividido em 47 lotes, com área total de 1.339,1488 ha. Do total de lotes que constituem o loteamento, foram titulados 1.105,4526 ha, sendo que, o restante dos imóveis, totalizando 233,6928 ha, encontram-se ocupados, mas permanecem sob o domínio de propriedade do Estado do Tocantins.

O NPA III – Boa Sorte, está localizado a 25 km do IFTO – *Campus Araguatins* e a 30 km da sede do município de Araguatins. A maior parte de sua população é oriunda dos Estados do Maranhão, Goiás e Piauí. Atualmente, um total de trinta famílias residem na localidade que, além dos 47 lotes conta com uma sede onde encontra-se a Escola Estadual Boa Sorte, duas Igrejas, três tanques para a prática da piscicultura, além de várias áreas comunitárias, administradas a partir das decisões da associação de moradores.

Como atividade produtiva, as famílias da comunidade do NPA III – Boa Sorte, trabalham com a criação de gado leiteiro e de corte, de suínos, de peixes, produção de hortas e cultivos de hortaliças variadas, plantação de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, melancia, abacaxi e outras mais.

⁸ *Campus Araguatins* é a denominação que, a partir da lei de criação dos Institutos Federais, passou a ter, a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/TO, criada pelo Decreto nº 91.673/1985, sendo inaugurada em 23 de março de 1988. Atualmente, junto com mais dez *campi*, constitui o Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

O NPA III – Boa Sorte (Ilustração 2), conta com o rio Taquari em suas imediações. A maioria das famílias possuem energia elétrica, poços artesianos e, em alguns lotes possuem, telefone e internet. No entanto, ainda são muito precárias as condições de vida de muitas famílias que residem no NPA III – Boa Sorte e em localidades próximas. As vicinais, em sua maioria, têm seu acesso bastante crítico e dificultado principalmente no período chuvoso, entre os meses de dezembro a maio.



Ilustração 2 – Mosaico com fotos do NPA III – Boa Sorte

Legenda: Foto A) Registro aéreo do NPA III – Boa Sorte, fonte: <http://wikimapia.org/24793332/pt/Projeto-de-Assentamento-Boa-Sorte>. Acesso em 13/01/2014; Foto B) Mapa do NPA III – Boa Sorte, foto tirada em 11/11/2014; Foto C) Estrada que dá acesso ao NPA III – Boa Sorte, foto tirada em 13/01/2014; Foto D) Área do NPA III – Boa Sorte alagada pelo rio Taquari, foto tirada em 13/01/2014; Foto E) Sede do NPA III – Boa Sorte, foto tirada em 13/01/2014; Foto F) Rio Taquari que banha o NPA III – Boa Sorte, foto tirada em 13/01/2014.

Fonte: Fotos B, C, D, E, F Arquivo Pessoal. 2014.

Por ter sido, indiretamente, participante no desenvolvimento do ProJovem Campo – Saberes da Terra, surgiram as minhas primeiras inquietudes. Quais as contribuições o Programa, ProJovem Campo – Saberes da Terra, trouxe para o jovem camponês, a partir da oferta do Curso **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**? Qual importância é dada a educação do campo para a formação, o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades rurais? Qual valor o jovem camponês atribui à educação, diante do sucesso ou do fracasso de sua vida? Os estudantes, após finalizarem o **Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade** permaneceram no campo? A qualificação social e profissional obtida através do Programa ajudou o jovem egresso a diversificar suas atividades produtivas e contribuiu para a geração de renda e sustento de sua família?

Os jovens camponeses e as perspectivas que o campo representam em suas vidas, serão questões investigadas e contribuirão para as discussões do presente estudo, constituindo objeto de pesquisa. Nesta perspectiva, surgiu o seguinte **problema de pesquisa**: Quais as contribuições do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra para a permanência dos jovens no meio camponês?

A pesquisa teve como **campo de estudo a Escola Estadual Boa Sorte** no NPA III – Boa Sorte e, como **sujeitos da pesquisa**, docentes e estudantes. Os docentes, além da coordenadora pedagógica do Programa, em número de quatro são: um da área de Linguagem Códigos e Suas Tecnologias, um da área de Linguagem Matemática e Ciências Exatas, um da área de Ciências Humanas e um da área de Ciências Agrárias. Com relação aos vinte e cinco estudantes que iniciaram a turma, apenas onze concluíram o Curso e, desses, oito estudantes concluídos, portanto, egressos do Programa, participarão dos questionários organizados por esta pesquisa.

O **objetivo** principal deste trabalho investigativo é compreender o papel das políticas públicas educacionais voltadas para o campo na contribuição da promoção da qualidade de vida de suas comunidades e na permanência do jovem no meio rural.

Isto revela uma preocupação, ou seja, entender como os jovens, egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, agirão ao desafio de permanecerem no campo, utilizando-se dos saberes adquiridos com a qualificação social e profissional em **Agricultura Familiar e Sustentabilidade** para ingressarem no mundo do

trabalho, gerar renda para a sua família e melhorar a qualidade de vida de sua comunidade e, com isso, contribuir para um novo conceito em relação as comunidades camponesas.

Para o desenvolvimento da pesquisa se propõem os seguintes objetivos específicos:

- Descrever, em uma perspectiva histórica, a questão agrária brasileira e a influência dos conflitos e movimentos sociais para a composição das comunidades camponesas;
- Identificar as características e propostas do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, como política pública educacional para permanência dos jovens nas comunidades camponesas, a partir do Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade;
- Analisar as influências e contribuições do ProJovem Campo – Saberes da Terra na permanência dos jovens egressos em comunidades rurais.

Este trabalho investigativo será realizado a partir de pesquisa qualitativa, entendendo que o estudo circundará por fenômenos humanos com abrangência aos estímulos sociais, surgindo em seu decorrer variantes que não poderão ser mensuradas.

A pesquisa qualitativa apresenta um diferencial, pois, trata de análises subjetivas em que o sujeito apresenta-se, considerando aspectos afetivos, emocionais, circunstanciais, comportamentais, sociais e vários outros que poderão surgir no decorrer da pesquisa, pois a mesma não é estática e a todo momento poderá localizar novos elementos para contribuir na pesquisa. Segundo Trivinõs (1987 p. 127), “a pesquisa qualitativa privilegia a consciência do sujeito, entendendo a realidade social como construção humana”.

Sobre o pesquisador, Trivinõs (1987 p. 133) afirma:

Orientado pelo enfoque qualitativo o pesquisador apropria-se de ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico, devendo ter uma estrutura coerente, consistente, com originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação.

Na pesquisa qualitativa, o objeto de estudo é visto como parte integrante do ambiente, tanto influenciando, como sendo influenciado por este. Assim, Trivinõs (1987 p. 133) complementa, “na pesquisa qualitativa há uma relação das partes que compõe o estudo”.

Durante este trabalho investigativo, a pesquisa se valerá do **método de pesquisa tipo estudo de caso**, que segundo Yin (2010 p. 39) “investiga o fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Sobre isto, Trivinõs (1987, p. 133) afirma:

O estudo de caso, que considerado um tipo de pesquisa qualitativa se caracteriza pela forma elementar com que trata seus dados, a maneira que os emprega e a estatística simples que utiliza, no entanto, a partir do estudo de caso se é capaz de analisar aprofundadamente um objeto de pesquisa.

Apropriando-se de uma revisão de literatura, o estudo de caso, contribuirá para as etapas investigativas da pesquisa qualitativa, no propósito de estudar e entender fenômenos sociais complexos, observando eventos da vida cotidiana em detrimento de situações decorridas. Para tanto, será utilizado como instrumento de coleta de dados, o questionário.

Além da utilização do questionário, para a coleta de dados, será utilizada, também, a análise documental, considerando: a legislação referente à Educação do Campo e, ao PROJOVEM, o documento da Política Nacional da Juventude, o documento do Projeto Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, a proposta curricular da Educação do Campo, os cadernos formativos do Programa, o Plano de Ação do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra da Escola Estadual Boa Sorte (2010), diários de classe dos professores e calendários dos períodos e tempos formativos dos estudantes.

[...] o pesquisador qualitativo poderá utilizar-se de questionários e entrevistas considerando a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoiando-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta ou livre, o questionário aberto, a observação livre, o método clínico e o método de análise de conteúdo os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo. E isto sem desconhecer a importância de outros meios que, como as autobiografias, os diários íntimos, as confissões, as cartas pessoais etc., podem transformar-se em veículos

importantes para que o estudioso atinja os objetivos que se propôs ao iniciar a desenvolver seu trabalho (TRIVINÓS, 1987, p. 138).

Os questionários a serem utilizados, seguirão uma estrutura de questões abertas e fechadas que, no decorrer da pesquisa, serão realizados com a atenção especial a todo conjunto em que a pesquisa se insere, disponibilizando sempre um olhar atento ao contexto, no propósito de, mapear a rotina de vida do egresso do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, propondo-lhes, questões relativas a educação, saúde, lazer, trabalho, geração de renda, sustento familiar, permanência no campo, qualidade de vida, perspectivas futuras, entre outras que no decorrer da pesquisa forem pertinentes ao avanço da mesma.

Com a intenção de tratar os dados coletados não apenas descritivamente, mas, abrangendo o sujeito e sua interação ao ambiente, tomando consciência dessa relação, será utilizada, a análise de conteúdo, entendendo-a como um instrumento com possibilidades de aferir pesquisas na área de ciências humanas, discorrendo sobre os fatos sociais com transparência, não permitindo uma compreensão espontânea da realidade.

Segundo Bardin (1977 p. 30), a análise de conteúdos

[...] é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objeto pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas e perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Assim, Bardin (1977) aponta a análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos, com objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, valorizando não apenas a descrição dos resultados, mas, o que estes poderão ensinar após analisados. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta, que recorre à indicadores, quantitativos ou não”.

Para tanto, Bardin (1977, p. 40) afirma que, o pesquisador que se utiliza da técnica de análise de conteúdo

[...] trabalha com manifestações de estados, de dados e de fenômenos, partindo do tratamento das mensagens que manipula, para inferir

conhecimentos a respeito dos sujeitos, da pesquisa e do meio que este se insere, a fim de interpretá-los. A leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente uma leitura, a letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se tratando, portanto, de uma técnica que atravessa significantes para atingir significados, e sim que toma consciência considerando as significações.

Como mencionado anteriormente, o ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma política pública educacional, que se instrumentaliza em favor dos jovens camponeses e, assim como outras políticas públicas, advém de reivindicações e direitos subtraídos historicamente. É fruto, principalmente, das intensas e incansáveis lutas dos movimentos sociais e das diversas organizações que lutam pelos direitos dos trabalhadores do campo.

Este trabalho, também, fará parte dessa luta, pois, sua intenção é fortalecê-la, incentivando e valorizando uma educação libertadora que beneficie os povos do campo, a partir de uma formação intelectual, social, política, contribuindo para as discussões sobre a sociedade atual e as consequências para o homem do campo.

Assim, faz-se necessário analisar, se os Programas que se direcionam para a educação do campo, em específico o ProJovem Campo – Saberes da Terra, vislumbram uma educação que realmente valoriza o campo como um lugar para todos e, com espaços para que todos possam trabalhar com dignidade, sabendo conscientemente lidar com as intempéries da exploração e das mazelas sociais, econômicas e políticas que assombram muitas comunidades camponesas.

Com isso, a pesquisa se justifica no intuito de analisar se, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como um Programa do Governo Federal, instituído, a partir de uma política pública, voltada à atender a juventude brasileira das comunidades camponesas e, tendo como base ações assistencialistas e resgate de direitos fundamentais como, educação e geração de renda, poderá contribuir, para a permanência dos jovens agricultores em localidades rurais, partindo do princípio básico do Programa, que é, a oferta da Educação Básica de Nível Fundamental integrada à qualificação social e profissional voltada para a Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

O trabalho em seu decorrer, procurará mostrar que a insatisfação das comunidades camponesas, sempre foi uma questão pontuada na história brasileira, demonstrada em várias lutas travadas: Lutas Messiânicas, Canudos, Contestado, o movimento do Padre Cícero, revolta da mãe “Nhoca”, Guerrilha do Araguaia, entre

tantas outras. O que nos faz perceber que, as conquistas obtidas pelas comunidades camponesas e entidades organizadas em torno de reivindicações pró-campo, sempre foram à custa de muita luta e perseverança, permanecendo até os dias atuais, tendo atualmente como uma das bandeiras de luta, a Educação do Campo, foco deste trabalho (FREI SERGIO e STEDILE, 1993).

Assim, a Educação do Campo, neste trabalho, será entendida como proposta de valorização da cultura camponesa e como uma educação voltada para o trabalho e para emancipação intelectual e política das populações do campo, fundamentando-se, no princípio do trabalho produtivo, na análise, nas discussões, na extração de resultados e principalmente na transformação do ser humano. Isto indica, que a escola, da mesma forma que pode ser entendida como um lugar apenas de reprodução, estática, dual, pode também, ser um lugar de possibilidades, em constante movimento, um lugar onde se forma, consciência política e intelectual, que se aprende e se ensina, que se conhece, que se pratica, um lugar em que pode se viver experiências concretas e que realmente pode contribuir para o trabalho produtivo e para uma vida digna.

As escolas do campo, a partir da perspectiva da educação popular, educação libertadora e Escola Única do Trabalho, devem proporcionar discussões, acerca de problemas reais, valorizando a consciência política, discutindo e questionando a sociedade atual, mesmo que tal postura a caracterize como subversiva pelos órgãos controladores do sistema, ou, a tome como uma ameaça por tentar transformar o que passivamente se instala entre as pessoas (PISTRAK, 2010).

São necessárias também, discussões e questionamentos sobre a terra e a luta que se faz presente no dia-a-dia, o direito à educação e a manifestar-se, o direito à igualdade, à liberdade de usufruir dos direitos que constam na Constituição brasileira.

As escolas do campo, bem como os programas educacionais, direcionados às comunidades camponesas, necessitam estabelecer uma identidade local em seus moradores, criando um vínculo de valorização e pertencimento em relação às suas comunidades. Um cenário notório, presente nas escolas do campo e, que em nada acrescenta em suas realidades, é o fato da maioria de sua equipe pedagógica trabalhar no campo e residirem na cidade. Essa realidade de não pertencer ao local, acarreta um distanciamento, em que, pouco ou nada contribui para a construção da identidade dos povos do campo. Pelo contrário, trazem concepções teóricas

urbanas, evidenciando situações que fazem, várias escolas, que estão no campo, não se constituírem como escolas do campo.

Diante desta realidade, faz-se pensar, sobre o papel de uma escola que apenas reproduz experiências de uma realidade diversa da sua, e ainda, sobre os benefícios intelectuais oferecidos, sobre a formação política e as discussões sobre os assuntos abordados, e por fim, sobre os estímulos que terão os estudantes para compreenderem o seu contexto social.

A falta de uma política efetiva, em torno do acesso à terra; as várias famílias que diariamente lutam por terem direito à terra e que vivem em situação de risco e, mesmo assim, são negligenciadas e escamoteadas diariamente pelo poder público; o êxodo rural; as más condições de vida em relação à educação, à escola, à saúde, à cultura, ao lazer, a infraestrutura; as dificuldades que o homem do campo encontra para trabalhar e permanecer nas comunidades campestres, sempre foram questões de angústias para mim como pesquisadora.

Enquanto essas questões não forem vistas com responsabilidade e priorizadas pelos governos, para que sejam revestidas em, benefícios e direitos, para as comunidades do campo, a ausência ou a ineficácia de políticas públicas, o fechamento de escolas nas comunidades rurais, o difícil acesso à saúde e a infraestrutura adequada às necessidades da população, serão situações, vistas rotineiramente, na sociedade brasileira.

Isso demonstra, que muito há para ser feito, de modo que, o inconformismo, as manifestações, as marchas e a indignação, com coisas aparentemente naturais, não poderão ser esquecidas ou cair no descrédito.

Pesquisas em torno, das comunidades rurais e da educação do campo, serão sempre elucidativas, pois se trata de uma parcela da população altamente desfavorecida e que, necessita de atenção, de pesquisas e de estudos em torno de suas realidades, de suas lutas, tornando suas histórias cada vez mais acessíveis a todos e, principalmente aos governantes.

Os povos do campo, são oriundos de uma população brasileira que, historicamente não teve oportunidades de acesso a vários direitos sociais como: moradia, trabalho, educação, saúde, cultura, lazer entre outros e, assim, com a passar dos tempos, tornaram-se quase invisíveis, esquecidos, marginalizados, oprimidos e silenciados.

Para o desenvolvimento deste trabalho, o mesmo estará dividido em três capítulos: O primeiro capítulo traz como título: **“Brasil: um continente de terra e de gente sem terra”**. Neste capítulo, se fará um histórico da estrutura agrária do Brasil, realizando um levantamento, a partir da chegada dos Europeus em terras brasileiras, o massacre dos indígenas – primeiros donos das terras brasileiras, passando para o período de colonização, com as capitânicas hereditárias, até a contemporaneidade, situando, no decorrer do capítulo, o contexto em que se desenvolveram os movimentos sociais brasileiros em torno da luta pela terra. O capítulo terá como objetivo, situar o leitor historicamente, a partir da chegada dos europeus, a desapropriação das terras brasileiras e o desfavorecimento da população nativa, fazendo-nos a entender o processo colonizador que se instituiu e, se instituiu no Brasil até hoje.

O segundo capítulo, intitulado: **“Educação do Campo e o ProJovem Campo – Saberes da Terra: luta, reflexão e análise - uma proposta de educação para as comunidades camponesas”**, abordaremos historicamente, o processo formador das concepções teóricas acerca da Educação Popular e da Educação do Campo, sendo contemplado, um breve histórico sobre a juventude brasileira e a juventude camponesa. Ainda como assuntos constantes no capítulo, citaremos a composição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, em específico, a modalidade ProJovem Campo – Saberes da Terra. Como objetivo, este capítulo apresenta, propor ao leitor, subsídios para conhecer como se estruturou a educação rural e quais concepções inovadoras trazidas para a atualidade pela Educação do Campo, frente ao desafio de contribuir para a educação do jovem camponês e da jovem camponesa, trazendo com parte do capítulo, as conquistas dos movimentos sociais representadas pelas políticas públicas, em específico, as educacionais, foco desta pesquisa.

O terceiro capítulo trará as discussões e os prognósticos da pesquisa, mostrando uma análise da realidade investigada, com subsídios consistentes para responder aos questionamentos e ao problema, propostos inicialmente por esta pesquisa, tendo como título: **“O jovem camponês povoando o campo brasileiro – realidade ou utopia? Uma análise da política pública educacional voltada para o campo”**.

A partir dos dados, análises e discussões acerca da pesquisa, acreditamos ter condições para nos situarmos, com clareza, em torno de respostas que elucidem os

questionamentos inicialmente levantados no entorno da pesquisa, assim como, sua problemática central, discutindo as contribuições de um programa educacional voltado aos jovens camponeses e as jovens camponesas para as suas permanências nas comunidades do campo, tendo em vista, perspectivas de vida, educação, saúde, lazer, trabalho, geração de renda e fixação de moradia no campo.

Finalmente, a título de considerações finais, buscaremos aprofundar e levantar questões discutidas ao longo do texto, afirmando uma resposta ao problema de pesquisa proposto ou levantando outros questionamentos direcionados à problemática proposta.

CAPÍTULO I

BRASIL: UM CONTINENTE DE TERRA E DE GENTE SEM TERRA

Neste capítulo pretendemos descrever, em uma perspectiva histórica, a questão agrária brasileira e a influência dos conflitos e movimentos sociais para a composição das comunidades camponesas, desse modo, faz-se imprescindível, que a história das terras brasileiras seja localizada, antes mesmo, de sua suposta descoberta pelos colonizadores portugueses.

Brasil, uma história que começou a ser contada ao mundo no ano de 1500, foi destaque, nos primeiros inscritos do navegador português Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, quando descreve, as terras brasileiras:

De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa. Até agora não podemos saber há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro, nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados... As águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo (PERO VAZ DE CAMINHA, Carta a El Rei D. Manuel, Leonardo Arroyo, 1963, p. 67).

Diante da descoberta de um novo mundo, uma imensidão de terras, passa a ser explorada pelo ocidente e, de modo mais direto, por Portugal. Suas intenções imperialistas, utilizavam o mercantilismo e o extrativismo, como alternativas para o enriquecimento e o aumento da extensão de seu reinado.

Com esses propósitos, começa a história brasileira e, nela, entram em cena, os colonizadores europeus. Com isso, rumos exploratórios e excludentes são tomados, o que explica nossa realidade – um continente de terra e de gente sem terra.

O início da colonização portuguesa não foi marcada por um “descobrimento” e sim por uma “invasão”, se considerarmos, toda uma população que já habitava às terras brasileiras. Essa invasão, teve características não apenas do ponto de vista territorial, mas também, sob os aspectos depreciativos de expropriação dos direitos, de aculturação e rispidez exploratória, na qual, foi acometida toda uma população, que já habitava as terras brasileiras.

As comunidades indígenas, como foram chamadas pelos europeus, as populações que já habitavam as terras brasileiras, comungavam do princípio social, de que, a terra, era um bem comum e para usufruto de todos, com isso, todos teriam o direito de estarem e se beneficiarem dela, portanto, não havia donos, era de todos e para todos. As cercas, historicamente usadas na Europa, assim como, o termo propriedade privada, eram desconhecidos entre os habitantes, até então, das terras brasileiras.

É importante mencionar, que junto com os europeus, não vieram apenas seus propósitos exploratórios, sua ganância em detrimento de vidas humanas e a destruição inconsequente da fauna e flora, mais também, todo um sistema capitalista pujante, com ânsias expansionistas, com princípios baseados no lucro e na exploração de toda riqueza natural e humana, que por vezes fossem encontradas.

Este trabalho, procura expor, o modelo colonizador mercantilista no qual o Brasil foi submetido, as formas de apropriação e desapropriação das terras brasileiras, situando, sua composição agrária e social, hoje, fortemente imbricadas nas questões agrárias brasileiras.

A partir da história, verificamos, que as intenções dos portugueses ao desbravarem as terras brasileiras, eram, explorar as riquezas naturais e apropriar-se de sua territorialidade. Não haviam indícios de preocupação com as pessoas que já encontravam-se no local, nem ao menos, em preservar o que haviam encontrado.

O início do desbravamento português, foi marcado pela suplantação de direitos mínimos de sobrevivência e de total exploração.

Contudo, remetendo à Carta de Pero Vaz de Caminha, podemos afirmar “as terras são vastas”, no entanto, não são para todos, principalmente, para os que necessitam dela para sobreviver. As terras brasileiras, são para quem pode comprar ou comprovar sua posse. Para as milhares de pessoas, que não podem comprar ou apropriar-se legalmente, resta vender sua força produtiva de trabalho, fortalecendo o sistema capitalista, que sempre necessitará de explorados e exploradores.

Segundo Stedile (1997), “desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – sua classe dominante – impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza”.

Num primeiro momento, podemos considerar o Brasil como uma terra habitada antes de 1500; segundo, como um período de colonização: do início a

intensificação da exploração das terras brasileiras; terceiro, dá-se pelo início da propriedade privada e as proposições sociais e políticas da época; um quarto momento, quando se instala a república populista brasileira: 1930 a 1964; o quinto período, se identifica pela ditadura militar brasileira: 1964 a 1985 “um retrocesso ainda não superado”; e, por fim, a Nova República Brasileira – esperanças e perspectivas: 1985 à atualidade.

Será considerado o contexto social, político e econômico do Brasil, sua realidade, antes e depois, da chegada dos europeus, relatando seus propósitos e suas ações, assim como, o papel desempenhado pelos movimentos sociais e sua luta pela terra.

1.1 Brasil: uma terra habitada antes de 1500

Segundo a arqueóloga brasileira Niéde Guidon⁹, o Brasil é uma extensão de terra, localizada no Oceano Atlântico, que já era habitada pela presença humana muito antes do ano de 1500, período este, que deu início a chegada dos portugueses ao Brasil.

Sobre a presença humana, no continente americano, o antropólogo brasileiro, Darcy Ribeiro¹⁰ (apud STEDILE, 2005, p. 25), ressalta que, “a civilização brasileira tem seus primórdios na ocupação do território brasileiro pelas correntes migratórias que vieram da Ásia, cruzando o estreito do Alasca e ocupando todo o continente americano”.

Sobre as primeiras civilizações a habitar o continente americano, Stedile (2005, p. 18) afirma que

⁹ Niéde Guidon é historiadora especializada em arqueologia pré-histórica. Desde 1973, integra a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, concentrando no Piauí seus trabalhos que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara/ PI. Atualmente, é diretora presidente da Fundação Museu do Homem Americano, instituição brasileira localizada no município de São Raimundo Nonato/PI.

¹⁰ Darcy Ribeiro é antropólogo e notabilizou-se fundamentalmente por trabalhos voltados para educação, sociologia e antropologia. Ao lado de outros expoentes, foi responsável pela criação da Universidade de Brasília e idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Redigiu o projeto do Parque Indígena do Xingu, criado em 1961. O antropólogo tem vários trabalhos publicados sobre os povos indígenas.

Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 d.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Ou seja, a natureza era pródiga no fornecimento dos alimentos para suas necessidades básicas, mas os povos de nosso território pouco desenvolveram a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco, muitas frutas silvestres também eram cultivadas. Essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, em especial da América Andina e da América Central, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos.

Ainda sobre a existência de população em terras brasileiras, em tempo, ao desembarque dos portugueses, o antropólogo Darcy Ribeiro, também discorre em suas pesquisas que, no Brasil, antes da invasão territorial brasileira, existia um contingente populacional autóctone, estimado em 5 milhões de pessoas, que povoavam ao longo do território, enquanto que, na mesma época a população de Portugal, país colonizador, não passava de um milhão. Essa população, vivia basicamente sob o modo de produção do comunismo primitivo¹¹, organizando-se em agrupamentos sociais, que variavam entre 100 a 500 famílias, com proximidades de laços de parentesco, utilização do mesmo idioma ou dialeto, pertencimentos ao mesmo grupo étnico e/ou cultural.

Segundo Morissawa (2001), os povos nativos – indígenas, eram caçadores-coletores nômades que viviam da pesca, da caça e da coleta de frutos silvestres e raízes, ou seminômades, pois, algumas tribos encontradas já praticavam a agricultura mesmo que de forma rudimentar.

Nos vários grupos de aborígenes brasileiros, a terra, era concebida de forma comunal, os termos: posse, donos e propriedade privada eram desconhecidos, assim como, as cercas que separavam as propriedades. Os usos e benefícios, em sua maioria, eram de modo comum, não existia exploração, ganância, nem depreciação de pessoas em detrimento de outras. Desse modo, o trato social nas comunidades indígenas divergia dos preceitos das sociedades tipicamente capitalistas¹². O trabalho realizado era de forma coletiva e em benefício de toda comunidade, era naturalmente dividido entre os que nela conviviam, sempre com

¹¹ O comunismo primitivo é um modo de vida que caracteriza os primórdios da sociedade humana ao surgimento do Estado e das classes sociais.

¹² Na época em que Portugal apossou-se das terras brasileiras, seu intuito e suas ações foram totalmente voltados aos preceitos capitalistas e mercantilistas, contrariando totalmente a rotina do comunismo primitivo, no qual viviam as tribos indígenas, datadas do ano de 1500.

perspectivas de consumo, visto que, os indígenas, trabalhavam apenas para o sustento da tribo sem preceitos cumulativos. Assim, viviam um dia após o outro, ou seja, a sobrevivência coletiva da tribo, era o limite de cada um.

Endossando sobre o modo comunal em que viviam, as primeiras sociedades indígenas, Morissawa (2001, p. 56) coloca:

O trabalho era naturalmente dividido entre a comunidade, assim como tudo o que era produzido, caçado, pescado, coletado. Não geravam excedentes de produção, não tinham comércio. A natureza tão rica que os cercava constituía fonte de vida, e não de lucro. Muitos ainda vivem assim.

Assim, os bens naturais que existiam em toda extensão do território brasileiro – terra, água, rio, fauna, flora – eram de uso coletivo, sem inclinações individualistas, utilizados livremente, quando fossem necessários, atendendo assim, às necessidades de sobrevivência básica e social do grupo e, em tempo, quando ocorria a escassez de alguns dos itens indispensáveis ao bom andamento da rotina da comunidade, havia uma migração do grupo em busca de melhores condições, o que justifica a condição de vida nômade (STEDILE, 2005).

E foi nessas condições de convívio social, que os portugueses avistaram os vários grupos nativos brasileiros, vivendo em terras vastas e sem cercas. Ao aportarem seus navios, os portugueses encontraram tudo muito disponível, tanto as riquezas naturais quanto as pessoas. A partir daí, houve uma verdadeira desapropriação de terras. Os que nela habitavam livremente, passaram a ser caçados e relegados a própria sorte, tendo que lutar pela terra e enfrentar armas e intenções nunca previstas.

Dessa forma, os portugueses iniciaram e fixaram seu processo de colonização, a partir da exploração, com o objetivo de arrancar tudo que lhes fosse proporcionado pela colônia.

Até o ano de 1532, a colônia, servia apenas como local em que os navios portugueses faziam escalas e como pequena base militar construída para guardar alimentos, munição e ferramentas. Nesse período a exploração se dava, a partir, da retirada de aves exóticas, da morte de animais desconhecidos para a extração de sua pele e, principalmente, da exploração do pau-brasil¹³. Tudo que era retirado das

¹³ A arara, a onça-pintada e o pau-brasil eram algumas das primeiras riquezas encontradas pelos portugueses no Brasil-Colônia, ainda não era o ouro, tão essencial à expansão mercantilista.

terras brasileiras era mediante o pagamento de imposto previamente autorizado pelo rei de Portugal (MORISSAWA, 2001, p. 57).

A partir da invasão às terras brasileiras, os europeus, passaram a impor à população nativa uma aculturação sem precedentes, referindo-se principalmente ao seu modo de vida, modo de produção e organização social. Os colonizadores europeus, passaram a cultivar em território brasileiro, produtos agrícolas tropicais, que eram bastante aceitos pela sociedade europeia. Introduziram o trabalho forçado e a unidade de produção do tipo *plantation*, que se instituiu como um modelo adotado para organizar o modo de produção em que tudo era concebido como mercadoria visando lucro. Sobre o modelo *plantation*, Stedile (2005 p. 21) enfatiza:

Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos nossos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território.

E assim, a *plantation*, era constituída pelos colonizadores europeus como a forma utilizada pela Coroa Portuguesa para organizar o modo de produção agrícola em grandes distâncias territoriais se prevalecendo do sistema monocultor¹⁴, sempre com destino à exportação em benefício da Coroa e nenhum em benefício para o Brasil-Colônia, que na época, já utilizava a mão-de-obra escrava.

Para isso, segundo Darcy Ribeiro (apud STEDILE, 2005), os invasores-colonizadores adotaram como estratégia, o genocídio dos nativos brasileiros, em específico, eliminado os homens adultos e utilizando-se das mulheres indígenas para, a partir da procriação, serem utilizadas como matrizes, dando início, a formação de um novo tipo de gente, que, no entendimento da época, se adaptaria ao sistema *plantation*.

Com o objetivo econômico da *plantation*, ocorreu a primeira tragédia, em terras brasileiras. Para os colonizadores, a vida humana indígena não passava de um simples empreendimento capitalista, apenas um trato comercial, seu valor humano foi sutilmente desaparecendo como consequência do acúmulo de riquezas

¹⁴ As principais culturas adotadas no sistema monocultor, introduzido a partir da *plantation* foram: a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão e o café, até hoje, percebemos que, com o fortalecimento do agronegócio, o sistema monocultor nunca deixou de ser intensificado na agricultura brasileira e muito menos, o modelo agroexportador, tendo como um dos exemplos, a intensificação do plantio da soja.

e de posses. Com isso, os habitantes nativos, de seres livres, passaram a serem tratados como mercadorias, mão-de-obra escrava, ferindo os princípios humanos e sociais.

Contudo, Darcy Ribeiro (apud STEDILE, 2005, p.15) enfatiza que, “o genocídio indígena foi uma tragédia humana, até hoje escamoteado sob o falso pretexto de que os portugueses eram mais ‘cordiais’ que os colonizadores europeus, que o dominador se mesclou com a população local”.

Como mostra abaixo, na tabela 1, o que se tem como consequência foi uma barbárie, que dizimou quase toda uma população nativa, com o propósito de se criar, a partir da miscigenação, uma população que se adaptasse à *plantation*. Esse legado colonizador, em trezentos anos, foi responsável por dizimar, cerca de 4 milhões de pessoas nativas – indígenas, restando apenas um milhão de pessoas, na época.

E assim, Darcy Ribeiro (1997) exemplifica, como ficou organizada e quantificada a população brasileira no decorrer dos primeiros trezentos anos de colonização europeia, sendo representada, até o ano de 1800, por um milhão de povos nativos – os indígenas, quinhentos mil nativos “integrados”, um milhão e meio de trabalhadores escravizados, trazidos da África, dois milhões de brancos e mestiços, esse último, fruto da política de miscigenação do colonizador (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da população brasileira – 1500-1800

	1500	1600	1700	1800
“Branco” do Brasil	-	50.000	150.000	2.000.000
Escravos	-	30.000	150.000	500.000
Índios “integrados”	-	120.000	200.000	1.000.000
Índios isolados	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
TOTAIS	5.000.000	4.200.000	2.500.000	5.000.000

Fonte: Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro. Companhia das Letras, São Paulo: 1997, p. 151.

Em dados mais recentes, podem ser observados, que o número de brasileiros que se autodeclararam indígenas, só vem aumentando. Em 1993, segundo Stédile, o

número de indígenas era estimado em menos de duzentos e cinquenta mil , em 2000, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número da população brasileira, que se declarava indígena, passou a contabilizar em torno dos duzentos e noventa e quatro mil e, em 2010, o mesmo Instituto, aponta que oitocentos e noventa e seis vírgula nove mil brasileiros, se autodeclararam indígenas, pertencentes a trezentas etnias, um aumento significativo frente aos anos anteriores, mas que, ao olhar para o passado, ainda há muito para ser reparado.

1.2 Período de colonização: do início da colonização à intensificação da exploração das terras brasileiras

O processo de colonização pelo qual o Brasil passou, ainda traz resquícios, no que se refere, a relação econômica de dependência, que, ainda é mantida com outros países.

Segundo Morissawa, nossa história de colônia tem seus primeiros traços marcados pela riqueza das terras, pelo clima e pela dependência (2001, p. 58-59)

Os portugueses logo constataram que no Brasil, o clima quente e úmido e o tipo de solo davam bem para a cana-de-açúcar. Daí em diante, nobres e comerciantes vieram aos montões aqui para instalarem engenhos de açúcar. Foi quando deixamos de ser apenas escala e começamos a nos tornar uma economia agroexportadora a serviço de Portugal. Eis que, no contexto da divisão internacional do trabalho, fazíamos a parte de fornecedores de produtos primários – pau-brasil, madeiras de lei, açúcar etc. – para a nossa metrópole portuguesa. A Portugal, por sua vez, cabia fornecer-nos produtos manufaturados. O açúcar era em parte consumido na Colônia e quase todo vendido para Portugal pelo preço que ele impunha. Isso era uma regra: só podíamos comerciar com a Metrópole, que revendia nossa produção para outros países da Europa, ganhando muito com isso. A exploração da Colônia era total. Só de Portugal podíamos importar os produtos de que necessitávamos. E o preço desses produtos podia ser mais elevado do que o de outros países. Assim, nossa Metrópole tinha aqui um mercado consumidor garantido... Não podíamos sequer sonhar com um desenvolvimento próprio, que significaria ter indústrias. E mesmo Portugal não possuía uma política industrial enquanto nação. O receio de perder nosso território para outros estrangeiros levou-o a aliar-se com a Inglaterra, no século XVII. Isso nos tornou, então, dependentes da grande potência econômica da época.

Na trajetória de dependência, que o Brasil foi constituído, sempre houve uma estreita relação de aspectos, principalmente, financeiro e econômico, com países que adotavam, na época, uma política expansionista, o que posicionava o Brasil

como um país consumidor de produtos manufaturados e exportador de matéria-prima, situação ainda, bastante visível, na realidade social e econômica do país.

O processo colonizador, instituído no Brasil, por Portugal, foi desde o início baseado em princípios capitalistas, com afirma Stedile (2005, p. 20).

[...] a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação do capital.

Como a ideia da colonização, era ditada pelas leis da exploração, logo os colonizadores, passaram a percorrer o território brasileiro, em busca de minérios nobres, como o ouro. Na época, a busca pelo ouro não foi bem sucedida, o que fez das terras brasileiras, a partir de seu cultivo, o grande tesouro, passando a representar um potencial brasileiro em produzir riquezas¹⁵, “[...] logo perceberam que a grande vantagem comparativa de nosso território era a fertilidade das terras e o seu potencial para cultivos tropicais de produtos que até então os comerciantes buscavam na distante Ásia ou na África” (STEDILE, 2005, p. 20).

A proposição de Portugal era que, o modelo agroexportador, realmente vigorasse e se estabelecesse no Brasil, de modo que, seria necessário, que pessoas de posses, investissem na Colônia. Para tanto, a Coroa portuguesa doaria faixas de terras brasileiras, utilizando-se da premissa de concessão de uso, com direito à herança.

Diante de tais intenções, a Coroa teria um duplo benefício, primeiro, povoaria as terras que acabara de apossar-se, de modo que, demarcando o território, afastaria possíveis invasores e, segundo, a partir da concessão das terras, aos capitalistas colonizadores, asseguraria a obrigatoriedade de fazê-las produzirem, induzindo o pagamento de tributos, o que gerariam rendas e, ainda, intensificaria a exportação de produtos.

No século XVI, mais precisamente no ano de 1534, o rei de Portugal, Dom João III, iniciaria o processo de colonização, utilizando-se do sistema de capitânicas,

¹⁵ As riquezas brasileiras da época era a produção de cana-de-açúcar, algodão, café, pimenta-do-reino, cacau entre outras e a criação de gado bovino, pela vastidão das áreas.

do tipo hereditária. Diante desse sistema de administração territorial, o Brasil, seria dividido em faixas de terras e entregues a donatários¹⁶.

Aos donatários, seriam concedidos, amplos poderes para governar, entre eles, a total liberdade para propagar a fé católica em suas terras, com os devidos recolhimentos de dízimos; aprisionar e escravizar os nativos – indígenas; explorar a fauna e a flora das terras que lhes foram concedidas; realizar a extração do pau-brasil, mediante pagamento de tributos à Coroa, e ainda, como parte da política instituída pelas capitanias, distribuir sesmarias¹⁷.

As sesmarias, eram lotes de terras bem menores que as capitanias e foram implantadas com o propósito de conhecer mais profundamente o território brasileiro, desse modo, os sesmeiros¹⁸, também conhecidos como colonos, teriam como principal atribuição, tornar produtiva as terras recebidas, intensificando a colonização e a exploração das terras brasileiras (STEDILE, 2005).

Sobre a doação de sesmarias, Morissawa (2001, p. 61) ressalta

Até, pelo menos, no século XVIII não podiam receber sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus não podiam ter terras no Brasil.

Ainda sobre os propósitos da Coroa portuguesa, acerca da institucionalização das capitanias hereditárias nas terras brasileiras, Borges (2005, p. 259) sinaliza que

Materialmente impossibilitado de realizar diretamente a colonização do Brasil, uma vez que se encontrava todo voltado para as suas vantajosas conquistas da Índia e da África, Portugal optou, 30 anos após a descoberta, pela a forma mais viável, a seu alcance, de realizá-la: a das capitanias hereditárias, mais tarde substituindo ao lado das capitanias reais e finalmente, por estas substituídas. Com a instituição das capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa

¹⁶ Donatário, era um título concedido pela Coroa portuguesa, por referir-se ao Brasil, que era repassado à uma pessoa a quem era concedida a donataria de um território, numa concepção tardo-feudal que implicava que o poder do rei era delegado nessa pessoa. Os donatários teriam, mediante assinatura do documento que se tratava das capitanias, que cumprir determinadas imposições, como o pagamento de impostos à Coroa portuguesa, e como bônus receberiam o encargo de administrar o território que lhe fora, ora disponibilizado, promovendo sua colonização, aproveitamento e exploração dos recursos naturais existente em todo o território, assim como, produzir nas terras, garantindo a exportação de produtos.

¹⁷ Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinada à produção, foi criada com a Lei das Sesmarias em 28 de maio de 1375, no intuito de combater a crise agrícola e econômica que atingia toda a Europa, que também, encontrava-se assolada pela peste negra.

¹⁸ Sesmeiros em Portugal, era o nome dado ao funcionário real, responsável, pela distribuição de sesmarias, no Brasil, os sesmeiros eram os titulares da sesmaria.

mesma colonização, ao mesmo tempo que lançava as bases de novas fontes de renda.

Seguindo a política de colonização portuguesa, o Brasil-Colônia foi inicialmente dividido em quinze faixas de terras, cujas extensões variavam entre cento e cinquenta até seiscentos quilômetros de largura. Geograficamente falando, essas faixas estendiam, por todo o litoral brasileiro, banhadas pelo oceano atlântico¹⁹. As faixas aprofundavam-se horizontalmente para o interior da Colônia, limitando-se com a linha imaginária que representava o Tratado de Tordesilhas.²⁰

Como parte do modo de produção utilizado na época, todo o sistema das capitanias e sesmarias adotadas no Brasil-Colônia, foram intensificadas a partir do trabalho escravista²¹, inicialmente com os índios, durando em torno de cem anos, substituído, a partir do século XVII pelos escravos africanos e com o passar dos anos pelos escravos brasileiros afrodescendentes, uma parte muito triste da história brasileira, sustentada e estigmatizada por muita exploração, desumanização, aculturação, descaso e privação de direitos, o que banalizou e marginalizou toda uma população, inicialmente africana, depois, brasileiros afrodescendentes. “Foram os braços dessa gente, a mais injustiçada de todos os tempos, numa invenção especificamente humana, que fizeram a riqueza dos latifundiários” (MORISSAWA, 2001 p. 62).

¹⁹ O Estado do Rio Grande do Sul, na época da distribuição das primeiras capitanias hereditárias, fazia-se isolado geograficamente do resto do Brasil-Colônia, vindo a integrar-se ao país, dois séculos mais tarde, depois do início de sua colonização, devido à importância que passou, a ser dada, aos rebanhos de gado xucro, existentes na região, com isso, no início do século XVIII, a Coroa portuguesa passaria a incentivar a povoação das terras que iam do sul de São Vicente até a Colônia de Sacramento, distribuindo sesmarias aos tropeiros e militares, em 1760 a região foi elevada, à condição de capitania, com o nome de Capitania do Rio Grande de São Pedro. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm. Acesso em 09 de setembro de 2014.

²⁰ O Tratado de Tordesilhas foi celebrado em 07 de junho de 1494, entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha, para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as coroas fora da Europa, o tratado tinha como demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio-caminho, entre estas ilhas portuguesas e as ilhas das Caraíbas, descobertas por Cristóvão Colombo, no tratado, referidas como Cipango e Antília, os territórios a leste deste meridiano, pertenciam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha, o tratado foi ratificado pela Espanha em 2 de julho de 1494 e em 5 de setembro do mesmo ano, por Portugal.

²¹ O trabalho escravista é o trabalho forçado que envolve restrições à liberdade do trabalhador, sendo o mesmo, obrigado a prestar serviço, sem receber um pagamento ou ainda receber um valor insuficiente, para suas necessidades básicas. No Brasil, o trabalho escravo, foi concebido dentro da legalidade, entre os anos de 1559 a 1888, quando, a partir da Lei Áurea, aboliu-se a escravidão no Brasil.



Mapa com a localização das capitânicas hereditárias.

Ilustração 3 – As primeiras capitânicas hereditárias

Fonte: <http://www.google.com.br.search.capitanias-hereditarias>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

Os trabalhos realizados no Brasil-Colônia e parte do Brasil-Império, foram sustentados pela mão-de-obra escrava, realizados nos engenhos açucareiros, na mineração, na pecuária e nas extensas terras destinadas à agricultura pertencentes aos latifúndios brasileiros. O Brasil foi um dos países que mais prolongou legalmente o modo de trabalho escravista, o que caracteriza uma vergonha para a história do país.

Durante todo o processo escravista brasileiro, diversas fugas escravas ocorriam e, na maioria das vezes, essas pessoas, refugiavam-se em quilombos, que se constituíam verdadeiras comunidades. Muitos quilombos foram relevantes, mas, o de maior destaque, foi o quilombo dos Palmares²².

²² O quilombo dos Palmares, foi considerado o maior do Brasil, composto por uma junção de quilombos chegando a reunir cerca de 20 mil habitantes, calcula que sua formação tenha sido por volta do ano de 1629, situado entre, Pernambuco e Alagoas. Governado a princípio, por Ganga-Zumba, sendo substituído por Zumbi, mantendo-se no comando do quilombo por 16 anos, quando foi morto em 1695, no confronto que arrasou o quilombo, realizado por mercenários sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Com o passar dos tempos, a intenção de colonizar o Brasil, a partir, das capitânicas, não deu os resultados esperados, ora por falta de recursos, ora pelo descaso dos próprios donatários. Apenas, as capitânicas de Pernambuco e de São Vicente, apresentaram proposições positivas, destacando-se quanto ao cultivo da cana-de-açúcar.

Na segunda metade do século XVII, a Coroa passou a enfrentar inúmeras dificuldades, políticas e econômicas, eclodindo na perda do monopólio açucareiro. Diante do declínio do império do açúcar, os portugueses tiveram a intenção de desbravar o interior do Brasil, ultrapassando os limites pré-estabelecidos no tratado de Tordesilhas, para tanto, a Coroa passou a estimular uma política de expedições que ficaram conhecidas como: descidas ou missões, entradas e bandeiras²³. Paralelo a isso, a Coroa, proíbe a criação de gado nas fazendas de açúcar no litoral nordestino, por ser considerada antieconômica, devido a utilização de grandes extensões de terra para o pasto, considerada muito mais rentáveis se cobertas por canaviais, de modo que, a solução específica para esse impasse, seria a conquista do interior do sertão, ou seja, o agreste nordestino, com isso, a possibilidade de expandir às fazendas de gado, tornariam-se reais e sem prejuízos para as lavouras até então canavieiras.

Essas expedições, foram responsáveis, pelo processo de interiorização do Brasil. Um dos exemplos desse desbravamento, foi o reconhecimento da área que, atualmente, pertence aos Estados de Goiás e Tocantins, que ainda no século XVII, no ano de 1625, descendo o rio Tocantins, os missionários, fundaram uma missão religiosa na região, que hoje é o Estado do Tocantins (NASCIMENTO, 2007).

Com todos os impasses, principalmente econômicos, pelos quais passava a Colônia brasileira, as capitânicas, que já davam sinais nítidos de que realmente não

²³ As **descidas**, eram expedições coordenadas pelos padres jesuítas, capuchinhos, franciscanos e carmelitas, esses, formavam pequenos redutos, também chamados de missões, partiam normalmente de Belém e de São Luís, seu intuito, era conhecer novas terras e catequizar os indígenas, de modo que, os indígenas passassem a seguir a doutrina e os princípios cristãos e, não mais, suas crenças e rituais místicos, ou seja, a intenção das descidas, era a aculturação, dos povos indígenas. As **entradas**, tinham caráter oficial e partiam de um ponto qualquer do litoral, com o objetivo de explorar o interior da colônia, seus propósitos econômicos e povoador, não foram alcançados pois, não chegaram a ampliar seus limites territoriais. As **bandeiras**, eram expedições organizadas e patrocinadas, por particulares e não respeitavam o tratado do Tordesilhas, partiam geralmente da Vila de Piratininga, capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo, seus objetivos variavam desde, aprisionar índios para escravizá-los, conhecidas bandeiras de apresamento ou predadoras, as que iam em busca de metais preciosos, conhecidas como prospectoras e, as que combatiam índios rebeldes ou destruíam quilombos, ficaram conhecidas como, bandeiras sertanista de contrato (NASCIMENTO, 2007).

progrediriam. Passaram progressivamente, a serem retomadas, pela Coroa, até serem extintas, no século XVIII, mais precisamente, em 1759 pelo Marquês de Pombal²⁴.

Como resultado do modelo baseado nas capitanias hereditárias pode-se ressaltar que, o Brasil ficou duzentos e vinte e cinco anos, submetidos a um sistema totalmente explorador, tanto de vidas humanas, quanto das riquezas naturais das quais dispunham as terras brasileiras, além de estabelecer, uma relação de total dependência, nos aspectos políticos e econômicos, com outros países, na época Portugal e Inglaterra.

Diferentemente dos sistemas das capitanias, os sistemas de doação das sesmarias, perdurariam bem mais na estrutura econômica e política brasileira. As sesmarias, mesmo territorialmente menores, ainda representariam grandes quantitativos de terras, tendo como centro de sua atividade, o cultivo e a colheita das densas lavouras, baseada na monocultura e na industrialização a partir dos engenhos, essa estrutura seria, a origem do sistema agrário brasileiro, atualmente representado pelos enormes latifúndios existentes no decorrer de todo o território.

As sesmarias, representariam na estrutura fundiária brasileira, a gênese dos latifúndios brasileiros

Simultaneamente, acompanhando os primeiros passos da formação da propriedade, germinavam as sementes do Estado [...] A terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado, eis o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase de nossa História (STEDILE 2005, p. 62).

Para Stédile (2005, p. 62), a sesmaria e o engenho, se desenhariam no cenário brasileiro, como instituições fundamentais na estrutura econômica brasileira

²⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras (1759), mais tarde, marquês de Pombal (1769), foi um nobre, diplomata e o maior estadista do Império português. Em 1750, no reinado de dom José I, tornou-se secretário de Estado dos Negócios do Reino de Portugal, equivalendo hoje, ao cargo de primeiro-ministro. Sua política era a favor do absolutismo monárquico. Ficou conhecido pelo impulso que deu a educação de seu país, no propósito de atualizar Portugal em relação ao restante da Europa. Na Colônia brasileira, expulsou os padres jesuítas, acusando-os de apoiar os indígenas, na resistência contra Portugal, foi autor de leis que proibiam escravizar índios, acabou com a discriminação dos cristãos novos – judeus convertidos. Reformou a Universidade de Coimbra, o exército e a marinha. Reorganizou as finanças do Estado, criou a Imprensa Real e a Escola de Comércio e deu impulso a várias manufaturas para tornar Portugal menos dependente da Inglaterra. Em 1777, Pombal perdeu seu poder político e foi afastado do governo, desde então, Portugal, voltou a cair no atraso e na dependência da Inglaterra, até ser invadido pela França, em 1808 – quando a família real fugiu para o Brasil. http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/era_pombal.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

A ela a Coroa dispensa todas as suas atenções e não são raras as provas de que o sistema aplicado no Brasil, já experimentado com êxito em outras colônias portuguesas, para aqui se transplantava deliberadamente, em virtude de um plano preestabelecido. Não há nada de acidental, por conseguinte, no fato de se iniciarem as atividades econômicas em nossa terra, sob o signo da grande propriedade, da grande lavoura. A intenção da Metrópole era realizar o que efetivamente foi cumprido: por nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeudá-los segundo as suas mais puras tradições jurídicas e, ao lado disso, associar na empresa os 'homens grossos', os mais diletos filhos da classe burguesa enriquecida na mercancia.

A política excludente das sesmarias, fortalecia cada vez mais a aristocracia rural e tornava o restante da população, ainda mais empobrecida e dependente, apenas de sua força de trabalho, não lhes permitindo, nem à posse de terras e nem sua concessão para nelas trabalharem.

O cenário que caracterizou o Brasil-Colônia, no século XVIII, era uma vastidão de terras abandonadas e um enorme contingente de pessoas que se mantinham à margem, impedidas legalmente, de usufruírem dessas terras.

Na década de 1730, no intuito de descobrirem minérios preciosos, foram intensificadas as bandeiras, com destino ao interior do país, em específico, para as terras onde se localizavam, os Estados de Goiás e Tocantins. Essas expedições prospectoras, conseguiram encontrar os primeiros veios de ouro na região do atual Estado do Tocantins, gerando conflitos pela posse das terras, entre, paulistas, portugueses, habitantes do Grão Pará e do Maranhão, que também se deslocavam para a região em busca de riquezas (NASCIMENTO, 2007).

Diante da intensificação pela busca do minério, formou-se um povoamento na parte sul do atual Estado do Tocantins, devido ao difícil acesso à região, pela parte norte. Diante da nova realidade, atividades diversas passaram a ser executadas, ao sul, atividades de garimpo, ao norte, relativas à agricultura, à pecuária e ao comércio regional, consideradas na época, de pouca relevância econômica. Com a escassez das atividades de mineração, a região norte, passaria a ser valorizada, com a prática do comércio regional.

A região norte, passou a ser habitada por migrantes nordestinos, a procura de terras devolutas. Para se estabelecerem, apossaram-se de grandes extensões de terras, para exercer atividades referentes à criação de animais, utilizando principalmente o gado vacum (NASCIMENTO, 2007).

Retratando a realidade brasileira, Stedile (2005, p. 75) aponta:

1º - Nossa população é quase nada, em comparação com a imensidade do terreno que ocupamos há três séculos. 2º - As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir que não sejam sujeitas à invasão dos índios. 3º - Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras e mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste, que deixe ficar a família por alguns anos. 4º - Há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras e sempre falta de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente. 5º - Nossa agricultura está em o maior atraso e desalento, a que ela pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em nossa civilização.

Imbuído nessa realidade, o Brasil, logo no início do século XIX, passaria a viver um momento de euforia e reviravoltas com a chegada da família real ao Brasil, no ano de 1808.

Em 1815, D. João, elevaria o Brasil à Reino, intitulado-se D. João VI. Na sequência, várias ações administrativas, fizeram da Colônia uma Nação, na época, a capital, Rio de Janeiro, receberia, várias inovações que lhes propuseram uma aparência de cidade, como o Canal do Mangue, o Passeio Público, o Jardim Botânico, as Escolas de Cirurgia, Militar, Naval e Belas Artes, o Museu, o Banco do Brasil e o Tribunal do Comércio (BASBAUM, 1976).

Com o retorno do rei D. João VI à Portugal, o príncipe D. Pedro, assumiria a regência do Brasil, representando um passo para a emancipação do país, no entanto, o Brasil passaria a sofrer pressão da burguesia portuguesa, para que todas as suas regalias fossem reestabelecidas.

Como resultado dessa questão política entre Brasil e Portugal, em janeiro de 1822, o príncipe regente, contrariaria as aspirações de Portugal e permaneceria no Brasil, ato que se configuraria como o Dia do Fico, ato este, que representaria a emancipação política do Brasil em relação à Portugal. Segundo Basbaum (1976, p. 106), “Estava o Brasil virtualmente independente e separado de Portugal”.

Sobre o início do novo Império, Basbaum (1976, p. 237) coloca

Nenhuma base ou simpatia popular pelo novo Império. Os primeiros entusiasmos criados pela independência logo se desvaneceram. A terra continuava em mãos de seus antigos proprietários. Os imensos latifúndios, longe de diminuir, haviam atingido a extensões hoje quase inacreditáveis, havendo propriedades maiores que alguns países europeus.

Nesse contexto, as concessões de sesmarias dadas pela Coroa Portuguesa, confrontavam com a realidade e o avanço dos inúmeros posseiros, já existentes, no Brasil. Essa situação, se agravaria, com a assinatura da resolução nº 76 de 17 de

julho de 1822, em cujo documento, constaria a suspensão de concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, impedindo que concessões de terras, fossem dadas, em virtude do novo momento político que o Brasil vivenciara, no entanto, a realidade da estrutura dos latifúndios iria se perpetuando.

Com a extinção das sesmarias, de modo contraditório, o mesmo governo que impedira uma recolonização do Brasil por Portugal, nega, a uma enormidade de brasileiros, o privilégio de se beneficiarem, com o acesso à terra, a partir, de sua concessão, forçando toda uma população a buscar terras longínquas e ainda não habitadas. A essa situação, Stedile (2005, p. 77) se refere como o início de um acontecimento de maior significação para a história do monopólio da terra do Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas, pelo grande contingente da população rural.

Na iminência da proclamação de independência do Brasil, questões separativas, também aconteceriam no interior brasileiro, na região correspondente, às áreas que hoje são, os Estados do Goiás e Tocantins. O norte, representado pelo Estado do Tocantins, nutria anseios separatistas, em relação ao sul, Estado do Goiás, situação agravada principalmente, pelos pesados tributos que, a região norte da província, era obrigada a pagar devido à mineração, mesmo não a praticando (NASCIMENTO, 2007).

Um ano antes da proclamação de independência do país, em 1821, o desembargador Joaquim Teotônio Segurado²⁵, rebelar-se-ia contra a Coroa portuguesa, proclamando um governo autônomo, instituindo uma Junta Provisória do

²⁵ Joaquim Teotônio Segurado é considerado uma personalidade de destaque na história do Estado do Goiás e do Tocantins. Iniciou sua carreira pública no Brasil em São João del-Rei, Minas Gerais. Foi ouvidor geral da Capitania de Goiás, na primeira capital, Vila Boa de Goiás, sendo nomeado pelo Decreto de 12 de outubro de 1803. Em 1805, Segurado é promovido ao cargo de desembargador da relação do Rio de Janeiro, no ano seguinte, é nomeado desembargador da comarca de Goiás. Em 1808, Teotônio Segurado solicita à Coroa Portuguesa, com respaldo do governador, a criação de uma comarca e de uma vila no norte de Goiás, bem como sua nomeação como ouvidor desta nova comarca. No ano de 1810, Dom João VI, ordenou a transferência da sede da comarca de São João das Duas Barras, para Vila de Palma, atual Paranã/TO, transferindo para ali também, o corregedor Joaquim Teotônio Segurado, considerado grande articulador, para o desenvolvimento da agricultura e mineração da região, uma vez que estimulou o comércio e a navegação pelo rio Tocantins. Em 7 de agosto de 1821, é eleito deputado, pela Província de Goiás junto às Cortes Portuguesas. Em janeiro de 1822, viaja à Portugal e toma posse como deputado no dia 8 de abril de 1822, aos 47 anos de idade. Na época, Segurado foi considerado a maior liderança política do centro-norte brasileiro. Como homenagem à sua contribuição pioneira para emancipação tocantinense e criação do Estado do Tocantins, a principal avenida da capital, Palmas, considerada a mais longa do país, recebeu seu nome (NASCIMENTO, 2007).

governo de Palma. No entanto, diante de fortes represálias, as lideranças da região tocantina, cederam a pressão efetivada pelo Estado de Goiás, ocasionando na época, a extinção da Junta Provisória do governo de Palma, assim como, a intenção separatista.

No entanto, as intenções separatistas do norte goiano, continuariam no cenário brasileiro desde então, sendo consolidada, apenas no século XX, no ano de 1987, a partir da Emenda Popular – PE00026-1.

Oficialmente, o Estado do Tocantins foi emancipado, durante a Assembleia Nacional Constituinte, que estabeleceu, no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as condições para a criação de um novo Estado.

Em 5 de outubro de 1988, o norte de Goiás, passaria a chamar-se, Tocantins, inserindo-se na Região Norte. Em 1º de janeiro de 1989, o Estado do Tocantins foi instalado.

A intenção separatista que culminou na criação do Estado do Tocantins, valorizou de certa forma o interior do país, contribuindo para o fortalecimento de uma política de ocupação e conseqüentemente, a luta pela terra, intensificando o enfrentamento do monopólio da terra, na mão de tão poucos e da inexistência de políticas voltadas para as populações que residiam no campo, o que veio caracterizar uma nova fase da vida agrária brasileira. Abaixo, ilustração 4, podemos visualizar o mapa que ilustra, a divisão do Estado de Goiás e a criação do Estado do Tocantins.

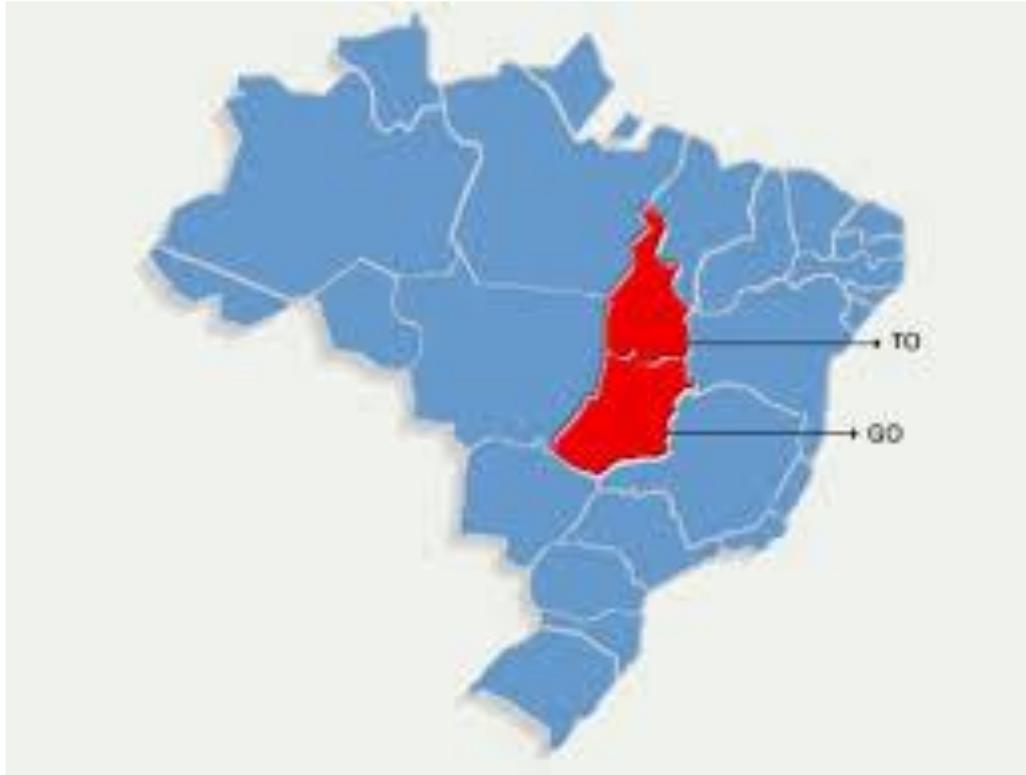


Ilustração 4 – Mapa com a divisão do Estado do Goiás e criação do Tocantins

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+goiás+antes+da+divisão&tbm>. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

No século XIX, muitas revoltas populares passariam a fazer parte do cenário brasileiro, ressaltando a indignação da população carente, diante da situação política, econômica e social do país, entre as mais destacadas podemos citar:

A Cabanagem, revolta contra o governo regencial, ocorreu entre os anos de 1835 a 1840, foi estimulada, pela grande situação de miséria, que um grande número de desvalidados, constituídos por índios, negros e mestiços viviam.

A Sabinada, ocorrida entre os anos de 1837 a 1838, também foi uma revolta popular, contra a monarquia e a favor da autonomia das províncias, revoltaram-se também, contra o recrutamento de seus soldados para combater a revolta dos Farrapos, entre os 1835 a 1845, no sul do país. Houve também a luta dos sabinos em favor da separação da Bahia em relação ao resto do Império.

A Balaiada, foi a revolta ocorrida, entre os anos de 1838 a 1841, os balaios, como eram conhecidos, os seus participantes, lutavam para expulsão dos comerciantes portugueses, considerados exploradores, como também, a extinção da polícia, truculenta e sempre aliada aos poderosos. Segundo Basbaum (1976), a

Balaiada, no Maranhão, foi considerada uma insurreição de escravos, organizada pelo negro Cosme, conhecido como o Balaio.

A Praieira, ocorrida entre os anos de 1848 a 1850, em Pernambuco, assim como a Balaiada, lutava, contra a permanência de comerciantes estrangeiros no Brasil. Eram contrários ao poder excessivo do governo central e lutavam a favor: da ampliação dos direitos dos cidadãos, do sufrágio universal, da liberdade de imprensa, do fim imediato da escravidão e da distribuição das terras, que integravam os latifúndios, às famílias pobres, que não possuíam terras.

Todas essas revoltas, marcariam uma indignação social por todas as medidas políticas e econômicas, que, ao longo dos anos, vinham sendo tomadas no Brasil, medidas estas, que sempre desvalorizavam a camada mais pobre da população, para que, uma pequena camada usufrísse de benefícios e riquezas.

Em torno dessa realidade, somava-se a ela, a luta dos escravos negros, por sua libertação, que crescia e tornava-se uma realidade muito próxima, baseada na pressão pela qual vinha sofrendo o governo brasileiro, por países capitalistas, principalmente a Inglaterra, que necessitava expandir o mercado com seus produtos industrializados e, no propósito de ampliar seu mercado consumidor, avistara no Brasil – essa imensidão, uma possibilidade bem gratificante.

A Inglaterra, veemente pressionava o governo brasileiro para que, o fim da escravidão no Brasil fosse consolidado, como um passo a ser dado, frente ao desenvolvimento capitalista, que o mundo, naturalmente, vinha sendo transposto.

Diante da iminente libertação dos escravos, o governo brasileiro, passaria a legislar o processo de posse das terras, que culminaria, na primeira Lei de Terras, com isso, as terras brasileiras passariam a ter valor, viabilizando assim, a propriedade privada, se configurando o cenário que, o acesso às terras ficaria restrito, ao seu pagamento.

A ideia do governo brasileiro era que, mesmo com a libertação dos escravos (Lei Aurea nº 3.353/1888), ainda existiria, a poucos custos, uma leva considerável de mão-de-obra, de modo que, continuariam a sustentar com seu trabalho, as densas lavouras pertencentes aos latifúndios.

Um extenso território disponível ao cultivo, milhares de pessoas impedidas de morar e cultivar a terra, impossibilitadas de sobreviverem nas áreas rurais, passaram a caracterizar a realidade do Brasil, uma realidade construída no Brasil-Colônia e,

que hoje, se faz fortemente enraizada em nossa sociedade, justificando o título deste primeiro capítulo – Brasil: um continente de terras e de gente sem terra.

1.3 O início da propriedade privada e as proposições sociais e políticas da época

O contexto social do século XIX, era de total afloramento dos ideais capitalistas e seu expansionismo. Diante disso, o mundo europeu, vivia uma realidade, em que, o comércio e o mercado eram possibilidades econômicas mais prósperas que já vivera em todos os tempos, contudo, a Inglaterra, que na época liderava a pujança capitalista, pressionava todos os países que fossem economicamente seus dependentes, a cederem às políticas expansionistas, para isso, incentivava a propagação do mercado consumidor, de modo a garantir o escoamento de seus produtos industrializados.

A economia, essencialmente escravista, mantida no Brasil-Império, contrariava os ideais capitalistas, de modo que, para reverter essa realidade, seria necessário que se alterasse o modo de produção escravista, para, o modo de produção baseado no trabalho remunerado, com isso, a sociedade brasileira, aumentaria seu poder de compra e fomentaria seu mercado consumidor, outrora, abastecido basicamente de produtos industrializados vindos da Inglaterra. Nessa ótica, o Brasil, além de exportar suas reservas naturais e riquezas para Portugal, teria ainda, que proporcionar um mercado consumidor que pudesse adquirir os produtos industrializados da Inglaterra.

Os países que intensificavam, o modo de produção, baseado no sistema do capital, necessitavam veemente, de nações consumidoras, de modo que, o governo brasileiro, dependente economicamente do governo inglês, não teve muitas escolhas que não fosse, findar o modo de trabalho escravista, que vergonhosamente fora utilizado, em suas relações econômicas, entre os anos de 1530 a 1888 e substituí-lo pelo modelo de trabalho assalariado, e com isso, contribuiria para o desenvolvimento do sistema do capital.

Enquanto as questões abolicionistas, esboçavam-se no cenário brasileiro, os sesmeiros, passariam cada vez mais, a possuírem poder e prestígio, demarcando

com certa liberdade, as terras brasileiras mais prósperas, localizadas em pontos estratégicos economicamente. Em 1822, praticamente não haviam mais terras a serem concedidas.

A grande concentração de terras intensificou o surgimento de posseiros, o que era inevitável, visto que, um grande quantitativo de terras, era de posse de poucos latifundiários, o que provocou vários embates, entre posseiros e sesmeiros. Diante dos conflitos, como sempre, a legalidade se colocaria ao amparo dos fazendeiros, que se valiam de decisões judiciais para expulsar os posseiros das terras demarcadas.

Em 18 de setembro de 1850, é outorgada por Dom Pedro II, a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras, com ela, as terras brasileiras, poderiam ser adquiridas a partir do poder de compra, substituindo o termo concessão de uso. Com a criação da Lei de Terras, o governo teria certeza que não faltaria uma grande massa de mão-de-obra para as lavouras, pois, grande parte da população brasileira, não tinha posses para adquirir terras, referendando a situação já existente, ou seja, os únicos que possuíam posses para comprar as terras eram os que já possuíam suas concessões.

Escravos e colonos empobrecidos, não tinham como pagar para adquirir sua própria terra e assim, nada mudou, os sesmeiros continuariam com seus grandes contingentes de terras, agora legitimados por lei, enquanto, uma grande parte da população brasileira, continuaria sujeita às mazelas sociais, apenas possuindo sua força de trabalho, que normalmente era vendida aos senhores dos latifúndios.

Com isso, o governo teria grandes vantagens: primeira, se livraria da grande pressão que a Inglaterra vinha fazendo e, segunda, as lavouras não perderiam sua tão importante, mão-de-obra, terceira e mais onerosa para a maioria da população brasileira, o Estado não assumiria nenhuma responsabilidade quanto à concessão de terras, ficando como, responsabilidade individual, conseguir seu local de moradia e de sobrevivência, desvalendo mais uma vez grande parte da população brasileira.

Dessa maneira, a Lei de Terras, serviria para que, uma lacuna ainda maior se estabelecesse no sistema fundiário brasileiro, pois, dia após dia, o contingente de pessoas desabrigadas e sem direito a utilizar-se das terras brasileiras como moradia e como local de sobrevivência, só tenderia a aumentar.

Sobre o intuito da Lei de Terras, Morissawa (2001, p. 70-71) ressalta

Percebendo ser inevitável o fim da escravatura, e também diante dos conflitos por terras em várias regiões, especialmente no Sudeste cafeeiro, a Coroa brasileira estabeleceu uma lei restringindo o direito de posse da terra. Isso para que os ex-escravos, brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar proprietários, mas se constituíssem a mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a Coroa. Portanto a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso... Tudo como queriam os poderosos da terra. Foi a contrapartida para a abolição.

Assim, conforme aponta Morissawa (2001), a Lei de Terras, foi a contrapartida do governo para os latifundiários, para o efetivo fim, da escravatura no Brasil, mostrando a real intenção do governo com a aprovação da Lei de Terra.

No entanto, o processo abolicionista, ocorreu de maneira gradual e sob forma de várias leis. Segundo Basbaum (1976), a primeira lei que desencadeou o processo abolicionista, traria à tona, o contexto da ruína vivenciada pela aristocracia açucareira e que junto a outros fatores, promoveria a ruína do Império.

Sobre a ruína do Império Basbaum (1976, p. 237) coloca

Todo o Império repousava na agricultura açucareira do Nordeste e da Província do Rio de Janeiro, que dominavam a vida econômica e política nacional, até meados do século XIX. A sua decadência era a decadência do Império. A partir dessa época, estava a Monarquia condenada. [...] sob uma aparência saudável, uma ferida minava o organismo imperial. Essa ferida era a decadência do açúcar, da aristocracia açucareira.

O processo abolicionista, iniciou-se, a partir de 1850, com a lei Eusébio de Queirós e, a partir dela, estaria decretada o fim do tráfico de escravos, tornando-o ilegal. Na sequência, foi instituída, a lei do Ventre Livre ou lei Rio Branco de 1871, que em seus escritos, considerava livres os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir de sua institucionalização, portanto, uma lei contraditória, filhos livres de pais escravos.

Ainda parte do processo abolicionista, em 1885, o governo aprovaria a lei dos Sexagenários ou lei Saraiva-Cotejipe, concedendo liberdade aos escravos com mais de sessenta anos de idade, outra lei contraditória e que beneficiaria a poucas pessoas, considerando que, na época, dificilmente um escravo chegava a viver mais de sessenta anos, e, pôr fim, a lei Áurea de 1888, tornando livres todos os escravos que viviam em território brasileiro (BASBAUM, 1976).

Ao mesmo tempo em que o Brasil vivenciara um cenário abolicionista, a Europa era acometida por uma severa crise, atingindo fortemente a parte mais pobre da sua população e, entre eles, encontravam-se camponeses sem terra.

Com o fim da escravidão e aproveitando-se da situação de crise, na qual, a Europa perpassava, o governo brasileiro, com receios de que lhe faltasse, mão-de-obra para o trabalho nas lavouras, passou a negociar com países europeus, a vinda de famílias de agricultores, “os imigrantes”, a fim de trabalharem nas lavouras cafeeiras, especialmente, mediante vantagens.

No sul do país, a vantagem era a oportunidade de adquirir sua própria terra para começar uma nova vida, efetuando uma espécie de colonização, já no sudeste, a promessa já era em torno de se trabalhar nas propriedades, a partir do regime que ficou conhecido como colonato, no qual, esses imigrantes, adentravam nas propriedades, em que já existiam plantações prontas, advindas da época escravista, lhes sendo oferecido, por meio de empréstimo, um pedaço de terra para que fizesse seu próprio cultivo, criasse alguns animais, ou seja, da terra concedida, tiraria seu sustento e de sua família. Os ganhos com a venda dos produtos cultivados e colhidos eram destinados aos donos dos latifúndios e o pagamento pelo trabalho dos imigrantes eram concedidos em produtos, que poderiam ser vendidos, junto ou separado, da parte que ficava com os donos das plantações.

Diante dessa realidade, uma enorme leva de imigrantes, começava a compor o cenário populacional brasileiro, trazidos em navios. Instalavam-se em fazendas e tudo lhes fora cobrado: o traslado de sua terra natal às terras brasileiras, sua locação, sua manutenção e de sua família, assim como, a terra, que alguns imigrantes adquiriram.

Ao chegarem no Brasil, os imigrantes, encontraram enormes latifúndios, que até, pouco tempo atrás, tinham como mão-de-obra, o trabalho escravo, disponibilizado permanentemente aos senhores, essa relação de trabalho, mesmo com a abolição da escravatura, não mudaria repentinamente, mesmo se tratando de homens e mulheres livres. Sobre os imigrantes, Morissawa (2001, p.74) relata: “Os imigrantes chegavam cheios de sonhos de enriquecimento a partir do trabalho na terra. A relação de trabalho que a maioria iria enfrentar estava muito próxima da escravidão [...]”.

Segundo Basbaum (1976), a causa fundamental da República foi uma junção de fatores sociais, econômicos e políticos, em torno de um contexto que se

destacava: a abolição, a questão religiosa, a questão militar e a decadência econômica da aristocracia açucareira da época.

Para a aristocracia rural, o Império, foi o culpado por grande parte de sua ruína, no momento em que, as libertações ocorridas no decorrer de todo processo abolicionista, não foram indenizadas. Com isso, houve um descontentamento da classe dominante com o Império, que passou a ver a República, como alternativa.

Em 15 de novembro de 1889, a forma de governo, Monarquia Constitucional deu lugar à República, o imperador, D. Pedro II, foi destituído do cargo e em seguida, instaurado um governo republicano provisório, assumindo como primeiro presidente da república, o marechal Deodoro da Fonseca e como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto.

O início do período republicano brasileiro não contou com grandes alterações nos aspectos econômicos e sociais. A população em geral, seguia uma rotina quase inalterada, pois, o que havia acontecido no Brasil, sem qualquer manifestação popular, foi uma repentina mudança de regime, como aponta Basbaum (1986, vol. 2, p.15), em um breve comentário “Lembremo-nos de que às vésperas do dia 15 de novembro a ideia republicana não passava ainda de uma ideia”.

A aristocracia cafeeira, a partir da instauração da República, começaria a se destacar no contexto brasileiro e o povo, que constituía a grande parte da população, se manteria à margem do processo de implantação do novo regime, ficando mais uma vez, sem representatividade no cenário brasileiro, agora republicano. Fatidicamente, o povo, continuaria sem fazer parte das escolhas, das representações, sem ter acesso aos direitos básicos.

A camada populacional ativa, no novo cenário brasileiro, era composta segundo Basbaum (1976, p. 278) de:

[...] uma pequena camada letrada das populações urbanas – médicos, advogados, jornalistas e alguns militares de patente média, - sem *estratum* econômico, politicamente idealista e até certo ponto industrialista, e que via na República a redenção para os males que afligiam o país; outra, constituída pelos ricos fazendeiros do café, objetivista, realista, essencialmente agrícola, escravocrata e excepcionalmente emancipacionista, que esperavam na República uma solução para as endêmicas crises que sofriam na própria carne.

Assim como, o cenário rural, modificava-se em relação ao modo de trabalho utilizado nas grandes lavouras, o cenário urbano, também sofria alterações com a chegada de milhares de ex-escravos, oriundos das mesmas fazendas que recebiam

a força do trabalho imigrante. Os ex-escravos, viam-se impedidos de continuarem morando no campo, primeiro, por não terem condições para adquirir sua própria terra e, segundo, por se negarem a permanecerem, apenas, como mão-de-obra para os latifundiários. Dessa situação, só lhes restavam migrar para as cidades em busca de novas oportunidades, de trabalho e de vida.

No processo abolicionista, pelo qual passaria o Brasil, nem o governo Imperialista, nem o Republicano, consideraram em momento algum, as milhares de pessoas que estariam desabrigadas, sem condições de moradia e sustento próprio e de sua família. Mais uma vez, a política que se adotaria no Brasil, era unilateral, os benefícios existentes, apenas seriam, para a classe abastada da sociedade, que cada vez mais, consolidava seu poderio.

Assim, Stedile (2005, p. 24) complementa acerca da realidade enfrentada pelos ex-escravos

Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. E pela mesma lei de terra, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a “mãe” das favelas das cidades brasileiras.

No decorrer da história política brasileira, três fatos, marcaram o limiar do século XX, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, a partir do desenvolvimento do proletariado brasileiro como classe consciente e independente; o início da crise estrutural, causada pelo desenvolvimento do capitalismo no mundo e as condições arcaicas que marcavam nossa estrutura agrária, o semifeudalismo e o semi-escravismo, situação esta, que desembocaria na Revolução de 1930 e o terceiro fato, a própria Revolução de 1930, além de várias transformações, como, o desaparecimento do Partido Republicano Paulista – PRP, a substituição da influência inglesa pela norte americana e a substituição do predomínio econômico da burguesia agrária pelo capital financeiro (BASBAUM, 1986, v. 2).

Segundo Basbaum (1986), diante das várias transformações econômicas, sociais e políticas, apenas a propriedade da terra, se manteria como nos tempos imperiais, ou seja, uma grande concentração de terra, nas mãos de poucos

senhores. O sistema das grandes propriedades era, no período colonial, continuou no período imperialista e permaneceu no período republicano, o único sistema de posse e exploração das terras brasileiras, o que a tornou subutilizada e pouco produtiva em sua totalidade.

Sobre a população que habitava o campo brasileiro, no início do século XX Basbaum (1986, v. 2, p. 59) aponta, “em 1920, num país essencialmente agrícola, cerca de vinte e nove milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 90% da sua população não tinha terra alguma”.

Desse modo, grande parte da população brasileira, que vivia no campo, era composta por duas vertentes: a primeira pelos imigrantes, com o propósito de habitar e trabalhar nas terras brasileiras, mais precisamente nos campos, onde localizavam-se as grandes plantações, buscando melhores condições de vida, diferentemente das que vinham tendo em seus países de origem, sujeitos a pobreza extrema, guerras e sem perspectivas de melhoria de vida. Essa população de imigrantes, veio com a proposta de povoar os campos da região sul e sudeste do país.

A segunda vertente, originou-se com a formação no decorrer dos tempos, das populações mestiças, sua gênese, deu-se pela miscigenação ocorrida a partir do desenvolvimento populacional brasileiro.

Essa nova formação da população brasileira, assim como, a população de imigrantes, também se caracterizaria pela pobreza, seguindo das mesmas insígnias de seus ascendentes, primeiro porque, não tinham acesso à terra, por não fazerem parte da linhagem preferencial a terem direito à concessão de terras e, segundo, a partir da Lei de Terras, por não terem posses, na maioria das vezes, para adquiri-las.

Dessa forma, as populações mestiças, condicionavam-se a buscarem alternativas longínquas, voltadas para o interior do país, já que todas as terras, consideradas aproveitáveis, como anteriormente mencionado, já teriam donos, de modo que, essas populações, fortaleceram a migração para o interior do país.

O processo migratório, rumo às terras ainda não valorizadas, voltou-se a princípio, para as fronteiras do litoral e, à medida que essas terras iam se valorizando, automaticamente ocorriam a expulsão desses camponeses, que depois, passaram a migrar, para as terras do Centro-Sul e depois, para a fronteira da Amazônia que, a partir das décadas de 1950 e 1960, transformou-se, na nova

fronteira agrícola do Brasil, porta de entrada para a Amazônia Legal (BECKER, 1990).

Entre os locais da Amazônia, que passaram a compor uma nova fronteira de migração, estava a subdesenvolvida, mesorregião do Bico do Papagaio. Essa região, recebeu camponeses, que por muito tempo, viveram como posseiros e, atualmente muitos ainda vivem, e que, com a chegada de fazendeiros e grileiros²⁶ na região, também atraídos pelas vastas terras, passaram a viver uma rotina de conflitos pela terra.

A mesorregião do Bico do Papagaio, como pode ser visualizada na ilustração 5, tornou-se interessante para os grileiros, depois da construção da rodovia Transamazônica, que automaticamente, contribuiu para a valorização de suas terras. A partir dos incentivos do governo federal, começaram a surgir latifúndios para a criação de gado. Muitas pessoas, chegavam à região, portando documentação falsa, o que lhes davam, o direito de posse sobre a terra. No entanto, essa Região, há tempos, já era habitada por posseiros, que diante da recusa em sair do único lugar que possuíam, geravam vários conflitos que, muitas vezes, resultavam em mortes e tragédias nacionalmente conhecidas (FERNANDES, apud BRETON, 2000).

²⁶ Becker (1990) ressalta que, “os grileiros constituem um componente essencial para o entendimento dos conflitos na região, o ‘grilo’ ou ‘grilagem’ das terras correspondem ao método adotado para a falsificação: buscam-se folhas de papel timbrado, imitam-se escritas e os documentos são amarelecidos propositadamente, guardados em gavetas/compartimentos repletos de grilos que lhes davam ar de antigos [...]. Personagem clássico na expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, o grileiro, na fronteira amazônica tem um papel central nas áreas de dominância de empresas e fazendas, seja ele, um fazendeiro em si, seja um intermediário, das empresas ou de uma firma imobiliária” (p. 31).

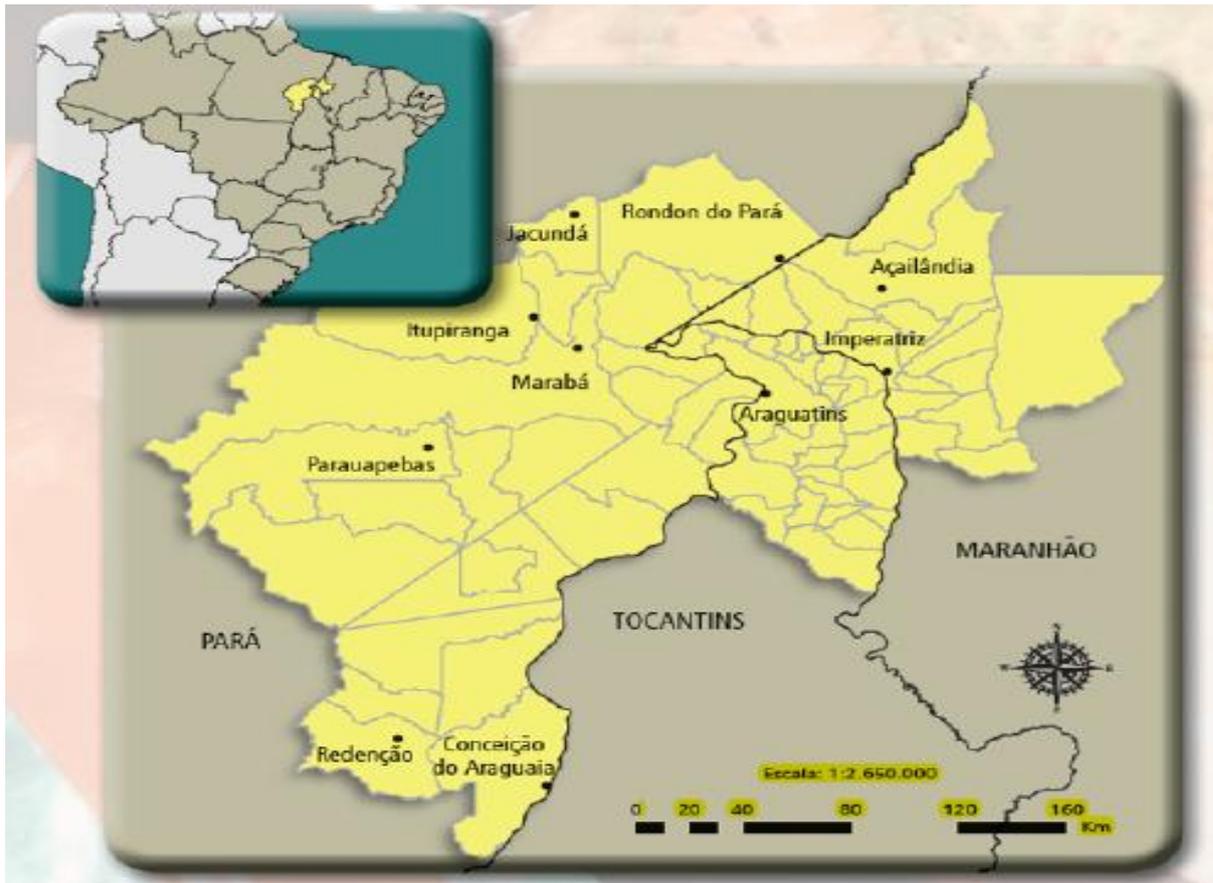


Ilustração 5 – Mapa de localização da mesorregião do Bico do Papagaio

Fonte: www.interacao.gov.br. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

1.4 A República Populista Brasileira: de 1930 a 1964

O movimento republicano e a república, não foram situações políticas que modificaram significativamente a vida da maioria da população brasileira, principalmente das pessoas que viviam no campo. O mundo, vivia em um contexto conturbado por guerras, revoluções e crises econômicas que abalavam fortemente todo o mundo e também repercutiram no Brasil.

No ano de 1922, o Partido Comunista do Brasil – Pcdob é fundado por líderes comunistas, no cenário brasileiro. Destaca-se a prática do Coronelismo que, segundo Morrissawa (2001), consistia em um fenômeno baseado no poder centralizado de uma pessoa que se denominava coronel. A figura do coronel,

passou a desempenhar um papel político no cenário brasileiro principalmente, nas áreas rurais, onde se localizavam suas imensas propriedades de terra.

A política brasileira, nitidamente passava a ser vista, como um jogo de interesses e de indicações, sendo estas, na maioria das vezes, feitas pelos coronéis, que detinham total domínio de seus trabalhadores e agregados, inclusive se tratando de seus votos. Nesta mesma época, o Brasil, viveria uma situação política que ficou conhecida como “Política do café-com-leite”²⁷, caracterizada pela alternância entre mineiros e paulistas, na presidência do país. Essa política, proporcionaria privilégios, principalmente aos latifundiários, como exemplo, a disponibilização de cargos e vantagens políticas.

Ainda na década de 1920, os militares, começariam a manifestar-se contrariamente aos rumos políticos que o país vinha tomando, ocasionando o movimento chamado Tenentismo, que insurgiu, contra as arbitrariedades do governo da época. Mais tarde, no ano de 1925, o Tenentismo, junta-se à Coluna Prestes, organizada pelo também ligado a ala militar, o capitão Luís Carlos Prestes, conforme citado por Morissawa (2001, p. 77).

A Coluna Prestes era um contingente de 1.500 homens. Passou para o atual Mato Grosso do Sul, subiu até o Maranhão, cruzou uma parte do Nordeste e Minas Gerais, retornou ao Mato Grosso do Sul e atravessou a fronteira com a Bolívia em fevereiro de 1927. Nesse trajeto, enfrentou tropas do Exército, forças policiais dos estados, jagunços e cangaceiros contratados pelos ‘coronéis’, sem nunca ser abatida. Por onde passava promovia comícios e distribuía panfletos contra o regime oligárquico e o autoritarismo do governo.

O movimento organizado em torno da marcha da Coluna Prestes, serviu para mobilizar politicamente o Tenentismo, com proposições que alavancaram o nome de Getúlio Vargas, no cenário político brasileiro. Segundo Morissawa (2001), quando organizou e durante todas as conjunturas políticas que a Coluna Prestes desencadeou, Luís Carlos Prestes, não havia ainda, aderido ao comunismo.

²⁷ A Política do café-com-leite, foi uma prática política, que visava a predominância do poder nacional por parte das oligarquias paulista e mineira, durou entre os anos de 1894 a 1930, foi protagonizado por presidentes civis fortemente influenciados, pelo setor agrário, do Estado de São Paulo, com grande produção de café e pelo Estado de Minas Gerais, maior polo eleitoral do país e produtor de leite. Nessa política, eram predominantes no poder, representantes do Partido Republico Paulista – PRP e o Partido Republicano Mineiro – PRM, sendo que, na época, o voto não era secreto, o que tornava o voto aberto, comumente sujeito, à ocorrência de fraude eleitoral, características marcantes da política café-com-leite. Essa política, teve início com o governo de Campos Sales, na década de 1890 e só terminou oficialmente com a Revolução de 1930, com a posse de Getúlio Vargas no governo do Brasil.

Liderando a revolução burguesa de 1930 e, a partir de um golpe apoiado por forças da elite industrial e influências do Tenentismo, Getúlio Vargas, chega pela primeira vez à presidência do Brasil. E, em 1937, inaugura uma nova realidade social e econômica para os brasileiros, ficando conhecido como, Estado Novo.

No entanto, mesmo com a perda de espaço, a política ruralista não perderia influência no cenário político brasileiro, de modo que, por mais que tivesse havido um enfraquecimento político dos latifundiários, em relação, as decisões políticas e econômicas do país, ainda continuariam, com a mesma estabilidade econômica, donos e proprietários de vastas extensões de terras brasileiras, ou seja, o governo getulista, jamais cogitaria, uma revolução nas bases estruturais da economia brasileira.

Sobre os rumos que o Brasil passa a ter, sob o governo de Getúlio Vargas, Stedile (2005, p. 28) aponta

O período que Getúlio sobe ao poder é marcado por uns de projeto nacional de desenvolvimento, por outros de Era Vargas [...] Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria [...] As oligarquias rurais continuam donas da terra, continuam latifundiárias e produzindo para exportação, mas não mais detêm o poder político [...] As elites políticas – a burguesia industrial [...].

A proposta do governo Vargas, era desenvolver a indústria brasileira, para isso, a figura do camponês ganha destaque, passando a integrar-se, no sistema capitalista da industrialização independente. Com esse propósito, Stedile (2005, p. 29) detalha a função do camponês previamente determinada

Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria [...] O êxodo contínuo de mão-de-obra camponesa cumpria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria [...] havia sempre um exército industrial de reserva [...] Os camponeses também cumpriram a função de produzir, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária [...] com isso viabilizava a reprodução da força de trabalho operária, com baixos salários, garantindo que a industrialização brasileira obtivesse altas taxas de lucro, e assim crescesse rapidamente. Por essa razão, existe até hoje uma relação direta entre o preço da cesta básica dos produtos alimentícios da sobrevivência da classe trabalhadora urbana e o preço da força de trabalho, que é fixado no salário mínimo. Os camponeses também foram induzidos a produzir matérias-primas agrícolas para o setor industrial [...].

O governo de Getúlio Vargas, ficou conhecido por introduzir a prática do populismo, que se apropriava de discursos nacionalistas, com proposições para que a camada popular participasse do desenvolvimento do país e, com isso, absorvia o apoio de grande parte da massa brasileira, mesmo se utilizando de aparelhos repressores, para manter-se no controle da situação.

Com a proposta do governo, em intensificar a industrialização no país, seria necessário a regulamentação da rotina dos trabalhadores nas indústrias brasileiras, o que seria um atrativo e uma forma que intensificaria sua política populista. Com esses propósitos, o governo de Getúlio Vargas, criaria as primeiras leis trabalhistas brasileiras e, com elas, vários benefícios seriam disponibilizados, tais como: a normatização da jornada de trabalho; a concessão de férias remuneradas; o estabelecimento da idade mínima para o ingresso no trabalho; o lançamento à proposição de um salário, que fosse o mínimo, a ser pago a um trabalhador e a institucionalização de regras para a aposentadoria.

Com essa ação, o governo Vargas, ganharia a admiração e o apreço da massa brasileira, visto que, nenhum governo, havia criado ou oportunizado um benefício com tal relevância para a classe trabalhadora. Com isso, Getúlio Vargas, além de se tornar, bem querido, pela massa populista, proporcionaria, um maior poder de compra para as camadas trabalhadoras, aumentando sua participação na sociedade.

O governo getulista, arquitetou e protagonizou, um dos maiores avanços que os trabalhadores urbanos já tiveram, no entanto, desconsiderou todo um contingente de pessoas, que viviam no campo e que na época, representavam 60% da população brasileira (MORISSAWA, 2001).

Contradizer a estrutura fundiária brasileira, não estaria nos planos de Getúlio Vargas, que era “um militar, filho de um general fazendeiro”, portanto, politicamente não seria habilidoso, para um chefe de Estado, criar desavenças com uma das elites da sociedade que governava.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto da presidência de República e, por não haver, na época, a figura do vice-presidente e, na situação vivida em ocasião do Estado Novo e não haver nem Câmara, nem Senado, não havia Presidente destas instituições, para ocupar o cargo de Presidente da República, desse modo, foi necessário, que o Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, José Linhares, assumisse, as funções de Presidente da República, no período de trinta de outubro

de 1945 a trinta e um de janeiro de 1946. Sendo substituído, após eleições democráticas, pelo general Eurico Gaspar Dutra.

No ano seguinte, uma Assembleia Constituinte, seria eleita, com o propósito de construir uma carta constitucional brasileira. Pela primeira vez, no Senado brasileiro, estaria se discutindo em assembleia a necessidade de uma reforma agrária nas terras brasileiras, visando perspectivas de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

Segundo Stedile (1997), a reforma agrária, traria para toda uma população, que por séculos foi excluída de participar dignamente do desenvolvimento do país, condições para desenvolver-se, para que, a mesma, tivesse outros propósitos, do que lutar diariamente pela sobrevivência.

Historicamente, a divisão das terras brasileiras, foi realizada da maneira mais desigual possível, excluindo indiscriminadamente, a maioria da população. A proposta defendida por Luís Carlos Prestes, na época, Senador pelo partido Comunista Brasileiro – PCB, seria uma divisão, mais digna, das terras brasileiras.

O intuito da ala de políticos comprometidos com maior dignidade social, circundaria em torno da reforma agrária, o que proporcionaria, a um número significativo de pessoas, a oportunidade de também usufruir das terras brasileiras, lhes sendo oportunizadas, perspectivas mais dignas de vida, baseando-se no princípio do uso social da terra para produção. No entanto, a força da classe latifundiária, com ampla maioria nas discussões, fez com que, a reforma agrária não saísse do papel.

Contudo, na ausência de políticas de governo, que abrangesse as necessidades da maioria da população desfavorecida socialmente e economicamente, vários conflitos sociais passariam a compor o cenário brasileiro.

O período de 1930 a 1964, segundo Morissawa (2001), foram anos marcados por lutas camponesas isoladas, que exaltavam, a figura do posseiro, como símbolo das pessoas, que buscavam e ainda buscavam um espaço, para viverem e trabalharem com dignidade na busca pela terra.

Vários foram os eventos que representaram esta saga, uma exclusão histórica, que tinha, no centro, uma população marginalizada e quase sempre esquecida pelos governos brasileiros.

Essas lutas, ficaram marcadas por acontecimentos ocorridos ao longo dos anos, por todo o território brasileiro, como os posseiros, da rodovia Rio-Bahia, que

há anos já povoavam clandestinamente as terras da região de Governador Valadares/ MG; a luta dos posseiros, de Trombas e Formoso no Estado de Goiás, contra grileiros, fazendeiros, juízes e donos de cartórios, que impuseram resistência na valorização das terras, em torno da construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília (BR - 153). O Estado do Maranhão, na região de Pindaré-Mirim, também marcou a história das populações do campo com violência, conflitos e expulsão de posseiros.

E nesse contexto de conflitos, que marcavam o território brasileiro, as lutas camponesas, impulsionaram, grandes organizações a lutarem pela reforma agrária brasileira, destacando-se: a Ultab, as Ligas Camponesas e o Master²⁸. Infelizmente, essas organizações, nunca puderam contar com o real apoio do governo, que sempre se manteve na defesa dos grandes proprietários de terras e dos latifúndios.

Em 1950, na sucessão do general Eurico Gaspar Dutra, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, lança Getúlio Vargas como candidato à presidência, saindo vitorioso das urnas e retornando ao poder, utilizando a frase emblemática “nos braços do povo”. Agora democraticamente eleito, voltaria a assumir o cargo de presidente do Brasil, a política de seu novo governo, de certa forma retomaria algumas ações anteriormente implementadas, sendo a principal delas, a industrialização do país. Mesmo com certa resistência, Getúlio Vargas, passaria a permitir que empresas estrangeiras, fizessem parte no cenário econômico brasileiro, trazendo consigo, uma total abertura para o comércio e a industrialização externa.

²⁸ A Ultab, as Ligas Camponesas e o Master são exemplo de organizações que lutavam pela reforma agrária brasileira, no período de 1954 a 1964. **A Ultab** – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, foi criada pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro, em 1954, com a finalidade de criar vínculos e ideias políticos, entre os trabalhadores rurais e os operários, essa organização, estendeu-se por todos os Estados brasileiros com exceção de Pernambuco, por possui, as Ligas Camponesas e o Rio Grande do Sul, por possuir o Master, tinha como principais líderes, Lindolfo Silva e Nestor Veras. **As Ligas Camponesas**, foram iniciadas, a partir do descontentamento dos trabalhadores rurais, que utilizavam terras abandonadas por seus donos em troca de foro, uma espécie de aluguel no nordeste, acerca do aumento do foro e tentativa de expulsar os foreiros das terras, os trabalhadores passaram a se organizar, sendo representados, pelo advogado e deputado Francisco Julião, do PSB – Partido Socialista Brasileiro. Em pouco tempo, as Ligas, estavam organizadas em mais de 30 municípios pernambucanos, e em outros Estados do Nordeste e de outras regiões do País, as Ligas Camponesas realizaram ocupações de terras, e utilizavam o lema “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, tinham uma consciência camponesa em torno da luta pela reforma agrária radical. Tinham como líderes, além de Francisco Julião, Clodomir Moraes, padre Alípio Freitas e João Pedro Teixeira. **O Master**, foi um movimento iniciado, a partir, da resistência de 300 famílias de posseiros, no município de Encruzilhada do Sul/ RS, o movimento tomou corpo em todo o Estado gaúcho como forma de iniciar acampamentos, suas ações e ideias, contribuíram para a luta do MST. O Master, cresceu sob a égide do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, apoiado pelo então governador Leonel Brizola, com a derrota do partido nas eleições de 1962, o movimento ficou enfraquecido, o Master tinha como líderes João Sem Terra, Jair Calixto e Muller.

O governo Vargas é marcado por intensas pressões. De um lado, vários movimentos populares em prol de aumento salarial, com organizações de protestos contra altos índices da inflação, gerando descontentamentos, na sociedade, por outro, a pressão dos empresários descontentes, devido à concessão de privilégios concedidos à massa trabalhadora, que inflavam seus orçamentos.

No ano de 1955, Juscelino Kubitschek, foi eleito presidente do Brasil e assim como Getúlio Vargas, adotaria uma política de caráter populista. Suas ações de governo, também buscariam o desenvolvimento econômico do país, a partir da intensificação da indústria, de modo que, em seu governo, houve uma total abertura para o mercado externo, ficando marcado, por construir, no centro do país, a nova capital brasileira, Brasília.

O governo de Juscelino Kubitschek não proporcionaria avanços econômicos. O país, ainda seria marcado, pelo forte subdesenvolvimento e pelo modelo exportador de matéria prima, com taxas altíssimas de inflação, o que impediria o Brasil, de investir em tecnologia, produzir seus próprios produtos industrializados. Tal situação reforçaria seu estigma de colônia.

Como herança, o governo de Kubitschek, deixaria ainda, mais sólido, o descaso para com os povos do campo, alimentado, desde as épocas do Império, concedendo nada mais, do que, já haviam conquistado, ou seja, liberdade para migrarem clandestinamente, para lugares longínquos, sem expectativas de prosperidade.

No governo de Juscelino Kubitschek, houve uma intensificação da valorização do modelo urbano, com isso, a necessidade de industrializar-se, induziria o país, a ceder as prerrogativas do capital, de modo que, o campo brasileiro, passaria a configurar-se como local de atraso e de pouca ou nenhuma oportunidade para se viver bem e com dignidade, o estímulo ao êxodo rural era vivaz.

Os anos de 1961 a 1964 marcariam o governo, inicialmente conduzido por Jânio Quadros, que, antes de completar sete meses, abdicaria de seu mandato presidencial, sendo substituído, por seu vice, o último dos populistas, João Goulart.

O governo João Goulart, apresentaria metas claras para implementar reformas, que revolucionariam as estruturas do sistema econômico e social do Brasil, ações que, até então, nenhum presidente, havia manifestado interesse em realizar. Seu governo, parecia realmente, olhar com mais atenção à classe populacional brasileira, sem esquecer-se das populações do campo.

Pela primeira vez, um governo brasileiro, vê como necessário, realizar uma reforma agrária, visando o desenvolvimento do país, com isso, as manifestações realizadas pelos trabalhadores rurais se apaziguariam. Para João Goulart, uma reforma agrária, acalmaria os ares e traria novamente a estabilidade ao país.

Segundo Morissawa (2001, p. 83), o plano para a reforma agrária de Jango teria a seguinte estratégia

O plano de reforma agrária de Jango previa a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses.

Essa proposta de reforma agrária, partiria de um plano de crescimento econômico para o país e, com ela, acreditava-se, que um crescimento horizontal, beneficiaria um maior número da população brasileira, de modo que, mais pessoas poderiam alimentar a economia do país. Na época, a figura do pequeno produtor, ficaria em evidencia, por acreditar-se que, “com os novos pequenos proprietários aumentaria o mercado interno, porque, sendo donos e produzindo na terra, eles teriam condições de consumir. Assim, a indústria também cresceria e, com ela, a economia do país” (MORISSAWA 2001, p. 84).

As reformas previstas pelo governo João Goulart, iniciariam com a reforma agrária, por acreditar, que dessa forma, o mercado se fortaleceria com o aumento do consumo, o que, gradativamente traria um desenvolvimento industrial, de modo que, o país, possuindo um quantitativo de pessoas, com um maior poder aquisitivo de compra, faria com que se desenvolvesse, um círculo virtuoso, com crescimento social e igualitário, tanto para o homem trabalhador urbano, quanto para o homem trabalhador do campo, assim como, para as elites brasileiras.

Em 1963, o governo Jango, cria o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.212/63), revogada no ano de 1973 pela Lei nº 5.889/73, ambas, regulamentavam os direitos dos trabalhadores rurais, apoiando seu fortalecimento, a partir, dos sindicatos, causando, ira e desconforto dos latifundiários.

Outras propostas foram apresentadas pelo governo de João Goulart, sendo, a taxação da remessa de lucros, o que lhe possibilitava um retorno de recursos, para serem investidos em pesquisas e nas indústrias nacionais; a reforma tributária, pela qual, os impostos seriam pagos, conforme o acúmulo do poder aquisitivo, ou seja,

quem ganhasse mais, conseqüentemente, pagaria mais impostos; seguidas das reformas, educacional e do sistema bancário (MORISSAWA, 2001).

João Goulart, acreditava que o desenvolvimento do país, se daria a partir de propostas nacionalistas, que realmente, fortalecessem e alavancassem o Brasil. Assim, pela primeira vez, poderia começar a estimar, que o país, pudesse ser capaz de traçar seus próprios rumos, sem ser direcionado economicamente, financeiramente e politicamente por nenhum outro país.

Sobre os ideais nacionalistas de João Goulart, Morissawa (2001, p. 84) destaca

Talvez o aspecto mais importante do governo Jango fosse o nacionalismo. Entre outras coisas, ele pensava em obrigar as empresas multinacionais a reinvestirem a maior parte de seus lucros aqui mesmo no Brasil. Os Estados Unidos não gostavam nem um pouco dessa ideia. Além do mais, temiam uma revolução socialista no Brasil, que era facilitada por Jango, que não reprimia os comunistas e com isso abria caminho para que estes crescessem cada vez mais.

O Brasil, viveria um contexto, em que a população requeria mudanças na estrutura brasileira, social, econômica e politicamente, as camadas socialmente desfavorecidas, manifestavam seu descontentamento e apresentavam suas reivindicações. Morissawa (2001, p. 84) descreve o momento de efervescências vivido pela sociedade brasileira da época

A maioria do povo estava a favor das reformas de base. Elas mobilizaram as esquerdas em sua defesa. Os estudantes também se uniram a essa luta. Mas nem todos estavam gostando do que se passava. Havia interesses muito poderosos em jogo. A mobilização popular deixou as classes dominantes de orelha em pé. Grande parte da classe média, em geral desinformada, culpava os grevistas pela inflação.

Ao mesmo tempo que, a classe trabalhadora e a população, começavam a se organizarem politicamente, a parte dominante da sociedade brasileira, composta por empresários, militares e latifundiários, mostrava-se insatisfeita. As reivindicações, em prol da melhoria de vida da população brasileira, passaram a ser impulsionada por um crescente contingente de pessoas, com pedidos por igualdade de direitos. Eram fortes, as bandeiras levantadas, assim, um quadro de instabilidade política, passaria a aflorar-se no contexto social brasileiro, significando ameaça sobre o controle político do Brasil.

Pela primeira vez, um governo brasileiro, buscaria apoio nas bases populares para prosseguir com suas ações de governo, que realmente, iriam beneficiar toda

uma população, historicamente desafortunada em benefício, em relação à classe burguesa.

No ano de 1964, mais precisamente em 31 de março, impulsionado pela classe burguesa brasileira e liderada pelos militares, deu-se mais um acontecimento que marcaria negativamente a história brasileira, o golpe militar.

O Brasil, novamente estimulado por uma política de classe, totalmente individualista e antinacionalista, retrocede, o povo brasileiro, começaria a viver, um terrorismo psicológico e real, visto que, os anos seguidos ao golpe militar brasileiro, seriam marcados, pelo domínio claro de países imperialistas sobre o Brasil, intensificado, pelo domínio interno dos militares.

1.5 A ditadura militar brasileira: 1964 a 1985 “um retrocesso ainda não superado”

A ditadura militar brasileira, marcaria um período, em que todos os suspiros revolucionários existentes no Brasil seriam nefastamente silenciados. A efervescência política que, na época, se via na sociedade brasileira, seria reprimida física e psicologicamente.

O golpe militar, significaria uma resposta as propostas do governo Jango, referindo-se, às reformas de base, em específico a reforma agrária, como também, a todas as ações revolucionárias que estariam iminentes.

Segundo Morissawa (2001, p. 95), “uma reforma agrária no Brasil significaria um dos primeiros atos dos governos revolucionários com a distribuição de terras aos camponeses... A reforma agrária seria para eles o prenúncio de uma revolução socialista...”.

O golpe militar no Brasil, foi posto em ação por sua elite, composta, por empresários industriais, oligarquias rurais, militares e políticos contrários ao governo Jango e a todas as suas perspectivas de governo. Todos temiam que uma revolução socialista tomasse as ruas, que o povo, de posse do poder, passasse a governar, estabelecendo uma justiça social no Brasil. Com isso, todos os movimentos revolucionários, existentes no Brasil, foram obrigados a fechar suas entidades

representativas, muitos adotaram a clandestinidade, seus líderes, em sua maioria foram perseguidos, torturados e vários deles mortos.

Conforme aponta Stedile (1997, p. 16), as populações do campo, foram devastadas pelas ações do regime militar e a reforma agrária, passaria novamente, a representar um sonho distante sem perspectivas de vir a ser realidade e, complementa

[...] o modelo adotado pelos governos desse período foi muito claro: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculando com um processo de industrialização acelerada na cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais...
[...] Para os pobres do campo, camponeses que antes sonhavam com a reforma agrária e um pedaço de terra, os governos militares apresentaram duas saídas sociais: a migração para as cidades para servir de mão-de-obra barata às indústrias, ou para regiões ainda mais longínquas do norte do país.

Durante os governos militares que se seguiram, todos adotaram uma linha repressiva. O primeiro deles, foi o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de 1964 a 1967. As ações que destacaram seu governo, foram as cassações de mandatos políticos, considerados ameaças; a suspensão dos direitos constitucionais da população brasileira; a extinção dos partidos políticos existentes, aderindo ao bipartidarismo, uma semelhança proposital ao modelo político americano. Com isso, a palavra, partido, passou a ser rechaçada da rotina política brasileira, sendo permitida, a existência de apenas duas associações políticas nacionais, a Aliança Renovadora Nacional – Arena e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

Outra ação, do governo marechal Castelo Branco, foi a intervenção nos sindicatos, tornando-os completamente passivos, obrigando-os a assumir funções basicamente assistencialistas. Até hoje, vários sindicatos, desempenham apenas essas funções, principalmente os sindicatos dos trabalhadores rurais, na época, um dos mais perseguidos pelo regime militar. Várias associações civis, foram fechadas, as greves, foram tornadas ilegais e conseqüentemente proibidas. Ainda como ação do governo Castelo Branco, foi a criação do Serviço Nacional de Informações – SNI, o que permitiu ao governo, infiltrar-se, em todos os setores que lhes representavam riscos. O setor da educação, foi um dos mais perseguidos pelo SNI, contribuindo para expulsão de vários intelectuais das universidades e com isso, interrompendo

vários projetos de pesquisas, manipulando e interferindo negativamente e subversivamente, na rotina das universidades públicas brasileiras.

O governo Castelo Branco, acreditava que, manipulando os ânimos revolucionários, em prol da tão sonhada reforma agrária, as manifestações populares e uma pretensa revolução socialista, perderiam seu imediatismo e conseqüentemente uma esperança cresceria para milhões de pessoas que pleiteavam uma estabilidade no campo brasileiro. Com essas perspectivas, seria criada a primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil, conhecida como Estatuto da Terra²⁹.

No entanto, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), se tornaria apenas, um malabarismo utilizado pelo governo ditador, a fim, de manipular os ânimos populares, tornando-os reféns, de sua esperança e das leis contidas apenas no papel, além de possibilitar, uma nova conjuntura para as terras brasileiras, dando abertura para o capital externo.

Sobre o que realmente representou o Estatuto da Terra, Morissawa (2001, p. 99), faz as seguintes considerações:

[...] o Estatuto da Terra aparece, por suas definições, querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio, a política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários tinham livre acesso aos órgãos do Estado, como o Ministério da Agricultura, o Incra, exercendo forte controle sobre o Poder Judiciário e o Congresso Nacional. O Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais.

O Estatuto da terra, apenas se notabilizou, em prol da classe latifundiária brasileira, fortalecendo ainda mais seu poderio, priorizou, uma política capitalista com doação de terras brasileiras, para o capital externo, intensificou e modernizou, o campo brasileiro, introduzindo “variedades modernas de alta produtividade denominada de Revolução Verde³⁰” (PEREIRA, 2012).

²⁹ O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), criou o Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário em substituição à Supra na missão da reforma agrária, posteriormente transformado no Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, se tonando apenas, um organismo de colonização em áreas desabitadas do país, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

³⁰ A Revolução Verde, foi concebida, como um pacote tecnológico de insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra, conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como, a uma base ideológica de valorização do progresso, gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar, como uma ruptura com a história da

A Revolução Verde na agricultura, teve consequências negativas que assolaram o pequeno agricultor rural, representando, grande obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, tornando suas práticas rudimentares de plantio, suas pequenas propriedades, suas variedades alimentícias cultivadas, a partir, de sementes produzidas naturalmente, não compatíveis, com as ações capitalistas em torno da produção em alta escala. A política da Revolução Verde, tornou a rotina do pequeno agricultor, ainda mais precária, pois o ameaçava economicamente, desvalorizando seus princípios de agricultura, camponesa e familiar.

A intenção dos governos militares, sempre foi, tornar o Brasil, disponível ao contingente externo, por isso, os revolucionários, líderes de movimentos sociais, líderes religiosos, em prol da luta pela terra, intelectuais orgânicos e políticos, com interesses em beneficiar os trabalhadores e, a população brasileira, foram duramente segregados, do restante da população, pois assim, o controle da massa, se daria de forma mais branda. Todas as leis, decretos e atos institucionais, foram sistematicamente arquitetados, para que, o gigante adormecesse, as ações políticas, realizadas no decorrer dos anos do regime militar, contribuíssem para que, a apatia e o medo, constituíssem rotina, no cenário brasileiro.

O segundo governo do regime militar, entre os anos de 1967 a 1969, foi regido pelo general, Artur da Costa e Silva, que mesmo com todas as medidas repressivas do governo anterior, encontraria um Brasil explodindo em movimentos estudantis e greves de trabalhadores, o que o fez adotar, uma postura ainda mais rígida que de seu antecessor.

Segundo Morissawa (2001), no ano de 1968, sessenta e oito municípios, incluindo as capitais dos Estados brasileiros, foram tornadas, zonas de segurança nacional. A população desses municípios, não poderia mais escolher seus representantes municipais.

Em setembro, dois grupos guerrilheiros, Aliança de Libertação Nacional – ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, sequestraram um embaixador norte-americano, em troca de quinze presos políticos. Em dezembro, o

então presidente Costa e Silva, encerraria, por quase um ano, as atividades do Congresso Nacional e instituiria, o Ato Institucional nº 05 – AI-5³¹.

Mesmo com a instituição do AI-5, um episódio revolucionário, no interior do país, evidenciaria a região do Bico do Papagaio, na luta contra os conflitos de terra.

Em plena ditadura militar, no fim da década de 1960, membros do PCdoB, dirigiram-se, para uma região, ao longo da qual, corre o rio Araguaia, no propósito de fomentar, uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, semelhantes às revoluções, Cubana e Chinesa, de modo que, seus membros iniciariam, uma política de conscientização, com os colonos da região, conhecida como Bico do Papagaio, região que territorialmente, abrange parte dos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão. A intensão desse movimento, era que, os colonos resistissem, a opressão sofrida por latifundiários da região, apoiados pelo governo opressor do regime militar.

Na intensiva do movimento, teve início, a Guerrilha do Araguaia³², caracterizada, como um embate, entre membros do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e as Forças Armadas Brasileira, datada entre os anos 1967 a 1974.

A mesorregião do Bico do Papagaio, local em que aconteceu, a Guerrilha do Araguaia, abrigava um contingente de pessoas, que em sua maioria, teriam migrado, de outras regiões, atrás de terras para o cultivo e criação de animais. Além dessas pessoas, a região abrigava, poucos latifundiários e grileiros, que em sua maioria,

³¹ O AI-05, foi o quinto, de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro, nos anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil, redigido pelo ministro da justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, o ato, veio em represália à decisão da Câmara dos Deputados, que se negara em conceder licença, para que o deputado, Márcio Moreira Alves, fosse processado, por proferir discurso, em que, questionava, até quando o exército brasileiro abrigaria torturadores, incitando, o povo, a boicotar as festividades, do dia 7 de setembro. O decreto, também, vinha fortalecer a chamada linha dura do regime militar, tornando-se um instrumento, que deu ao regime, poderes absolutos e, cuja a primeira consequência, foi o fechamento do Congresso Nacional, por quase um ano.

³² A Guerrilha do Araguaia, foi um movimento guerrilheiro, existente às margens do rio Araguaia, com destaque à região ao norte do Estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, entre o fim da década de 1960 e meados da década de 1970, em pleno regime militar. Na época, a Região era marcada, por muitas disputas e conflitos pela terra, um grupo de guerrilheiros do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, comprou um sítio, e passaram a viver, da agricultura e a fazer treinamento de guerrilha, eram em torno de 70 guerrilheiros sob o comando de Oswaldo Orlando da Costa. Os integrantes do partido, estabeleceram relações, com os camponeses locais, conscientizando-os da necessidade da luta armada, contra os latifundiários e contra o governo repressivo da época, alguns, já fixavam residência, a mais de seis anos na Região, o grupo foi fortemente combatido, por forças militares do exército, aeronáutica e polícia militar. Os guerrilheiros, na intensiva do movimento, embrearam-se nas matas da Região, resistindo por mais de dois anos, no entanto, foram massacrados pelas forças militares.

ludibriavam, essa população e suas famílias, que possuíam pouca, ou nenhuma, instrução formal, de educação e, vinham à procura de trabalho.

O contexto social e econômico, que era vivido no território, demonstrado no mapa, da ilustração 6, para os guerrilheiros do PCdoB, era o ideal, para o surgimento de uma insurreição popular, com propósitos de abalar, o governo militar.



Ilustração 6 – Mapa de localização do território que ocorreu a Guerrilha do Araguaia

Fonte: NASCIMENTO, Júnio Batista do. Conhecendo a Tocantins. 5. ed. Goiânia: Asa Editora, 2007.

No mapa, em amarelo, é a região banhada pelo rio Araguaia, conhecida como, Vale do Araguaia. Dentro do círculo, conforme mostrado no mapa, entre os anos de 1972 a 1974, foi a área, que ocorreram os enfrentamentos, entre os membros do PCdoB e as forças armadas do Brasil.

Territorialmente, a Guerrilha do Araguaia, teria ocorrido em uma região próxima às cidades, de São Geraldo do Araguaia/PA, Marabá/PA e Xambioá/TO. Na época, a Guerrilha, ficaria desconhecida, do restante do país, encoberta por uma cortina de silêncio e censura. O segredo do Estado, em relação a luta do Araguaia,

fez com que, as ações praticadas, fossem tornadas clandestinas, portanto, não houveram, inquéritos policiais-militares, nem denúncias formais, nem sentenças judiciais. A ordem do governo, na época, era para que, não se fizessem prisioneiros, e realmente não foram feitos, tudo e todos foram sumariamente eliminados, sem rastros, nem vestígios que se pudessem, seguir e encontrar.

As intenções do movimento guerrilheiro, seriam organizar, um levante da população rural e depois urbana, para implantar no Brasil, uma revolução socialista, no entanto, a Guerrilha do Araguaia, foi severamente sufocada, seus líderes e membros, cruelmente assassinados.

Mesmo a Guerrilha do Araguaia, não atingindo, por completo seus propósitos, a convivência com os guerrilheiros, trouxe, para alguns moradores da região, o início de uma consciência de luta, pelo que lhes pertenciam, contribuindo para criação do movimento de resistência, em relação, à implantação de latifúndios na Região, em terras, que já eram habitadas e que deveriam ser suas, por direito.

Durante a ditadura militar, o governo federal, passaria a instituir em Regiões estratégicas da Amazônia, uma política de colonização, entre essas, estaria a região do Bico do Papagaio, considerada porta de entrada da Amazônia Legal.

Com essa colonização, o governo, interligaria a economia da região Norte, com o resto do país e, acalmaria os ânimos alvoroçados, a partir, da situação conflituosa que a Guerrilha, teria causado na Região, de modo que, o governo impediria que novas organizações, se instituíssem, anulando, de certa forma, a pressão dos posseiros, por uma reforma agrária.

No entanto, o governo, proferia seu discurso, ludibriando suas reais intenções, levando a crê, que seus propósitos, com os incentivos à colonização da região, seriam: eliminar o vazio econômico existente e integrar a Amazônia, ao resto do país, e com isso, a Região alcançaria, o tão esperado desenvolvimento.

O terceiro governo, sob o regime militar, foi do general, Emílio Garrastazu Médici que, segundo Morissawa (2001, p. 96).

[...] foi o governo mais repressivo da ditadura. A imprensa ficou completamente submetida à censura. Jornais diários protestavam colocando receitas culinárias nos espaços de notícias censuradas. Ao mesmo tempo, a luta armada ganhou maior intensidade e o governo instalou centros de repressão e tortura em vários pontos do país.

Neste governo, o Brasil, viveria os mais escuros anos do regime militar, repressão e “arrochos salariais”, para grande parte da população, enquanto, o governo, a elite e, parte, da classe média brasileira, parecia estar vivendo, um súbito “milagre econômico”. Foi no governo Médici, que o desfecho sangrento e desumano da Guerrilha do Araguaia aconteceu.

Entre os anos, de 1970 a 1974, o governo Médici, intensificaria, sua política de colonização, desse modo, o Incra assumiria projetos governamentais, como o PIC³³ e o PA³⁴, com o propósito de apaziguar os vários conflitos, que a colonização ocasionara na região, desestabilizando, toda uma população de posseiros e indígenas, que já habitavam à Região.

Sobre o processo de colonização na Amazônia, Morissawa (2001, p. 100) relata que:

A política de ‘ocupação’ da Amazônia ignorava a existência de populações indígenas e caboclas, e até urbanas na região. Os grandes projetos governamentais – rodovias, usinas hidrelétricas, exploração de minérios etc, e da iniciativa privada geraram uma intensa apropriação e expropriação de terras. Muitas tribos indígenas e posseiros perderam terras e vidas nesse processo.

O quarto governo, sob a égide do regime militar, foi do general, Ernesto Beckmann Geisel, entre os anos de 1974 a 1979. Inicialmente, o governo do general Geisel, seria marcado pela ruína econômica do país, com ritmo inflacionário e dívida externa, altíssima, com destaque a uma dependência, ainda mais acentuada, em relação aos Estados Unidos.

³³ O PIC – Projeto Integrado de Colonização, é uma modalidade de projeto de colonização oficial, e representa, a primeira forma de apropriação, de áreas rurais, por colonos sem terra, nessa modalidade, o Estado assumiria todas as etapas, de implantação e instalação da infraestrutura socioeconômica do projeto, tendo o Incra, como responsável, por selecionar e organizar o assentamento das famílias, implantação das estruturas físicas, abertura de estradas, construção de escolas e postos de saúde, fornecimento de assistência técnica, creditícia e social, inclusive, com a organização das famílias, em associações e cooperativas. Dessa infraestrutura, fizeram parte, as agrovilas, agrópolis e as rurópolis, a exemplos de PIC, houve o povoamento do eixo da rodovia Transamazônica, em que instalou-se agrovilas nos municípios, de Altamira e Marabá, ambos os municípios, pertencentes ao Estado do Pará.

³⁴ O PA – Projeto de Assentamento Federal, consiste num conjunto de ações planejadas de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas a outras ações públicas, voltadas ao desenvolvimento territorial regional, definidas com base em diagnósticos, acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação, dos sistemas de vivência e produção sustentável, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares, conforme, Instrução Normativa do INCRA nº 65 de 27 de dezembro de 2010. Essa modalidade, não promove, assistência técnica e nem financeira, preocupando exclusivamente, em demarcar as terras de cada família e fornecer documento de propriedade.

No campo, os projetos de colonização, iniciados pelos governos anteriores, deram vistas, à colonização agora, por empresas de iniciativa privada. Em troca dos investimentos, as empresas³⁵, gozavam de muitos benefícios que lhes eram bastante atrativos. Dessa maneira, grandes extensões de terra lhes foram cedidas, assim como empréstimos milionários, para que, os projetos de colonização pudessem se concretizar.

Sobre as consequências desses projetos de colonização, por empresas multinacionais estrangeiras para os povos do campo, Morissawa (20112, p. 103) descreve

Os grandes projetos agropecuários e minerais na Amazônia representaram grande destruição do meio ambiente. Foram intensos e rápidos desmatamentos, utilizando inclusive desfolhantes químicos. Nesse processo, saíram prejudicados vários segmentos do campo: os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os garimpeiros, os grileiros, os seringueiros e os castanheiros. Isso sem contar com os milenares habitantes da região – os indígenas. Diversas tribos perderam suas terras ou tiveram suas áreas diminuídas. Outras, ainda, foram deslocadas [...] muitos de seus membros foram contagiados por doenças dos novos conquistadores, ou absorvidos pela cultura ‘civilizada’, ou transformados em mão-de-obra barata pelos fazendeiros, ou pior, assassinados por garimpeiros, grileiros etc. Os garimpeiros caíram na malha da grande empresa de mineração. O pequeno agricultor foi absorvido pela grande empresa agropecuária. Os sem-terra e os peões passaram a viver numa condição de quase servos nas fazendas, os posseiros foram expulsos de suas pequenas roças. Os seringueiros e os castanheiros entraram em conflito com as madeiras, lutando para preservar as florestas [...].

Os anos de 1970, foram marcados por conflitos por terras, nas regiões Norte e Centro-Oeste, o governo da época, submeteu essas populações do campo a um ritmo de descaso, rechaçando sua situação econômica, política e social. Na intenção, de evitar represália dessas populações, o governo cria órgãos, como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT (Decreto-Lei nº 1.799/80) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM, ambos exercendo, forte controle sobre as manifestações e conflitos existentes. Diante do controle do governo e a inexistência de uma política de reforma agrária, várias famílias, são obrigadas a deslocarem-se novamente como posseiros, para Regiões ainda não

³⁵ Como exemplos desses projetos, podem ser citados, o Projeto Jari, nome de uma fábrica para a produção de celulose e outros produtos, às margens do rio Jari, região fronteiriça, entre os Estados Pará e Amapá, a Companhia Vale do Rio Cristalino, do grupo Volkswagen, localizada no sul do Pará. A Suiá-Missu, pertencente a italiana Liquifarm, a Codeara – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, do Banco de Crédito Nacional, ambos, no estado do Mato Grosso.

colonizadas, denominada de colonização espontânea. Dessa forma, as famílias ficariam, novamente, entregues à própria sorte, sem qualquer auxílio do governo.

A Região do Bico do Papagaio, passaria a viver, entre as décadas de 1970 a 1980, um processo intenso de interferência do governo, salientando-se, os vários conflitos pela posse da terra. De um lado, trabalhadores da Região noroeste do país, que chegaram, a partir, da década de 1950, em busca de terras devolutas, e de outro, os fazendeiros e investidores da Região, centro sul do país, motivados pelos incentivos fiscais, oferecidos pelo governo, como forma de promover a ocupação da Amazônia. Durante esse período, a grilagem, a expropriação violenta das famílias, as perseguições e os assassinatos dos posseiros, foram práticas constantes na região.

Durante todo o regime militar, foram organizados projetos de colonização nas terras brasileiras, por empresas estrangeiras, garantindo assim, que milhões de hectares, fossem entregues, em mãos alheias, distanciando cada vez mais, as intenções de uma reforma agrária, da realidade brasileira.

O governo Geisel, marcaria um período de trégua, nas intensivas repressoras do governo, por necessitar do apoio da população, diante da forte crise econômica, no entanto, o país, ainda viveria ininterruptos dez anos, sob a égide do regime militar, intensificada, pela linha dura dos militares insatisfeitos, com a onda de liberação.

Nesse contexto, de abertura política, em 1979, João Baptista de Oliveira Figueiredo, assume o governo brasileiro, ainda representando o regime militar. Como ações de seu governo, estaria, a concessão de anistia, aos que foram presos e condenados sob a pena de crimes políticos e aos que foram exilados, em outros países, sendo permitido seu retorno à pátria. A ação de conceder a anistia, à presos e exilados políticos, desencadeou irritação, dos defensores da manutenção do regime militar, promovendo atos de terrorismo político.

Também, em 1979, restaurou-se o pluripartidarismo no Brasil. A Arena, partido conservador, apoiado pelo governo da ditadura militar, muda de nome, assumindo um nome bastante controverso, em relação as ações desempenhadas por seus representantes, passando a chamar-se, PDS – Partido Democrático Social, caracterizando-se de democrático e social, depois, de massacrar, aterrorizar, torturar, assassinar e aniquilar, psicologicamente uma população, por mais de 20 anos. É no mínimo, um contrassenso, o mesmo partido, que aterrorizou o país,

estaria estampando, o slogan, de democrático e social e ainda ramificaria para a formação de outro partido político brasileiro, o PFL – Partido da Frente Liberal.

Em 1984, após uma caminhada de abertura política, a ala partidária, com o apoio da população, organizaria várias campanhas, em torno do que ficou conhecido como “Diretas Já”.

O movimento, “Diretas Já”, reivindicava, o direito ao voto e com ele, a liberdade política, de modo que, essas manifestações, realmente contribuíram, para que, no ano de 1985, houvessem eleições, ainda que por um Colégio Eleitoral. Depois de vinte e um anos, um presidente civil, retornaria à presidência do país.

O Brasil, seria vítima, por mais de duas décadas, de quem teria a missão de defendê-lo, os militares, foram os algozes mais ferozes e nocivos que já tivemos. A dependência, ao capital estrangeiro, em que o Brasil, ainda hoje, encontra-se tão arraigada, deve-se em grande parte, aos militares brasileiros, apoiado por uma elite industrial e por um grupo de latifundiários, que pouco ou nada, via, diante do seu próprio interesse ou de seu individualismo, enquanto que, a maioria da população com seus líderes, seus intelectuais, que sonhava com uma vida digna, mais justa, foram terrivelmente suplantados.

Muitos dos sobreviventes, a esses anos retrógrados, não superaram o terror psicológico, a que foram submetidos, os causadores desse sofrimento, ficaram marcados na história, por aniquilar, de certa forma, uma população, que um dia sonhou, em se libertar das amarras de um sistema brutal que sobrevive as custas do sofrimento de muitos e da ganância de poucos.

1.6 Nova República Brasileira – esperanças e perspectivas: de 1985 à atualidade

A redemocratização do país, teve seu início, marcado pela eleição, mesmo que indireta, do primeiro presidente civil, Tancredo de Almeida Neves, após os anos regidos, pela ditadura militar.

No entanto, aquele que seria, o atravessador das águas turvas, infelizmente, morreria antes de sua posse, sendo substituído, por seu vice, José Sarney de Araújo Costa, “ex-presidente da Arena e representante do latifundiário do Norte”

(MORISSAWA, 2001). Com esse predicado, assumido pelo então empossado Presidente da República, podemos prever os acontecimentos, acerca da reforma fundiária brasileira.

O presidente, José Sarney, na época, manteve o convite, ao fazendeiro e agrônomo, José Gomes da Silva, para que assumisse, a presidência do Incra. No ano de 1985, o então presidente do Incra, institui, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, em benevolência com posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários, com o objetivo, de pôr em ação, o tão sonhado, Estatuto da Terra, o que renovaria as esperanças, dos interessados em adquirir um pedaço de terra e nela poder trabalhar.

Segundo Morissawa (2001, p. 107), seria rápida a aplicação do Estatuto da Terra, de modo a, “[...] viabilizar a reforma agrária no período do mandato de José Sarney, com previsão de assentar, na época, 1,4 milhão de famílias”. No mesmo ano o PNRA é sancionado, no entanto, pouco se via semelhança com a proposta original apresentada pelo então presidente do Incra, pois, “durante a tramitação da proposta, ela foi totalmente desfigurada e tornada impraticável” (MORISSAWA, 2001, p. 107). Revoltado o então presidente do Incra e seus colaboradores pedem para se retirarem imediatamente do governo.

O mesmo governo que intensificaria, uma política de colonização, no norte do país, apoiaria a ação dos grandes proprietários, fortalecendo-se, em torno da União Democrática Ruralista – UDR, dando sequência, a inúmeros boicotes, em relação à reforma agrária, manifestada, como uma urgência, para a nova realidade de redemocratização vivida pelo país

A penetração da UDR foi imediata entre os latifundiários e também entre os pequenos e médios proprietários rurais. A entidade noticiava pelos quadrantes do Brasil que as desapropriações de terra previstas incluíam propriedades produtivas, quaisquer que fossem o tamanho. Isso contribuiu para criar tal clima de oposição à reforma agrária que, por fim, levou a desfiguração do Plano, que foi, ainda assim, abandonado no ano seguinte (MORISSAWA, 2001, p. 108).

A intenção da UDR, mesmo com o país, vivendo um momento de redemocratização, era que, a realidade de estagnação vivenciada, por todos os governos, submetidos ao regime militar, não sofresse grandes alterações. Desse modo, a UDR, financiaria, partidos políticos, que a representasse, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Representar a UDR, significaria lutar

veementemente, para que a reforma agrária, de fato não ocorresse e, que as leis que a circundavam, fossem tratadas, como letra morta, sem urgência em sua efetividade.

Em nossa realidade, social e política, o que temos, ainda hoje, é uma reforma agrária, estagnada, sem perspectivas de vir de fato a acontecer, trazendo consigo, ações governamentais paliativas, que ludibriariam, milhões de pessoas e apenas mascarariam o problema, centralizando os povos do campo, em um cenário de descaso.

Durante todo o governo de José Sarney, várias facetas, foram utilizadas para que, a implementação da reforma agrária, não fosse efetivada e, até o fim de seu mandato, de um milhão e quatrocentas mil famílias, a priori, ressaltadas no PNRA, que seriam assentadas, apenas um total, de oitenta e dois mil e seiscentos e noventa famílias, realmente conseguiram, enfim, regularizar seu modo de viver e de trabalhar (MORISSAWA, 2001).

Os demais governos, que se seguiram impuseram uma política neoliberal, reduzindo o poder do Estado, na economia, instalando, o Estado mínimo, desobrigando-o, de suas ações civis para com a população, inclusive de responsabilizar-se, pelas empresas estatais, privatizando-as. Vários serviços sociais, prestados à população, devido a política neoliberal, passaram a não serem mais ofertados, ou, passaram a ser minimamente disponibilizados, pelo Estado.

Por mais que o país, tivesse passando por um período de redemocratização, a década de 1980, seria marcada, por intensos embates, ocorridos no interior do país, evidenciando, mais uma vez, a Região do Bico do Papagaio, em específico, a Microrregião, localizada no extremo norte, do Estado do Tocantins, inserido no ecossistema, de mata de transição, entre a floresta Amazônica e o cerrado, conhecido como, pré-Amazônia ou zona de ocorrência de babaçuais, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia.

A microrregião do Bico do Papagaio, corresponde a parte da região que abrange o Estado do Tocantins, possuindo uma área de 15.852,60 Km², composta de 25 municípios. Desde do início de sua povoação, seria marcada, por conflitos em torno da posse da terra, realidade esta, que faz, com que, essa Região, tenha uma grande concentração de famílias assentadas, tanto por assentamentos, organizados pelo INCRA e pelos Créditos Fundiários, quanto por assentamentos organizados pelo Estado, chamados, Núcleos de Produção Agrícola, em específico, este

trabalho, irá abordar, com mais profundidade, o Núcleo de Produção Agrícola III – Boa Sorte.

Nessa região, assim como no restante do país, não houve uma preocupação do governo, no sentido de distribuição de terras, o que desencadeou, vários conflitos, em torno da posse de terra, de modo que, a criação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, com apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, foram intensificados e fortalecidos, a partir de trabalhos de conscientização, política e social, de missionários, como o padre Josimo, conhecido na região do Bico do Papagaio, por lutar ao lado dos trabalhadores rurais, em uma época de acirrados embates contra fazendeiros e grileiros da região (TAVARES, 1986).

No ano de 1986, o Pe. Josimo Morais Tavares, foi assassinado, por pistoleiros encomendados, por grileiros de terras da região do Bico do Papagaio.

Padre Josimo, destacou-se, como um ícone, de resistência e de luta, pela posse da terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Esse episódio, mais uma vez evidenciaria a Região, sobre os embates em torno da terra e, indiretamente, forçou o governo, através do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT³⁶, acelerar a implantação de uma série de assentamentos rurais na região. O GETAT, teria a função de distribuir terras e regulamentar os títulos de propriedades, o que transformaria, o Bico do Papagaio, em uma Região com alta concentração de assentamentos rurais. Além disso, também teria uma função ideológica, que, segundo Becker “sua tarefa principal parece ter sido neutralizar a influência da Igreja e criar uma base do poder local para o governo” (1990, p. 42).

³⁶ O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT, foi criado pelo Decreto-lei nº 1.767 de 1 de fevereiro de 1980, com a finalidade de coordenar, promover e executar, as medidas necessárias, à regularização fundiária, inclusive os relativos à discriminação, arrecadação, destinação, licitação, alienação e desapropriação de áreas rurais, à legitimação de posses, ao assentamento de agricultores, à emissão de títulos de domínio, ao recebimento de doações de terras, em favor da União, concernentes à área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins. Fonte: BRASIL. Decreto-lei nº 1.799 de 5 de agosto de 1980.

Território do Bico do Papagaio

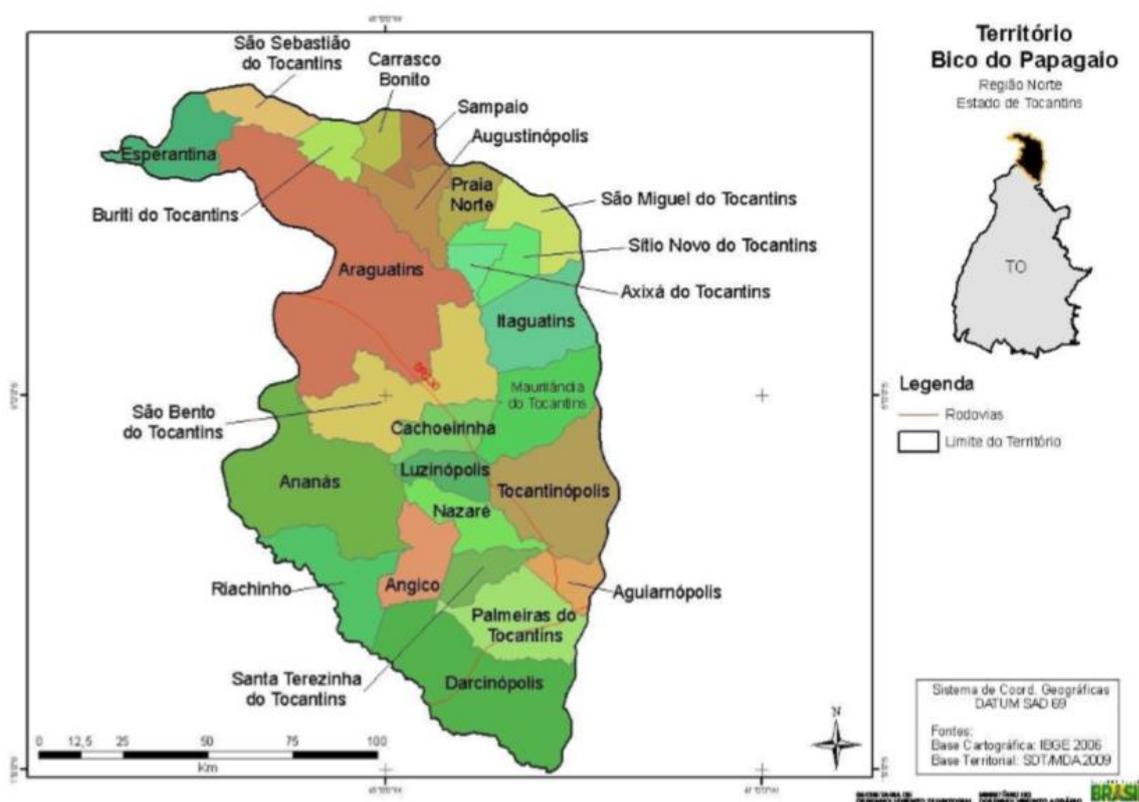


Ilustração 7 – Mapa de localização da microrregião do Bico do Papagaio

Fonte: http://www.citybrazil.com.br/to/microrregiao_detalhe.php. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

Nos anos de 1990, o INCRA, intensificou no Estado do Tocantins, a implantação de assentamentos, principalmente na região do Bico do Papagaio, que conta com uma população de cento e setenta e nove mil e duzentos e trinta e oito habitantes, o que equivale a 22% da população do Estado do Tocantins, dos quais sessenta e um mil e doze habitantes vivem na área rural, o que corresponde a 34,04% da população da região do Bico do Papagaio. Possuem, sete mil e quatrocentos e seis agricultores familiares, cinco mil e seiscentos e quarenta e quatro famílias assentadas e uma terra indígena. É a segunda região do Estado do Tocantins, com maior número de população rural, de modo que, essas características, fazem da agricultura familiar, uma atividade, bastante difundida na Região. No entanto, mesmo com essas características agrícolas, economicamente,

é uma Região pobre, com um IDH médio de 0,62 e PIB per capita encontra-se bem abaixo do nacional (IBGE, 2010).

Os anos de redemocratização brasileira, que se seguiram, foram fortemente marcados, pelo domínio do capitalismo e, assim, como a área urbana, o campo, também vivenciou, essa nova realidade econômica, atenuada pelas contradições e por suas tendências capitalistas, fortalecidas pelas desigualdades. Desta forma, o estigma do capitalismo do campo, se manifestaria, pela disseminação do trabalho assalariado e principalmente pelo agronegócio, uma política que conta com o apoio do governo e que assombra as pequenas propriedades rurais, os assentamentos e acampamentos brasileiros e, que, em várias regiões no Estado, ainda se camufla, como algo benéfico, para o pequeno agricultor e para os assentamentos, ludibriando vários deles.

Como exemplo do fortalecimento do capital e da exploração do capital humano, tão propagada, pelo sistema capitalista, a realidade do campo brasileiro mostra a seguinte realidade

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir uma parte do seu capital na concentração de mão de obra. Ao mesmo tempo em que utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz através das relações não capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá, numa próxima etapa do processo de produção, ser destinado à contratação de boias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura (OLIVEIRA, apud STEDILE, 2013, p. 56).

Dessa maneira, fica perceptível, a utilidade do pequeno agricultor camponês para o latifundiário, ou seja, o capitalista do campo, que se utiliza da mão-de-obra, sem remuneração, para aumentar seu capital e, assim, poder intensificar, seus ganhos, a partir, da contratação do trabalho assalariado do trabalhador rural, mais conhecido como boias-frias.

Claramente nos fica representada, a realidade dessa relação, na citação a seguir

No Mato Grosso, por exemplo, é comum um fazendeiro entregar uma parte da mata ao camponês parceiro para que ele a derrube e plante arroz, feijão, mandioca etc. durante um, dois ou três anos e depois semeie capim, transformando a área em pastagem. Dessa forma, o trabalhador, ao entregar a área com capim semeado, 'evitou' que o fazendeiro gastasse

parte do seu capital para desmatar a área e prepará-la para semear o capim (OLIVEIRA, apud STEDILE, 2013, p. 58).

Outra realidade, desenvolvida nas últimas décadas no campo brasileiro, foi a transformação de camponeses em capitalistas, que, diferentemente do latifundiário, que se mostra, desde sempre, como grande fazendeiro, dono de grande quantidade de terra e de poder econômico. Essa nova roupagem, do homem do campo, pode ser explicada, pelas características primordiais do capitalismo, cuja produção, tem o excedente voltado, para o mercado consumidor. E, para isso, o setor de equipamentos e insumos agrícolas foi intensificado, caracterizando uma tendência de maior produtividade de produtos, com maior representatividade no mercado consumidor.

Desse modo, o produtor do cultivo agrícola, passa ao administrador do cultivo agrícola, explicando no contexto abaixo, como se perpetua e se criam novos capitalistas. Portanto

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, cria e recria para que a sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, apud STEDILE, 2013, p. 58).

Abaixo, na tabela 2, mostra as Microrregiões, que dividem o Estado do Tocantins, sua população urbana e rural e seu nível de crescimento, entre os anos 2000 a 2007.

Tabela 2 – Dados da população do Tocantins dividida em Microrregiões

Micro/Estado/ Brasil	População Total (mil hab.)		Crescimento (% a.a.)		População Urbana (%)		População Rural (%)	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Bico do Papagaio	174	179	2,3	0,4	48	66	52	34
Araguaína	229	234	2,3	0,3	72	82	28	18
Miracema do Tocantins	136	137	1,1	0,0	57	70	43	30
Rio Formoso	102	108	1,3	0,8	58	79	42	21
Gurupi	122	129	0,9	0,8	70	85	30	15
Porto Nacional	219	263	8,7	2,7	69	91	31	9
Jalapão	62	67	0,9	1,1	23	55	77	45
Dianópolis	112	115	0,9	0,4	42	69	58	31
Estado do TO	1157	1232	2,6	0,9	58	78	42	22
Brasil	169799	183805	1,6	1,1	76	83	24	17

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2007. Contagem da População, 2007.

Os dados contidos acima, mostram que, no ano 2000, mais pessoas chegavam, à região do Bico do Papagaio, para fixarem moradia, em relação ao ano de 2007, a tabela, aponta ainda, que houve um aumento da população urbana e uma diminuição da população rural. Esses números, apontam, uma ocorrência, em relação ao, êxodo rural na região do Bico do Papagaio, o que causa, um sério impacto populacional nas comunidades rurais. Estatisticamente, percebemos, que existem predisposições para as populações, deixarem a vida no campo, para adaptarem-se à vida urbana.

A região do Bico do Papagaio, entre outras, teve forte influência migratória no Estado do Tocantins, mesmo com um número significativo de assentamentos. Os números do Estado, mostram que, quase a metade da população, no ano 2000, era rural e, em 2007, houve uma inversão voltada para a população urbana, um dado alarmante, para o cenário do campo.

O pequeno agricultor, em torno dessa realidade, de ser parte de um processo de desenvolvimento, adota não apenas a produção para a subsistência familiar, como também, intensifica sua produção, para o excedente, significando economicamente, acúmulo de capital, de terras e a contratação de trabalho assalariado, para que, diante dessa realidade, possa dar continuidade, ao processo de desenvolvimento ao qual o sistema capitalista impera.

Com isso, podemos notar, diferenças, nas relações de trabalho existentes e na produção, que se baseia, na exploração do capital humano, o que se diferencia, totalmente, da postura adotada, pelo pequeno agricultor camponês, em que, os ganhos e a produção, são para o sustento da família, não existindo trabalhadores e sim a família, que trabalha em conjunto.

Essas tendências, de composição social e econômica, vivenciadas pelo campo brasileiro, nos remete a seguinte compreensão (OLIVEIRA, apud STEDILE, 2013 p.60): “a economia brasileira hoje está internacionalizada, e que isso é uma característica ímpar do capitalismo”.

Enfatizando a política de internalização, da produção agrícola brasileira e o processo de industrialização do país, temos

O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito do Estado, durante governos militares ou civis (OLIVEIRA, apud STEDILE, 2013, p. 62).

A economia brasileira, é induzida a produzir e comercializar conforme prerrogativas externas, notabilizados pelo crescente aumento das exportações de produtos agrícolas brasileiros. A exemplo dessa realidade, temos a intensificação no mercado interno, da disseminação do óleo de soja, devido à crescente, procura externa, do farelo de soja, utilizado como, composição principal, na fabricação para alimento animal. Outro exemplo, foi o estímulo dado, ao povo norte-americano, para consumir, o suco de laranja *in natura*. Para isso, o mercado interno brasileiro, disseminou a comercialização de sucos artificiais, aumentou os preços dos sucos naturais de laranja e, com isso, facilitou a exportação da fruta, abastecendo o mercado americano.

Nossa história, é cercada de exemplos, que mostram como a produção agrícola brasileira é organizada, a partir, de demandas externas, e que, boa parte dos incentivos agrícolas, vindos da política do agronegócio, visam o mercado externo. Infelizmente, muitos brasileiros, ainda não se dão conta desses fatos.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA: LUTA, REFLEXÃO E ANÁLISE - UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA AS COMUNIDADES CAMPESINAS

Este capítulo, busca identificar, as características e propostas, do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, como política pública educacional para permanência dos jovens nas comunidades campestinas, a partir, do Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

A luta pela educação, no Brasil, não é uma demanda recente, principalmente, quando se trata das camadas populares, em específico, os povos rurais, conhecidos também, como os povos do campo, que neste capítulo, serão entendidos como – pequenos produtores rurais, agricultores familiares, assentados, posseiros, parceiros, acampados, quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos e outras designações que corresponderem às populações que residem em áreas não urbanas.

O Brasil, foi colonizado, com propósitos específicos de exploração. Com o passar dos séculos, o mesmo, passaria representar aos europeus, uma reserva exploratória, bastante lucrativa. Entre os séculos XVI e meados do século XIX, essa exploração foi intensificada, por Portugal e Inglaterra e, a partir ainda do século XIX, os Estados Unidos, passaria a conduzir ações imperialistas em relação ao Brasil, exercendo, forte domínio em suas decisões, políticas e econômicas, com influências determinantes, na vida social do país.

A educação no Brasil, teve início, com os jesuítas, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram iniciadas escolas, de Cirurgia, Militar, Naval e Belas Artes. Esses cursos, no entanto, eram somente, para a corte e para parte da população que se fazia presente no território brasileiro, geralmente, para quem detinham posses. Acreditava-se, na época, que apenas essas pessoas, necessitariam de instrução, pois a utilizariam para conduzirem seus negócios ou para prepararem-se para a política, assumindo, cargos políticos e governando o

país, entre outras atribuições, que apenas, os que acumulavam posses, deveriam vivenciar.

Desse modo, inicialmente, a educação formal no Brasil, direcionou-se, à camada social mais abastada e não a todos os brasileiros. Dessa forma, era entendido, pelo governo, que, apropriar-se de conhecimentos, ter formação intelectual e profissional, não seria necessário a toda, mas, apenas, a uma parte da população brasileira, a que governaria o país e, que realmente teria voz ativa nas decisões da nação.

Nesse contexto, iniciaria a cultura educacional no Brasil, uma educação que sempre foi organizada, de modo a atender, diferentemente, a população brasileira, de acordo com a divisão social e econômica.

Com isso, a uma parte da população, lhe seria proporcionada condições para avançar na educação formal, em níveis superiores de formação intelectual e profissional. Aos demais, apenas lhes seriam proporcionados, condições de ingressar, apenas, na educação elementar, ou seja, em níveis iniciais, da formação intelectual e profissional.

Conforme aponta Apple (2006, p. 54), “qualquer sociedade que aumenta a lacuna entre ricos e pobres, no que diz respeito ao controle do ‘capital’ cultural e econômico, precisa ser questionada”.

No decorrer de toda história educacional do Brasil, sua educação e seus planos educacionais sempre seguiram estratégias políticas e econômicas, vindas de fora.

Segundo Tafarel e Molina (2012), no período colonial, sob influência portuguesa, a educação no Brasil, era baseada na reforma pombalina, em substituição a toda uma educação, também importada, baseada nos princípios religiosos trazidos pelos jesuítas. No período da Proclamação da República, vivenciamos tendências educacionais, impregnadas pelo escolanovismo norte-americano, sendo ainda mais intensificadas, no período do golpe militar, em que, a educação implementada, passaria, por reformas, fechando acordos e parcerias com os Estados Unidos, os chamados, acordos MEC/USAID.

No período do regime militar, o Brasil, passaria por uma total dependência em seu sistema educacional, o que paralisaria, todas as suas propostas educativas de formação intelectual e formação para a pesquisa.

No decorrer dos anos do golpe, a proposta educacional que seria conduzida nas escolas brasileiras, seria baseada na oferta de uma educação que apenas formaria, mão-de-obra, com vistas a atender, exclusivamente, ao mercado de trabalho, de modo que, a formação intelectual, as atividades de pesquisa e a produção do conhecimento, seriam práticas, abolidas, nas escolas brasileiras ou levadas, a um segundo plano. Infelizmente, até hoje, os resquícios dessa prática, ainda, podem ser notados em muitas rotinas escolares.

Com o fim do golpe militar, o país vivenciaria, um período de redemocratização política, o que seria consolidado, com a Constituição Federal de 1988 e, a partir dela, leis sobre a educação seriam institucionalizadas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Plano Nacional de Educação – PNE, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, mantendo, no entanto, sempre com forte influência das políticas externas.

Neste cenário, o país, via-se obrigado a seguir as políticas externas, sendo necessário, para as liberações de empréstimos e financiamentos fossem concedidas e, com isso, o país, condicionava-se, cada vez mais, a uma dependência ao capital externo, inclusive, em se tratando, de seguir, os modelos educacionais implantados, no decorrer das décadas.

Em relação, a nossa realidade econômica e educacional, podemos afirmar, sobre os propósitos educacionais

A atual fase do imperialismo impõe as suas nações seus ajustes, acordos e projetos, como o projeto de mundialização da educação [...] pela base epistemológica relativista e pelo viés pedagógico escolanovista. Além disso, pode ser reconhecido pela compreensão do papel do Estado – mínimo para o social e máximo para o capital – e pela compreensão da função social da escola – formar trabalhadores com competências voltadas para atender o mercado de trabalho capitalista, educados para o consenso (TAFAREL e MOLINA, 2012, p. 573).

Desse modo, a história educacional brasileira, sempre foi estabelecida pelo capital externo, com grande exclusão social, de modo a aglomerar uma enorme parcela de analfabetos e desafortunados. Nesse contexto, em contraposição, estão às origens da Educação Popular, com princípios pedagógicos, que combatem, questionam e discutem a realidade social, política e econômica do país. Na Educação Popular, as divisões sociais são pontos de reflexão, assim como, os privilégios e as regalias, que uma classe tem, em detrimento da outra.

Segundo Paludo (2012), é possível identificar, três períodos, em que se constituiu a Educação Popular no Brasil: o primeiro, caracteriza-se pela passagem do modelo, agrário-exportador, para o modelo, urbano-industrial, datado em meados da proclamação da república, estendendo-se até 1930, período este, intensificado, pelas práticas educativas formais, e não formais, acometidas pelos socialistas, anarquistas e comunistas.

O segundo período, inicia-se, com a Revolução de 1930, passando por uma ditadura do Estado Novo e pelo chamado “breve período democrático”, neste contexto, o Brasil vivenciaria, tendências pedagógicas que disputariam, entre si, o cenário educacional, como, a pedagogia Tradicional, a pedagogia da Escola Nova³⁷ e a concepção de Educação Popular, esta última fortalecida e influenciada pela teoria de Paulo Freire.

A Educação Popular, passaria a ser intensificada nas camadas populares, por apresentar características educacionais, que iam muito além, da escolarização e de incluir a população na educação formal. A riqueza de sua proposta educativa, firmava-se, em uma educação, baseada no desenvolvimento humano, assim como, no desenvolvimento de uma consciência de classe explorada, política e economicamente.

Nos anos de 1950, um movimento de educação popular, passaria a ganhar espaço nas discussões do meio educacional, com a pretensão, de que, a população brasileira, como um todo, teria direito a uma educação pública, de qualidade. Diante dessas ações pró-educação, vários foram os movimentos sociais populares, que proclamaram, a educação, como direito, também, das classes populares, entre elas as populações do campo (FREIRE, 2013).

Com o golpe militar e o regime que se seguiu por mais de vinte anos, a educação no Brasil, retrocederia e novamente ficaria disponível às intolerâncias do capital, de modo que, todas as políticas educacionais, que emergiam da

³⁷ No período de 1997 a 2007, houve uma retomada da Escola Nova no cenário nacional, haja vista, a introdução do Programa Escola Ativa, aplicado às escolas multisseriadas rurais. A Escola Ativa, é um Programa financiado pelo Banco Mundial, que, por detrás da política adotada pelo MEC, ocultava suas reais intenções, que era, o esvaziamento do campo, uma vez que sua proposta curricular-pedagógica, sustentava-se em valores urbanos e capitalistas, sobressaindo-se, princípios individualistas e competitivos, mantendo a figura dos docentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com o mero papel, de mediador e/ou orientador da aprendizagem. Com isso nota-se que, os Estados Unidos, frente à sua intensiva imperialista, aliado ao Banco Mundial e a classe burguesa brasileira estão atentos às políticas públicas adotadas para a classe trabalhadora (Ribeiro, M. Revista Brasileira de Educação: ANPED, v. 18, p. 669-692, 2013).

conscientização política, econômica e social, foram repudiadas, boicotadas e retiradas do cenário escolar da época, juntamente, com seus intelectuais orgânicos, que, quando não foram mortos e/ou torturados, foram exilados e proibidos por tempo indeterminado de retornarem ao país.

O golpe militar certamente representou um retrocesso na luta pela Educação Popular, visto que, a efetivação deste, reprimiu todas as ações, que fomentariam o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, que o governo reprimia as ações pró-educação popular, criava, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, um programa do governo da época, apenas com objetivo, de expor números satisfatórios de redução do analfabetismo, sem nenhum compromisso com a aprendizagem, nem tampouco, com formação humana, política e social.

Contextualizando o cenário da época, o governo militar, passaria a rechaçar os princípios da ideologia liberal, em seu modelo educacional para o desenvolvimento do país, ou seja,

[...] passa a pôr em prática um desvirtuamento do princípio da ideologia liberal proclamada desde os anos 20 (escola: direito para todos). O viés passa a ser então de que o Estado que privilegia pouco compromete seu próprio desenvolvimento econômico (FAZENDA, 1985, p. 20).

Apenas na década de 1980, os movimentos sociais e as representações civis, trariam novamente o discurso da importância da educação popular, para o período de redemocratização que era vivido no país. Neste contexto, a Educação do Campo ressurgiria, como partícipe, dessa redemocratização, propondo uma educação de valorização ao homem, à mulher, ao jovem e à criança do campo, uma educação que propusesse uma formação humana, intelectual e profissional, uma educação que fizesse, às populações do campo, despertarem para as oportunidades sociais, ao mesmo tempo, valorizando sua cultura, seus costumes e seu modo de trabalhar, ou seja, uma educação que respeitasse seu modo de viver, suas particularidades e, que, os impulsionassem para conquistas principalmente em relação aos direitos sociais.

O terceiro período, seria a partir de 1978 até 1990, com o ressurgimento das lutas populares, em prol da educação popular, como prática educativa voltada às camadas populares, caracterizando-se principalmente nos espaços informais. Essas especificidades, fizeram com que, a Educação Popular, ganhasse força e expressão nos movimentos sociais, concretizando um elo, fortemente vivenciado, nas práticas

da educação das camadas populares: educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, educação e projeto de sociedade.

Ainda sobre a relevância da educação para a o desenvolvimento do campo enfatiza-se que

Nessa trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser um dever. Se queremos novas relações de produção do campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos desta transformação (CALDART, 2004, p. 79).

Impulsionada por Paulo Freire³⁸, passa a existir no Brasil, uma campanha de alfabetização, a partir da conscientização política e do autoconhecimento do estudante e seu papel na sociedade, como sujeitos sociais e históricos e, assim, inicia-se uma proposta de educação para as classes populares, diferentemente de uma educação contida nos currículos das escolas existentes da época e, até mesmo, em nossa contemporaneidade (FREIRE, 2013).

A proposta da Educação Popular no Brasil, vem de uma trajetória, de outras classes populares, existentes na Europa, que também lutavam contra o sistema capitalista, ou seja, o sistema da desigualdade. São experiências dessas lutas, as várias experiências educacionais socialistas, a própria teoria de alfabetização de Paulo Freire, a Teologia da Libertação³⁹ e várias outras propostas educacionais que comungavam de ideias, em prol de uma educação libertadora das amarras sociais, políticas e econômicas, imposta pelo sistema do capital. Essas experiências educacionais, vinham ao encontro a uma proposta de organização popular do campo e da cidade. Como experiências de Educação Popular, podemos citar, as estratégias pedagógicas, da Educação do Campo e o método Paulo Freire de alfabetização, mais tarde, desdobrado na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

³⁸ Paulo Freire foi um dos maiores intelectuais do século XX, considerado como “clássico” brasileiro, por elaborar uma teoria educacional, acerca da compreensão ético-crítico-política da educação, com o objetivo, de oportunizar um diálogo que propague a importância do ser humano envolvido na práxis-progressista, transformador da ordem social, econômica e política injusta.

³⁹ A Teologia da Libertação tem suas bases nas mudanças produzidas pela Igreja Católica, com o Papa João XXIII, expressas no Concílio do Vaticano II e, na América Latina, na Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorrida em Medellín, na Colômbia. Assim, abrem-se espaços para a Teologia da Libertação, no Brasil, da qual os nomes mais expressivos, são os de Leonardo Boff e Frei Betto, desse modo, originou-se o método Ver-Julgar-Agir, o que veio influenciar a Educação Popular, no Brasil.

A Educação Popular, deriva de uma modalidade educativa pensada para que se discutissem as realidades contraditórias que sustentam as sociedades capitalistas. Seus direcionamentos didáticos priorizam sempre o conhecimento, como possibilidade de conhecer e compreender a luta pelos direitos, a necessidade de se pensar em igualdade de condições e de se buscar condições dignas de vida.

Desse modo, a Educação Popular, propõe discussões, para que se compreenda, o papel da classe explorada na sociedade capitalista, a identidade do explorado e do explorador, assim como, o sistema do capital, que lhe impõem amarras opressivas.

A Educação Popular, portanto, sempre intensificará os movimentos revolucionários e reivindicatórios, a fim de pressionar, a sociedade, para que a mesma se desenvolva, a partir, da contestação e da consciência política, promovendo discussões de temáticas como “consciência, liberdade, autonomia e emancipação” (RIBEIRO, 2010, p. 40)

O propósito da educação popular é desvelar a realidade das classes populares ou dos trabalhadores mais empobrecidos a partir da conscientização política e da defesa de seus direitos e, para isso, Riberio aponta (2010, p. 47).

O primeiro e fundamental é o corte de classe. Nessa perspectiva, o que caracteriza educação popular é que a mesma não se aplica às classes que detém o poder econômico-político [...] a categoria analítica classes sociais fundamentais, tal como demarcada por uma determinada ortodoxia, não consegue abarcar por si mesma algumas questões colocadas pelas camadas populares, que enfrentam opressões de gênero, raça, cultura e religião [...] A educação popular tal como a compreendemos tem portanto um caráter de classe e é isso que a distingue de um conceito abstrato de educação.

Contudo, a Educação Popular, alia-se às teorias socialistas, com o propósito de criticar, o sistema em que a sociedade está inserida, de modo a desnaturalizar a realidade, que nunca deve ser vista, aos primeiros olhares, sem reflexão e sem críticas. Enquanto, a educação formal, comunga com o sistema imposto e forma a sociedade para lhe ser útil, transmitindo-lhes conhecimentos, atitudes, valores, comportamentos e as práticas que apenas consolida o sistema do capital; a educação popular, tem uma manifestação contrária e, apresenta-se na sociedade, de forma dialética, repudiando o modelo atual de educação formal, trazendo proposta de libertação intelectual e consciência política, baseado em princípios de solidariedade e igualdade social.

Frente as demandas para a educação, os movimentos sociais populares do campo, na euforia de instituírem práticas da educação popular, para um público socialmente desfavorecido, engajam-se, em sistematizar experiências e formular propostas educacionais, que fortaleçam intelectualmente essa luta e em específico, a luta pela educação do campo.

Entre as entidades pró-campo, podemos citar: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, as Federações de Trabalhadores na Agricultura – FETAG e a Via Campesina que sempre apoiaram as lutas de movimentos sociais populares. Atualmente, essas lutas pela educação do campo são lideradas e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (RIBEIRO, 2010, p. 34).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, teve seu início no ano de 1984, alicerçado por outros movimentos de luta pela terra.

Segundo Ribeiro (2010, p. 37), o MST estruturou-se formalmente entre os anos de 1984 até 1986, período em que se denotava, a região sul, como a parte do Brasil, que concentrava o maior número de acampamentos e assentamentos. Nesse período, a proposta política, da luta pela terra, a partir do MST, se desencadeava de modo pacífico e com intermediações da Comissão Pastoral da Terra – CPT. A partir do ano de 1986, o MST, adotaria uma postura mais ríspida no decorrer de suas ações, entrando em contrassenso com as ações pacíficas adotadas pela Igreja Católica por intermédio da CPT. No intervalo dos anos de 1986 a 1993, a sede do MST, mudaria para São Paulo, iniciando uma ampliação do movimento para outros Estados.

Hoje, o conceito de Educação Popular, vai ao encontro, dos princípios das políticas públicas, considerando que estas se traduzem em programas governamentais e ações, em prol da geração de benefícios, às camadas populacionais social, econômica e politicamente desfavorecidas.

2.1 Refletindo sobre a realidade da juventude brasileira e dos jovens camponeses

O Brasil, dificilmente terá uma população, com tantos jovens como tem agora, pois, atualmente, o país possui uma população na faixa etária de 15 a 29 anos⁴⁰ que ultrapassa a 50 milhões de brasileiros (IBGE, 2014).

Atualmente, a categoria juvenil brasileira, passou a ser vista pelos dados sociais que vem apresentando. Segundo o IBGE (2014), o desemprego entre os jovens, segue proporcionalmente maior, que nas demais faixas etárias no Brasil e, aponta ainda, que quase a metade dos desempregados do país, são jovens. Outro dado alarmante, são as taxas de homicídios, enquanto o número de assassinatos, manteve-se estável, no restante da população, entre os jovens, é duas vezes maior. Sobre este aspecto, de acordo com a UNESCO (2002), entre a juventude houve um crescimento de 81,6% nos últimos anos.

Essa realidade, contribui para tornar, o segmento juvenil, preocupante, pois somado aos dados sociais supracitados, podemos acrescentar, o despreparo do Estado, que mostra-se, sem condições para receber adequadamente esse enorme contingente etário, com ofertas insuficientes: de educação, trabalho, esporte, lazer, cultura, acesso à tecnologia entre outros serviços.

Somado a isto, podemos acrescentar, o baixo conhecimento do poder público sobre a realidade juvenil, ocasionando, um desencontro, entre, as reais demandas dos jovens e as políticas públicas. Outro fator negativo, são as profundas transformações, que as famílias brasileiras, vêm sofrendo atualmente, como também, o papel deficiente, desempenhado pela escola, na atual sociedade. Essas questões apontam, que a juventude brasileira, vivencia barreiras que interfere em seu desenvolvimento, como ser humano e social.

Atualmente os jovens, em sua maioria, encontram dificuldades, para conseguir e ao mesmo tempo, manter-se, em uma atividade remunerada, deparam-se, com a violência, de aspectos físicos e psicológicos, que atingem principalmente, os que residem nos grandes centros urbanos, e ainda, confrontam-se com várias

⁴⁰ O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE (Lei nº 11.129/05), entende que a juventude é uma fase da vida que possui começo e fim, de modo que congrega cidadãos e cidadãs entre os 15 aos 29 anos, considerando as etapas adolescentes-jovens (entre 15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos).

dificuldades, de diferentes naturezas. Muitos, são impedidos de finalizarem a educação básica e iniciarem o ensino superior, com isso, vários jovens se distanciam de seus sonhos, de seus objetivos e de suas realizações.

Contudo, a juventude brasileira, passa a ser considerada, uma faixa etária que necessita de cuidados mais pontuais e, nesse sentido, verifica-se uma inconsistência, no que se refere, à garantia de direitos, aos jovens brasileiros, localizados nas mais diferentes realidades do país, como também, ausência de políticas de acompanhamentos para os jovens brasileiros, de modo, a lhes assegurarem perspectivas mais estáveis na sociedade.

Infelizmente, o país abriga um quantitativo de jovens, que em sua maioria, encontram-se secundarizado, muitos deles marginalizados, quanto ao acesso à informação e ao conhecimento, à acessibilidade de direitos e benefícios, que deveriam, ser usufruídos, no decorrer de seu desenvolvimento humano. Esse segmento juvenil, vivencia, diferentes e variadas condições, econômicas e sociais, de modo que, muitos se submetem à precariedade, com que o Estado, atende à população. Além disso, ações pró-juventude não têm sido disseminadas em quantidades necessárias a todos os jovens brasileiros, visto que, a sucessão dos governos, no Brasil, não tem alterado, a realidade de descaso, em relação ao atendimento e ao zelo, em relação a esta camada populacional.

As políticas, para a juventude brasileira, ainda necessitam, serem melhores fomentadas e disseminadas no país. Os jovens, como um todo, necessitam de um atendimento e de um assessoramento, mais intensivo, visto que, as famílias contemporâneas por si só, devido a inúmeras situações, não conseguem educar e acompanhar o crescimento de seus filhos, o que faz, com que, muitas crianças se tornem jovens, com várias necessidades e pouco amparo da família e do Estado. Essa realidade, aliada, a outros condicionantes, coloca o segmento juvenil, em uma relação de exclusão, em comparação aos demais segmentos, sendo a mesma, agravada, pelo modelo econômico adotado no país.

Em 2004, o país, em conformidade com uma preocupação mundial, acerca da juventude, iniciou um trabalho de estudos, envolvendo o segmento juvenil. Como fruto deste processo, foi criado o Plano Nacional da Juventude – PNJ (Projeto de Lei nº 4.530/04), com a pretensão de incluir, jovens de vários segmentos sociais.

Conforme dados apresentados no PNJ, a maior parte dos jovens brasileiros, por diversas situações vivem uma rotina simultânea de estudo e trabalho. Essa

mescla entre a escola, suas práticas escolares, sua formação profissional e o mundo do trabalho de modo a garantir uma abertura ao mundo produtivo, passa a ser vista, com preocupação pelo Estado, assim como, por entidades representativas da juventude (NOVAES, 2006).

Esta realidade é agravada, quando se atenta para as realidades das comunidades rurais, ou seja, a convivência e a rotina dos jovens pertencentes aos assentamentos, acampamentos, pequenas propriedades rurais, vilarejos, quilombos, aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, comunidades caiçaras, comunidades extrativistas, entre outras áreas, caracterizadas como áreas não urbanas. Nessas comunidades, o descaso é ainda mais intenso com a população juvenil e, infelizmente, o único estímulo que a maioria dos jovens do campo têm, é migrar para outras localidades, a maioria delas urbanas, com propósitos de melhorar sua qualidade de vida e ter oportunidades de trabalho, situação comprovada, a partir do comparativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mostra, um aumento do êxodo rural, nas comunidades camponesas, ocasionado principalmente pelos jovens.

A partir do PNJ, as perspectivas dos jovens, em relação, ao seu futuro e ao futuro do país, passariam a ser consideradas, com isso, várias ações seriam intensificadas, inclusive, a implantação de um Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (Lei nº 11.692/08), passando a reconhecer a população, incluída na faixa etária 15 a 29 anos, como pessoas, a serem contemplados por políticas juvenis.

Dados de 2010, apontam que a população rural brasileira, correspondia a 15% da população total do país. Em 2000, essa mesma população, correspondia, 19% e, o censo dos anos 1980 mostrou que, a concentração da população, no meio camponês brasileiro, estimava-se em 32% da população brasileira. Dessa população, responsável pelo êxodo rural, uma grande maioria, é apontada, como sendo de jovens, que se veem insatisfeitos e sem perspectivas de buscar, uma melhoria em sua qualidade de vida e de sua família em suas comunidades, estimulando, com isso, que se busque, melhorias, fora de suas comunidades rurais de origem (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012).

A juventude brasileira, situada no campo, historicamente é negligenciada em relação à educação, saúde, trabalho, cultura, lazer entre outros direitos, o que a coloca em situação, de desfavorecimento e vulnerabilidade social. Portanto, faz-se

necessário, a atuação do Estado, nas comunidades campestres, observando suas especificidades, principalmente com atuações políticas de cunho universais, emergenciais e específicas⁴¹, no propósito de diminuir as desigualdades, entre os jovens e outros segmentos e, dos jovens entre si.

Com a política de visualizar e priorizar a juventude brasileira, o Estado teria condições, de analisar e reconhecer, esta parcela da população, observando com mais atenção, as singularidades e o que esse espaço do desenvolvimento humano, representa para a formação do indivíduo, valorizando os seus aspectos, emocionais e intelectuais.

Com isso, a conjuntura em torno da juventude, passaria a ser tratada com mais atenção, amenizando um conceito, que aponta essa faixa etária, apenas, como passagem da infância para a vida adulta, passando a caracterizá-la como uma fase, que assim como as demais, aspira cuidados e, entre eles, políticas de acompanhamento, por parte da família e do Estado.

A partir de políticas, de acompanhamento e direcionamento, aos jovens brasileiros, certamente o país, teria uma proposição de adultos mais centrados, independentes e produtivos e que, certamente, haveriam de contribuir, mais significativamente, para o crescimento da sociedade e principalmente da comunidade em que estão inseridos.

A proposição do governo, sobre a temática juventude, tem sido nos últimos anos, estabelecer e intensificar, uma Política Nacional da Juventude – PNJ, com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CNJ, dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego e da Casa Civil.

Com isso, a intenção do Estado e dos segmentos envolvidos é contribuir para o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, promovendo a reintegração de jovens ao processo educacional, proporcionando, desenvolvimento humano, social e profissional.

⁴¹ O governo entende como políticas universais, as que consideram as demandas e singularidades juvenis, como exemplos, podem ser citados, a educação pública e a geração de emprego. As políticas emergenciais, são ações que apresentam condições de melhorias de vida aos jovens, em situação de maior vulnerabilidade social, como exemplos, oferta de benefícios sociais, financiamentos e créditos educativos. As políticas específicas, são ações que reconhecem e promovem o potencial e as particularidades da condição juvenil.

Contudo, a proposta do governo, a partir do PNJ, seria em torno de desafios e conquistas como: erradicação do analfabetismo entre os jovens; a ampliação do acesso ao ensino e a permanência em escolas públicas de qualidade; a oferta da educação profissional, de modo a garantir aos jovens, uma profissionalização e uma qualificação, tornando-os aptos, ao mundo do trabalho, contribuindo para geração de trabalho e renda; a democratização do acesso ao esporte; ao lazer; à cultura e à tecnologia da informação; a promoção e a garantia de direitos humanos e às políticas afirmativas; o estímulo a participação social e a melhoria da qualidade de vida dos jovens, no meio rural e nas comunidades tradicionais. (PNJ, 2004)

Desse modo, entende-se que a proposição do PNJ, é entender os jovens, como sujeitos de direitos, que necessitam, ser acompanhados, para desenvolverem-se integralmente, como indivíduos e como seres sociais, capazes de contribuir, para o desenvolvimento de sua comunidade e da sociedade como um todo.

Outra análise em relação ao PNJ é que, a partir deste, serão intensificadas ações estratégicas, para beneficiarem, uma futura geração de adultos, dispostos e competentes à assumirem, suas respectivas responsabilidades, que a sociedade naturalmente, há de lhes impor.

É um direito da juventude brasileira, desenvolver-se integralmente, em todas as localidades existentes neste país, sejam elas, rurais ou urbanas. A urgência está posta, necessitando de ações concretas e que realmente surtam os efeitos que, a tempos, são aguardadas.

2.2 Educação do Campo: uma realidade urgente

No cenário educacional brasileiro, a Educação do Campo, representa princípios pedagógicos, concernentes aos ideais, da Educação Popular, desse modo, suas práticas, são direcionadas, principalmente, para uma conscientização, política e de classe. Com isso, prioriza-se, que as comunidades camponesas desenvolvam uma postura crítica em relação à sociedade na qual está inserida, em relação a si mesma e ao papel que desempenha.

Segundo Tafarel e Molina (2012, p. 574), a concepção de formação contida nas políticas de Educação do Campo são

[...] conquistas que necessariamente partem da reflexão sobre o perfil de ser humano que se almeja formar com tais políticas: para qual campo e para qual sociedade. Os valores embutidos nestas políticas contrapõem-se aos valores capitalistas, baseando-se no ideal das coletividades, na solidariedade, na superação da propriedade privada, na construção de uma sociedade em que todos trabalham, recusando a forma na qual uns vivem do trabalho de outros.

No final dos anos de 1980, o país começaria a vivenciar, novos ares, acerca das lutas populares e uma delas seria, em prol de uma Educação do Campo, entre suas expectativas e reivindicações, estariam as demandas do campo, com respeito as suas especificidades, seus valores, sua cultura, seu modo de trabalho e de produção, seu modo de viver a vida.

A Educação do Campo, como teoria pedagógica propõe, que cada indivíduo, necessita ter consciência, de pertencer a uma classe social e da mesma forma, considerar-se produtivamente, inserido na sociedade, sendo capaz, de produzir seu próprio sustento e de sua família, integrando-se, às demandas sociais do mundo, como ser humano independente, com capacidade para agir, pensar, dialogar, sendo respeitados pelo que é, e principalmente, pelo que pensa e produz.

Nesse sentido, a década de 1990, foi primordial para expandir essas demandas, a partir, das lutas populares, em torno da educação, para os povos do campo. Como proposições, dessa nova perspectiva educacional, ocorreria, o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, realizado no ano de 1997, caracterizando, um marco real de discussões, sobre as realidades ocorridas, no cotidiano das escolas do campo e principalmente das insatisfações e do inconformismo, assim como, em relação à intolerância, com que as comunidades camponesas, vinham sendo tratadas e concebidas socialmente, sendo também discutida, a inércia dos representantes políticos, em relação, à realidade social no qual milhares de brasileiros, que habitavam os territórios considerados não urbanos, encontravam-se inseridos.

No ano seguinte, em 1988, um segundo encontro de educadores do campo, seria transformado, na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, no qual, seriam debatidas, basicamente, temáticas em torno de objetivos, que já circundavam, diante das realidades do meio camponês. No entanto, com um olhar mais atento, às especificidades educacionais, o evento ocorreu, no município de Luziânia-GO, organizado pelo MST.

A I Conferência, também contaria com uma base histórica de outras entidades de movimentos sociais⁴², que também intensificaria suas lutas, em prol de garantias de melhoria de vida e, que também situa, a educação, como pauta de reivindicações, por acreditar, que as lutas se fazem, a partir, do conhecimento e da conscientização política.

Entre as várias discussões e debates, ocorridos na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, foram discutidas as terminologias, Educação do Campo e educação rural. Em consenso, essas terminologias foram situadas em dimensões contrárias, sendo oficializada a nomenclatura, Educação do Campo, como o conceito apropriado, às proposições de educação a serem trabalhadas no mundo educacional das comunidades camponesas, doravante, confirmada nas discussões ocorridas, no Seminário Nacional que aconteceria em Brasília, no ano de 2002 e, reafirmada na II Conferência Nacional, ocorrida em 2004, com o slogan “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!” (CALDART, 2012, p. 37).

Neste sentido, a Educação do Campo, coloca-se com uma proposta educativa, que envolve, todos os espaços e processos sociais da vida humana, do mesmo modo, que abrange todos os níveis de escolarização, da educação infantil à universidade, contemplando o ser humano, nos aspectos intelectual, cultural e social, de modo a envolvê-lo produtivamente, ao mundo social do trabalho.

A Educação do Campo, deverá representar o contrassenso, contrapondo-se, à situação de opressão e de vulnerabilidade social na qual se encontra a maioria das populações do campo, assim como, a luta, a reivindicação, a prioridade de uma mudança urgente, enquanto que, a educação rural, em sua condição educativa, tem representado, a partir, de sua dinâmica pedagógica, uma aceitação de uma condição de oprimidos, de atrasados, de desafortunados pela sorte e principalmente uma condição de subserviência ao mundo urbano.

Portanto, há de considerar, aspectos relativos à Educação do Campo, o que diz respeito, à superação da dicotomia entre rural e urbano, e à necessidade de se recriar vínculos de pertença dos sujeitos ao campo, o que faz, da Educação do Campo, um processo educativo, que afirma a educação, como um processo ao longo da vida.

⁴² Fazem parte dos movimentos sociais populares: Movimento de Educação de Base (MEB), organizações indígenas e quilombolas, do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra – CPT entre outros. (CALDART, 2012).

A representatividade e as pautas de luta dos movimentos sociais do campo, são imprescindíveis, para que as políticas públicas sejam intensificadas e difundidas no cenário atual brasileiro, em benefício dos povos do campo

Sua perspectiva é garantir os direitos sociais a todos os camponeses, especialmente os direitos à educação. Para isso, exigem não qualquer política, mas uma política diferenciada na forma e no conteúdo, definida com sua presença e participação. O protagonismo que os movimentos sociais de trabalhadores rurais vêm tendo na última década para a promoção do avanço da consciência do direito à educação tem forçado o Estado brasileiro a conceder e implementar políticas de Educação do Campo (TAFAREL e MOLINA, 2012, p. 573).

Desse modo, a Educação do Campo, passa cada vez mais a ser discutida pelos movimentos sociais do campo. Com isso, outras políticas públicas educacionais, começam a serem visualizadas e exigidas, pelas comunidades camponesas, com expectativas de uma educação que realmente valoriza as especificidades do campo e contribua, para que famílias camponesas optem em viver no campo, como escolha, para sua qualidade de vida, contrariando os princípios difundidos pela educação rural, que tem como propósitos, escolarizar o homem do campo, a fim de adaptá-lo ao sistema que valoriza, o homem urbano em detrimento do homem rural, rechaçando a figura do homem camponês, a uma condição inferiorizada, em relação ao homem urbano. “O grande diferencial destas políticas reside não apenas na participação dos movimentos e na sua proposta de execução, mas prioritariamente, nos objetivos formativos que as conduzem” (TAFAREL e MOLINA, 2012, p. 574).

Ainda sobre educação rural podemos concluir que, a mesma, reforça o estímulo ao êxodo rural, como alternativa de melhorar sua condição de vida e de sua família, assim “a educação rural é uma educação que apenas se configura territorialmente ‘no’ campo, o que enormemente se diferencia da educação que se concretiza ‘no’ e ‘do’ campo, por toda sua influência política, libertadora e emancipatória que seus princípios norteiam” (OLIVEIRA e CAMPOS, 2010, p. 642).

Na década de 2000, houveram grandes avanços, e às lutas em torno de políticas públicas educacionais, foram intensificadas. Dessa forma, fóruns e debates, que enfatizavam uma educação do campo para as comunidades camponesas, passaram a acontecer, através de uma política educativa para os povos do campo, com base na educação popular, o que passou a apresentar resultados positivos em relação, às lutas e às reivindicações, de cunho educacional. Neste particular, o

parecer nº 36/2001⁴³, as resoluções nº 01/2002⁴⁴ e nº 04/2010⁴⁵, assim como Grupos Permanentes de Trabalho de Educação do Campo, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, vinculada ao Ministério da Educação – MEC e como parte da SECAD, a Coordenação Geral da Educação do Campo, foram conquistas desse movimento (OLIVEIRA e CAMPOS, 2010).

Ainda tratando de avanços, no que se refere, às políticas públicas, em benefício aos povos do campo, podemos citar, a promulgação da lei nº 11.129/2005, que cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ, a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, este último, a partir do ano de 2008, passaria a ser regido, pela lei, nº 11.692/2008⁴⁶.

O PROJOVEM é um programa que conta com múltiplas parcerias: a Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria - Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação, com o objetivo de desenvolver uma Política Nacional de Juventude – PNJ, abrangendo em seu contexto as modalidades: ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Campo – Saberes da Terra, este último, tema da pesquisa que originou este trabalho.

Como parte do histórico de lutas e conquistas de políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento das comunidades do campo, no ano de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a partir do Decreto presidencial, nº 7.352/2010, dispôs sobre uma política de educação do campo, integrando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA⁴⁷, com o objetivo

⁴³ Parecer CNE/CEB Nº36/2001, trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.

⁴⁴ Resolução CNE/CEB Nº 01/2002, institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

⁴⁵ Resolução CNE/CEB Nº 04/2010, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

⁴⁶ A lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008 dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.

⁴⁷ Algumas Universidade Federais ofertam cursos de nível superior pelo convênio do PRONERA: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal Grande Dourados – UFGD, Universidade Federal

de ofertar, educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, em todos os níveis de ensino. Várias Universidades e Institutos Federais, ofertam cursos pelo PRONERA, em parceria, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A luta pela Educação do Campo, fica claramente evidenciada, “na disputa travada em defesa da Educação do Campo, que diz respeito aos interesses de classe trabalhadora organizada no campo e contra os interesses do agronegócio, gerido pelo capital nacional e internacional” (TAFAREL e MOLINA, 2012, p. 573).

A realidade que o campo brasileiro atualmente vive é de esvaziamento, em virtude, das ações intensivas da mecanização da lavoura. Somado a isto, há uma política de produção agroexportadora, a partir do agronegócio. Contrariamente, à esta realidade, encontram-se os propósitos da Educação do Campo, que busca acima de tudo, a valorização do ser humano, de modo que, a população camponesa não se mantenha, à margem, de uma política que a exclui e a descaracteriza.

Infelizmente, o país valoriza o monocultivo para a exportação, sistema este, que enfraquece as demandas vivenciadas pelas populações do campo que, em grande parte, sobrevive, da agricultura camponesa e da agricultura familiar. O Brasil, no seu início de produção agrícola, a partir da *plantation* e atualmente, através do agronegócio, sempre priorizou, produzir alimentos, para o fornecimento externo, tornando secundarizado, o atendimento à população brasileira, em relação à alimentação. Esta situação nos remete a pensar, nos milhares de brasileiros, que ainda passam fome neste país.

Atualmente, o governo brasileiro adota intensivas financeiras de valorização ao agricultor, a partir, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. No entanto, é deficiente a política de assessoramento a essas famílias e, somado a isto, várias questões, enfraquecem o estímulo, que muitas famílias camponesas têm, em acreditar no campo, como lugar de prosperidade.

Diante desta realidade, que assola as comunidades camponesas, acreditar em uma Educação do Campo, é acreditar que a população camponesa, terá mais consciência e conhecimento para que situações de risco sejam contornadas e superadas. Portanto, a Educação do Campo, deve ser encarada como uma mescla, de luta consciente, de desenvolvimento humano e social, de proposição produtiva ao

trabalho camponês, de possibilidades de vida digna a partir de vivências campesinas. Desse modo, intenções como essas, não poderão sair das demandas das lutas dos movimentos sociais e tampouco do cerne dessas comunidades.

Neste cenário, as escolas do campo, devem se disponibilizar, como espaços de sistematização, análise e síntese das aprendizagens, do mesmo modo que também, devam contribuir, na formação humana e profissional dos sujeitos, valorização de saberes, uma vez, que reconhece a identidade histórica, trazida pelos estudantes, de seus núcleos familiares e de sua comunidade. Com isso, concentra em sua dinâmica pedagógica, ambientes de diálogos, entre os sujeitos, contribuindo na formação sociocultural, com discussões pertinentes sobre, direitos sociais, ética, valorização humana e respeito às diferenças no grupo, liderança, política, democracia, associação, economia solidária, sustentabilidade, trabalho produtivo, entre outros conceitos, que o homem e a mulher do campo, o jovem e a jovem do campo, a criança do campo devem conhecer e discutir, em seus momentos educativos.

A população do campo, necessita da educação, não no sentido de aceitar o que lhe é imposto, mas para conhecer e reivindicar melhoria de qualidade de vida. Todo homem merece dignidade, mas ela deve ser conquistada e adquirida como direito e não como um favor, e isto, implica, que a escola do campo é local de diálogo, de aprendizagem, de vivências, de práticas produtivas conscientes, de discussões sobre o valor do trabalho e sua atual representação no sistema econômico do qual o Brasil faz parte.

2.3 ProJovem Campo – Saberes da Terra: uma proposta educacional para os jovens camponeses

O ProJovem Campo – Saberes da Terra é parte de um Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, que é fruto de várias discussões, acerca, da população juvenil a partir da Organização Ibero-americana dos Direitos dos Jovens –

OIJ⁴⁸. Essa organização é o único órgão, multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-americanos.

O Brasil, faz parte da OIJ, desde 2010, após ter criado, a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, a partir da lei nº 11.129/2005, lei que também instituiu, o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Ainda faz parte, da Política Nacional de Juventude, à inclusão do termo juventude, na Constituição Federal, através, da Emenda Constitucional nº 65/2010, na qual reconhece, o segmento juvenil, como público alvo de políticas públicas.

Desta forma, o artigo nº 227 da Constituição Federal, passaria a adotar a seguinte descrição

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Emenda Constitucional nº 65/2010).

Outro avanço, em torno da temática juventude, foi à proposta do Projeto de Lei nº 4530/2004 que estabelece o Plano Nacional de Juventude – PNJ.

Constam como objetivos do PNJ, a incorporação integral dos jovens ao desenvolvimento do país; a constituição de uma política nacional de juventude em torno dos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, culturais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares, tornando as ações, voltadas ao segmento juvenil como políticas de Estado e não apenas, políticas de governo e a criação de políticas universais, de modo a garantir direitos, à juventude, considerando gênero e etnia, respeitando e considerando direitos individuais, sociais e difusos.

Conforme dados apresentados, pelo Conselho Nacional de Juventude – CNJ, cerca de um milhão e trezentos mil de jovens, das mais variadas regiões do país, são analfabetos, dezessete milhões e meio de jovens, não frequentam a escola e, desses, apenas, cinco milhões e trezentos mil jovens, não concluíram, o Ensino Médio, vinte e quatro milhões, não tem escolarização adequada, para a idade que

⁴⁸ A Organização Ibero-americana dos Direitos de Juventude, fundada em 1996, é um importante instrumento de integração e cooperação internacional na temática da juventude. Fazem parte desta organização além do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

possuem e seis milhões e seiscentos mil jovens, estão estudando com distorções de idade/série.

Esses dados, tornam-se mais alarmantes, quando incluem jovens, pertencentes à comunidades não urbanas, ou seja, os jovens das pequenas propriedades rurais, dos assentamentos rurais e acampamentos em áreas não urbanas, dos quilombos, das comunidades indígenas, das comunidades de caiçaras, das comunidades ribeirinhas, das comunidades de extrativistas, entre tantas outras, nas quais os jovens encontram-se, em situação de extremo isolamento, dificultando ainda mais, seu acesso à educação e, a outros direitos constitucionais que, como cidadãos, deveriam ter acesso.

Os jovens do campo, além das dificuldades de acesso e gozo de direitos, ainda convivem com a realidade, da luta pela terra em detrimento do enorme acúmulo de latifúndios, que marca tristemente a realidade do campo brasileiro, que também se caracteriza, pela grande concentração de renda, na mão de uma minoria.

A política do governo, em supervalorizar o agronegócio, esvazia os campos brasileiros, na medida que substitui, o homem pela máquina, em torno de uma maior produção para exportação. Com isso, há uma enorme desvalorização, da agricultura familiar e da agricultura camponesa, depreciando e desqualificando o homem do campo e sua família.

O governo brasileiro, tem uma enorme dívida social e política com as comunidades do campo, uma herança de exploração e abnegação de direitos que se acumula, desde às primeiras ações colonizadoras que foram instituídas no Brasil, visto que, no decorrer dos tempos, os povos do campo, tiveram paulatinamente negligenciados, seus direitos humanos, sociais e trabalhistas ao longo de um cenário de profundo esquecimento.

O modelo econômico, implementado nas últimas décadas no Brasil, rebaixa os jovens, a um grupo muito limitado, no que se refere, ao gozo dos direitos mais fundamentais, perpassando por vários mecanismos de exclusão, disparidades econômicas e desigualdade social, evidenciando várias mazelas como: acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições de permanência nos sistemas escolares; pouca ou nenhuma, qualificação para o mundo do trabalho; envolvimento com drogas; gravidez precoce; mortes por causas externas – homicídio; trânsito e suicídio; pouca participação dos jovens na prática de esportes; lazer e cultura.

Enfim, como atores principais, desse cenário, os jovens brasileiros, são hoje, apontados, como o segmento mais vulnerável da sociedade brasileira.

Segundo o documento base, da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (2007, p. 07), “a juventude é um elo entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir... A juventude sozinha não vai transformar o país... É difícil imaginar qualquer transformação profunda sem a participação da juventude”.

Diante desse contexto, o governo, tem se manifestado, através de políticas públicas direcionadas ao segmento juvenil para viabilizar ações ao desenvolvimento dos jovens brasileiros lhes assegurando seus direitos mais fundamentais.

Apenas no século XXI, o país começaria a despertar em relação a esta camada da população brasileira, propondo estudos e levantamentos, para se tentar entender e conhecer, os jovens brasileiros e, assim, instituir um plano nacional com políticas e ações, tal como se propõe, o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

O objetivo do PROJOVEM, conforme consta na lei nº 11.692/2008 é “promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, lhes proporcionando qualificação profissional, contribuindo para o seu desenvolvimento humano”.

O PROJOVEM é direcionado aos jovens de 15 a 29 anos⁴⁹ que concluíram a quarta série e não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e, não têm vínculos formais de trabalho. Organiza-se nas modalidades: ProJovem Adolescente – Serviço Sócio Educativo, ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, ProJovem Trabalhador.

Entre as modalidades, no qual se divide o PROJOVEM, será abordado, neste trabalho, o ProJovem Campo – Saberes da Terra. Segundo seu documento base, o Programa, foi instituído como fruto da trajetória de lutas, ocasionadas principalmente, pela desvalorização e pelos descasos, da sociedade e do governo brasileiro, em relação aos povos do campo. Com isto, ProJovem Campo – Saberes da Terra, é um programa de escolarização, ofertado em Nível Fundamental, destinado a jovens agricultores/as familiares de 18 a 29 anos, disposto, na modalidade de Jovens e Adultos – EJA, sendo o mesmo integrado, a uma qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. (Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2009).

⁴⁹ O Programa PROJOVEM é destinado aos jovens, constantes na faixa etária de 15 a 29 anos, porém, cada modalidade possui uma faixa etária conforme os objetivos estabelecidos.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra, apresenta-se à comunidade brasileira, em especial ao público que será beneficiado, como inovador, por tratar de uma política nacional de escolarização de jovens camponeses, oriundos da agricultura familiar, com o objetivo, de articular uma formação intelectual e social a uma qualificação profissional voltada à Agricultura Familiar e Sustentabilidade visando o fortalecimento da agricultura familiar. (Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2009).

Ainda apresenta-se como objetivo do ProJovem Campo – Saberes da Terra⁵⁰, oportunizar, a elevação de escolaridade, qualificação profissional e realização das ações comunitárias de interesse público, a partir, de Curso de formação integral com carga-horária de 1.600 horas ofertada em doze meses consecutivos, sendo 1.200 horas presenciais e 400 horas não presenciais.

Em conformidade com o Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra (2009, p. 07),

O ProJovem Campo – Saberes da Terra constitui-se no Programa nacional de educação de jovens agricultores/as familiares, implementado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), numa ação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República.

O Programa propõe, fomentar ações de abrangência: universais – educação e geração de emprego; emergenciais – oportunidades aos jovens que se mantêm em situação de vulnerabilidade social; e específicas – reconhecimento e promoção do potencial e as particularidades da condição juvenil. Com essas demandas, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, pretende promover, uma ação diferenciada de reinserção do jovem na escola, respeitando sua diversidade e a realidade de sua

⁵⁰ O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma das modalidades ofertadas, a partir, do PROJOVEM, sendo ofertada aos jovens agricultores (as) familiares, situados na faixa etária de 18 a 29 anos. Esse recorte etário faz o Programa, ser componente de duas políticas de Estado – de Educação do Campo e de Juventude – ambas indispensáveis para a qualificação social, formação profissional e construção da autonomia dos jovens do campo.

localidade, assim como, suas características emergenciais, propondo ainda, uma qualificação profissional e a inserção desses jovens, no mundo digital.

O Programa reconhece, as escolas do campo, como locais de formação intelectual, social e profissional, de discussão e valorização das histórias das comunidades camponesas e, para tanto, propõe um currículo que valoriza, suas essências e vivências, intrínsecas na cultura camponesa. O ProJovem Campo – Saberes da Terra, propõe a oferta do **Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade**, o qual inclui, as diversas realidades que o campo brasileiro apresenta, para que, jovens agricultores/as, tenham maiores expectativas, quanto a sua formação intelectual, política, social e cultural, assim como, sua subsistência e de sua família, a partir da formação e qualificação profissional.

Assim, constitui como objetivo do Programa ProJovem – saberes da Terra

Contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002 (Documento Base do ProJovem Campo - Saberes da Terra, 2009, p. 07).

Dessa forma, o Programa se institucionaliza, como uma estratégia político – pedagógica, que contribui, para a garantia dos direitos educacionais dos povos do campo, contudo, é fundamental, que o currículo das escolas do campo, evidencie nas práticas escolares, uma afinidade de ideias, com os movimentos sociais, movimentos sindicais do campo, cooperativas representativas e associações, com isso, os discursos e as estratégias apresentam-se mais fortalecidos, efetivando um processo educativo mais consistente.

Como uma opção político-pedagógica, o ProJovem Campo – Saberes da Terra surge no cenário educacional (Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2009, p. 15).

O ProJovem - Campo Saberes da Terra num esforço de reunir princípios político-metodológicos acumulados ao longo das últimas décadas, desde as primeiras ações da educação popular, até as recentes e importantes iniciativas de educação do campo protagonizados pelos diferentes movimentos sociais e alguns governos locais, sem a pretensão de abranger as suas totalidades, representa um desafio por se tratar de um Programa que representa uma inovação para o conjunto de políticas da educação nacional. É caracterizado por uma pedagogia que vincula educação e

trabalho a um paradigma de educação e sociedade cujo objetivo é construir uma nova dimensão de desenvolvimento do campo. Aliado a isto, está a estratégia consciente de fortalecimento dos entes federativos – União, Estados e Municípios – e de tratamento do Programa na perspectiva de sua institucionalização como política de Estado. Por isso, executado em regime de colaboração com entes federativos estaduais e municipais, como uma ação interministerial, sob coordenação geral da SECAD/MEC em conjunto com as coordenações dos demais entes partícipes.

O Programa tem como meta, a escolarização e a profissionalização de jovens agricultores/as de diferentes Estados e regiões do Brasil: na região nordeste – Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí; no centro-oeste – Mato Grosso do Sul; no sul – Santa Catarina e Paraná; no sudeste – Minas Gerais e no norte – Pará, Tocantins e Rondônia.

2.4 Conhecendo a proposta pedagógica do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra

O Programa entende, como proposta pedagógica, a organização das ações a serem desenvolvidas, em seu decorrer, a orientação pedagógica dos materiais a serem utilizados, os assuntos e conhecimentos, em torno dos conteúdos a serem discutidos, a organização do trabalho pedagógico, para que, as ações sejam efetivadas, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, dentre outras ações e vivências, que são realizadas no ambiente educativo, que não necessariamente deva vincular-se ao ambiente escolar.

A finalidade da proposta pedagógica do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, vai ao encontro, a uma formação integral, do jovem do campo, a partir, da elevação de sua escolaridade e a conclusão do Ensino Fundamental e de forma paralela, à obtenção de uma qualificação social e profissional, potencializando o universo juvenil do campo, estimulando o desenvolvimento sustentável e solidário dos núcleos familiares e de suas comunidades, ou seja, o grande desafio do Programa é integrar em sua organização curricular, o trabalho e a elevação da escolarização.

A estrutura educativa do Programa, reconhece a agricultura familiar (Lei nº 11.326/06)⁵¹, como forma de organização do trabalho pedagógico, por nela está centrada, a figura familiar no controle das decisões de produção, organização, planejamento e execução das ações. Dada a vitalidade e aos retornos benéficos à economia brasileira, além de garantir, qualidade de vida aos cidadãos camponeses, a agricultura familiar e a sustentabilidade, tornam-se o eixo curricular articulador no processo educacional do ProJovem Campo – Saberes da Terra, fundamentando o fazer pedagógico, o currículo e a metodologia do Programa. O processo de escolarização e qualificação social e profissional tem, na agricultura familiar, um paradigma de educação, voltada a uma qualidade de vida, educação e trabalho, para as comunidades que residem em áreas rurais.

A proposta pedagógica do Programa, pelas especificidades de atendimento ao público juvenil, alicerça-se na Educação de Jovens e Adultos – EJA, na qual engloba, todo um processo de aprendizagem, formal e informal, assim como, o espectro da aprendizagem incidental, disponível, numa sociedade multicultural, em que os conhecimentos e saberes baseados, na teoria e na prática, são reconhecidos. Com isso, há uma superação conceitual em relação a EJA, no que se refere, em caracterizá-la, apenas como uma política compensatória, repositora e niveladora de escolarização aos estudantes a quem não foram oportunizados, uma educação formal na idade considerada adequada pela Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A EJA, como modalidade de ensino, contempla diferentes espaços de aprendizagem, para que sejam desenvolvidos aptidões, conhecimentos e qualificações dos estudantes envolvidos, contribuindo para sua transformação e aprimoramento, como seres conscientes que buscam melhores condições de enfrentamento da sua realidade e das questões que envolvem a sociedade brasileira.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra, trabalha a partir de princípios político-pedagógicos, orientados pelas referências da Política Nacional de Educação

⁵¹ A agricultura familiar (Lei nº 11.326/06) é estrategicamente, uma opção econômica ao governo, pois, além de propiciar o autoconsumo das comunidades rurais, é capaz de produzir e fornecer volumes de alimentos ao mercado interno, ampliando o acesso aos alimentos e garantindo a reciprocidade, entre, produção e consumo nas relações, entre, campo e cidade, com isso, a agricultura familiar é a grande responsável por abastecer o setor alimentício interno brasileiro.

do Campo, disposto pelo Decreto nº 7.352/2010⁵² e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que concebe a escola: como formadora de sujeitos e ao mesmo tempo, comprometida no projeto de emancipação humana, que valoriza os diferentes saberes, na promoção do processo educativo, que entende e disponibiliza variados ambientes educativos, que aproxima, o mundo escolar à realidade dos estudantes, que promove a educação, como estratégia para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas e que promove ações facilitadoras ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes, tratando o trabalho e a pesquisa, como parte do processo educativo.

Segundo Arroyo (2009, p. 105), “deve-se incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, que preparam para a realização plena do indivíduo como ser humano”.

Diante deste enfoque, o currículo do Programa, tem como referência principal, a formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, em que, as relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo sejam enfatizadas e valorizadas, diante de um cenário mais amplo. Portanto, a partir da formação do currículo, serão estabelecidas as aprendizagens, os momentos de discussão, as propostas encaminhadas e efetivadas e, desse modo, o currículo envolve-se em uma composição de pessoas, ideias e conceitos.

O currículo constitui-se num espaço de produção e disseminação de conhecimentos, de práticas e políticas culturais. O currículo interfere na produção do imaginário da população, a partir dos valores, comportamentos, atitudes, normas, padrões culturais que veicula, conferindo legitimidade ao projeto social dos grupos que apresentam maior poder na sociedade, atribuindo-lhe um caráter oficial, envolvendo inclusive o apoio dos setores populares (HAGE, 2006, p. 63).

Nessa perspectiva, a organização curricular do Programa, como fora anteriormente ressaltada, fundamenta-se, no eixo curricular articulador: Agricultura Familiar e Sustentabilidade, o que amplia as dimensões de atuação na formação do jovem agricultor por meio de cinco eixos temáticos – Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial; Sistemas de Produção e Processo de Trabalho no Campo; Economia

⁵² O Decreto nº 7.352/2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo, que destina-se, à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior, às populações do campo, sendo a mesma, desenvolvida pela União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

Solidária; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Esses eixos temáticos, agregam os conhecimentos da formação profissional e das áreas de conhecimentos, Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, para a elevação da escolaridade, conforme podemos visualizar na ilustração 8, abaixo.



Ilustração 8 – Organograma da Estrutura Didática-Pedagógica do Programa

Fonte: Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2008.

A estrutura curricular do Programa, baseia-se no arco ocupacional⁵³: Produção Rural Familiar e está organizada em cinco ocupações: Sistema de Cultivo,

⁵³ Os arcos ocupacionais são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem uma base técnica comum, no caso específico do curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, as ocupações são referenciadas pelos princípios da agroecologia. As ocupações descritas no arco têm como base à Resolução nº 4/1999 do CNE.

Sistema de Criação, Extrativismo, Agroindústria e Aquicultura. Essas ocupações, devem contemplar, de modo transversal, referências acerca do meio ambiente, gestão e administração.

Em relação as ementas da qualificação social e profissional, o Programa organiza-se na formação geral em: Agricultura Familiar, Produção Sustentável, Segurança Alimentar e Nutricional, Associativismo e Cooperativismo. Quanto ao arco ocupacional, Produção Rural Familiar, as culturas agrícolas trabalhadas são: Olericultura; Fruticultura; Criação de Animais – avicultura, apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura de leite e de corte, suinocultura; Extrativismo – os povos das florestas, a floresta e seus produtos, planos de manejo na utilização da floresta; Aquicultura e Agroindústria.

A execução da proposta pedagógica e curricular acontece por meio da realização de atividades educativas, em diferentes tempos e espaços formativos. Os jovens iniciam a escolarização, pelo **tempo escola**, tempo correspondente a permanência do jovem no ambiente escolar com vivências pertinentes aos assuntos dos eixos temáticos e, como continuidade à sua formação, assim como, vivencia o **tempo comunidade**, que correspondente, ao período, com atividades que eles realizam, fora do ambiente escolar: pesquisas, estudos e experiências técnico-pedagógicas, partilhando seus conhecimentos e experiências, adquiridas na escola. O **tempo escola** e o **tempo comunidade**, como espaços formativos, propõem aos jovens agricultores: leituras, escritas, arte, afirmação da diversidade ética, cultural e gênero. Além disso, desenvolve ações coletivas e solidárias, problematizando as relações de preconceito, entre o campo e a cidade, revigorando sua auto-estima, reconhecendo seu valor e toda sua representatividade na economia brasileira.

Segundo o Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, a proposta pedagógica, adota períodos de alternância em relação aos espaços de aprendizagem

[...] é operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar. Esse modelo tem sido estudado e elogiado por grandes educadores brasileiros e é apontado pelos movimentos sociais como uma das alternativas promissoras para uma Educação do Campo com qualidade, por articular o aprendizado escolar com as vivências produtivas das populações do campo (Documento Base do ProJovemCampo – Saberes da Terra, 2009, p. 14).

O programa condiciona suas características aos valores e vivências das comunidades camponesas, respeitando suas especificidades e, com isso, sua intenção é de que as escolas e seu processo educativo, realmente sejam direcionadas a essas comunidades e a realidade de vida dos povos do campo, sendo reconhecidas como escolas “do” campo e situadas “no” campo.

O Programa reconhece, como espaços formativos, as escolas do campo que centralizam as discussões, as aprendizagens e os direcionamentos de ações planejadas, no intermédio do ambiente escolar, assim como, também, a própria comunidade e seus locais de trabalho. Pensando ser, o Programa, uma base de formação integral para a vida dos estudantes, tanto com a oferta de conhecimentos, comuns e básicos, para sua formação humana, intelectual, moral e social, quanto os conhecimentos que contribuirão, para adquirirem, uma qualificação profissional, possibilitando um desenvolvimento, individual e social sustentável, reinventando potencialidades.

Quanto a carga horária do Curso, a mesma totaliza 2.400 horas, sendo distribuída, na organização dos tempos e espaços formativos, 1.800 horas para as atividades a serem desenvolvidas no tempo escola e 600 horas para as atividades a serem desenvolvidas no tempo comunidade.

Conforme o documento base do Programa, o plano de implementação organiza-se em cinco sistemas integrados: sistema instrucional, sistema operacional, sistema de apoio pedagógico ao estudante, sistema de comunicação e informação e o sistema de monitoramento e avaliação do programa, como vistas, a garantir, a execução do Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

1. **O sistema instrucional**, refere-se à organização do material pedagógico a ser utilizado no decorrer do Curso, tanto no tempo escola, como no tempo comunidade. Isto se dá com a produção de cadernos diretivos utilizados no decorrer das aulas chamados de unidades formativas. Esta etapa, refere-se à seleção de acervo bibliográfico e multimídia, elaboração de instrumentos avaliativos, utilizados com viés, diagnóstico e formativo, a serem, direcionados e utilizados durante as etapas do Curso. Ainda sobre as unidades formativas, as mesmas são organizadas, em quatro volumes, abordando assuntos, de natureza multidisciplinar, com o propósito de propor situações, de ensino e aprendizagem, a partir, de textos e contextos diversos, a serem discutidos, sempre no intuito, de problematizar a

realidade das comunidades do campo. Na abordagem referente, ao tempo comunidade, as unidades serão orientações, aos estudantes, acerca, de suas rotinas de trabalhos individuais e em grupo, atividades de estudo e auto-avaliação, assim como, atividades à distância. Os textos inclusos nos volumes, orientarão as atividades, roteiros de estudos e trabalhos práticos, especialmente, o Plano de Orientação Profissional – POP e o Plano/Relatório de Ação Comunitária – PLA, que ao final do curso, deverão ser apresentados, individualmente, pelos estudantes. Ainda fazem parte das unidades formativas, as leituras complementares e de reforço. Ao fim do processo formativo, perpassados, pelas quatro unidades formativas, os jovens passarão, por um exame nacional externo e por uma avaliação de desempenho, ao longo do curso, sistematizando o processo de certificação do Ensino Fundamental integrado ao Curso de Formação Inicial.

2. **O sistema operacional**, compreende, as ações que envolvem: o percurso inicial: seleção, matrícula e viabilização de bolsas auxílio, aos estudantes do Programa; percurso intermediário: distribuição de materiais e equipamentos didático-pedagógicos, apuração da frequência e do desempenho escolar dos estudantes, organização dos espaços para as aulas e trabalhos orientados, organização do tempo, escola e do tempo comunidade, planejamento das aulas e dos trabalhos orientados e o percurso final: envolve a avaliação e a certificação.

3. **O sistema de apoio pedagógico**, compreende, ações em torno da seleção dos estudantes e dos docentes, incluindo sua preparação e formação continuada, para entender e atuar no desenvolvimento do Programa. Os docentes deverão, preferencialmente, fazerem parte da rede pública, terem formação superior em uma das áreas do currículo previsto neste Programa: Linguagem Códigos e suas Tecnologias, Linguagem Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas. Os docentes, ainda, deverão ter disponibilidades para participar da formação, planejamento e execução das atividades previstas, preferencialmente, participarem de movimentos e ou associações comunitárias, pertencentes às localidades, em que acontecerá o desenvolvimento do Programa e terem experiências, em Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ainda como estratégia pedagógica, o ente executor, deverá selecionar 1 (um) educador/a da formação profissional, considerando os critérios: ter formação superior em Ciências Agrárias. Excepcionalmente, serão admitidos técnicos, da área de Ciências Agrárias ou educadores/as, com reconhecido saber em Agricultura Familiar. O educador, da área técnica, assim como os da formação

básica, deverão apresentar, disponibilidade para participar das atividades de formação continuada, dos planejamentos e execuções das atividades previstas, participar de movimentos e/ou associações comunitárias e ter experiências em projetos educacionais. Os docentes, deverão ter disponíveis, no mínimo, 30 (trinta) horas semanais, para as atividades pertencentes ao Programa, tendo como referência o Manual do Educador, a partir do qual, serão discutidos, conhecimentos teórico- práticos, assuntos integralizados, com a qualificação profissional e ação comunitária. Enfim, a formação continuada, deverá proporcionar, aos docentes, melhores condições para a realização dos trabalhos de orientação no qual envolverão estudos, referentes aos conteúdos a serem discutidos no decorrer dos encontros, metodologias e procedimentos adotados em suas mediações com os estudantes, de modo que, se cumpram as etapas do Programa.

4. **Sistema de comunicação e informação**, tem por funcionalidade, propagar as informações do Programa, mantendo o vínculo dos estudantes, entre si e dos estudantes, com todos os envolvidos, estimulando a participação, da comunidade nas ações e nas convivências sociais, viabilizando informações, sobre as programações a serem desenvolvidas, a vida acadêmica dos estudantes, a formação dos docentes, manifestações dos estudantes, docentes e gestores locais.

5. **O Sistema de monitoramento e avaliação – SMA**, possibilitará a avaliação da qualidade do curso. É integrado por instituições universitárias ou por centros especializados de pesquisa e desenvolvimento da área e atuam, no registro e processamento de dados, especialmente os referentes à frequência dos estudantes e às ações curriculares, promovendo informações balizadoras, sobre as reais condições do Programa.

O Programa entende, que os estudantes após o cumprimento de todo o itinerário, somado a uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), da carga horária total do curso, terão direito a certificação em **Ensino Fundamental com Qualificação Profissional Inicial em Produção Rural Familiar**, que poderá ficar sob a responsabilidade, dos Institutos Federais ou por outra instituição designada pelo sistema de ensino, conforme a regulamentação da instituição certificadora.

As turmas do Programa, são organizadas e constituídas de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 35 (trinta e cinco) estudantes, que estarão aptos, a participar das aulas, desde de que, pertençam a faixa etária de 18 (dezoito) a 29

(vinte e nove) anos, apresente domínio, de leitura e escrita e tenha noções matemáticas. Ambos os conhecimentos, serão aferidos, através da ficha de inscrição, preenchida pelo próprio candidato, que, obrigatoriamente, deve residir ou trabalhar, em regiões consideradas rurais, especialmente, as localizadas nos Territórios da Cidadania do Bico do Papagaio, e que, não tenha concluído, o Ensino Fundamental e não esteja matriculado em curso regular.

A proposta pedagógica do Programa é bem clara, quanto as especificações e exigências para contratações dos profissionais para trabalharem no Programa, assim como, uma preocupação com as escolhas dos profissionais, para trabalharem no Curso de Nível Fundamental e Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, principalmente em se tratando, das experiências docentes, com a Educação de Jovens e Adultos – EJA e com a participação em movimentos sociais e associações voltadas às comunidades camponesas. Há uma preocupação do Programa, para que, os profissionais envolvidos participem das formações pedagógicas.

2.5 Conhecendo a Escola Estadual Boa Sorte

A Escola Estadual Boa Sorte, foi uma das unidades de ensino que, a partir da adesão, do Estado do Tocantins ao projeto piloto do PROJOVEM, passaria a ofertar, no ano de 2009, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, a partir da oferta do Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

A Escola Estadual Boa Sorte, está localizada na zona rural do município de Araguatins/TO, no Núcleo Produção Agrícola III – Boa Sorte. Funciona regularmente desde 1998.

Atualmente, oferta o Ensino Fundamental do 3º ao 5º ano, multisseriado; do 6º ao 9º ano, regular; o Ensino Médio Básico; a Educação de Jovens e Adultos – EJA, 1º e 2º segmentos e, entre os anos de 2009 a 2011, ofertou o Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, destinados aos jovens

campesinos da comunidade do NPA III – Boa Sorte, como também aos jovens das comunidades rurais e assentamentos circunvizinhos.

O Curso foi ofertado, em turma única, composta inicialmente por vinte e cinco jovens, em que, todos os estudantes, eram pequenos agricultores, ou filhos de pequenos agricultores, todos oriundos da Agricultura Familiar, dos vinte e cinco ingressantes, apenas, onze concluíram o Curso. Abaixo podemos verificar a faixa principal da Escola em um dia de sua rotina escolar.



Ilustração 9 – Mosaico com fotos da Escola Estadual Boa Sorte

Legenda: Foto A) Identificação da Escola Estadual Boa Sorte, foto tirada dia 04/11/2014; Foto B) Parte frontal da escola, foto tirada dia 04/11/2014; Foto C) Parte de traz da escola, foto tirada dia 04/11/2014; Foto D) Saída dos estudantes da unidade escolar, foto tirada dia 04/11/2014;
Fonte: Arquivo pessoal 2014.

CAPÍTULO III

O JOVEM CAMPONÊS POVOANDO O CAMPO BRASILEIRO – REALIDADE OU UTOPIA? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA O CAMPO

Este capítulo, tem como proposta, analisar as influências e contribuições do ProJovem Campo – Saberes da Terra, na permanência dos jovens egressos em comunidades rurais.

A pesquisa, de cunho qualitativo, efetivada a partir da análise da realidade investigada, abordou o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, que pela primeira vez, estaria sendo ofertado e desenvolvido no NPA III – Boa Sorte, na Escola Estadual Boa Sorte. Como sujeitos da pesquisa, foram envolvidos oito, dos onze estudantes que concluíram o Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ofertado entre os anos 2009 a 2011 e a equipe pedagógica que efetivamente trabalhou no desenvolvimento do Programa, sendo, uma coordenadora pedagógica e quatro docentes, este último, equivalente a 100% dos docentes participantes do Programa.

Para tanto, foi analisada, a proposta pedagógica, os materiais pedagógicos e de registro, os documentos e legislações que envolveram o Programa, de modo que, todo o conjunto, contribuiu, de forma significativa, para a análise dos dados coletados.

Foram aplicados questionários, entre os meses de agosto a novembro de 2014⁵⁴, que abordaram uma realidade, acerca, das expectativas e das contribuições das políticas públicas educacionais para as comunidades camponesas, em especial para os jovens camponeses, sujeitos da pesquisa, o que correspondeu a 73% do universo de concluintes, de modo a verificar os resultados do Programa em pauta.

⁵⁴ Durante, todo o ano de 2014, passei em contato com a comunidade do NPA III - Boa Sorte, a partir do desenvolvimento das ações do projeto de extensão: A comunidade do campo e sua contribuição na sociedade – formação humana, política, econômica e social: fortalecendo a inserção da comunidade Boa Sorte na cadeia produtiva local, este, fez parte das ações extensionistas que o IFTO/ Campus Araguatins, ofertou para o município de Araguatins e suas comunidades rurais.

Dos docentes entrevistados, 75% são Licenciados em Pedagogia e possuem cursos de especialização e 25% possui formação de nível técnico, na área de Agropecuária, atendendo assim, às exigências do Projeto Político Pedagógico do ProJovem Campo – Saberes da Terra (2008), no que se refere, a formação docente exigida. Todos os docentes do Programa, pertenciam à rede pública estadual e tinham experiência em Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Além de sua formação, disponibilizaram-se em participar de formações pedagógicas e planejamentos inerentes ao Programa que, segundo os docentes envolvidos, ocorreram mais de uma vez, antes, do início do Curso e durante toda a sua oferta. Em relação a coordenadora pedagógica do Programa, desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, a mesma é Licenciada em Pedagogia, possui especialização e experiência docente em EJA e Educação do Campo e, assim como os docentes do Programa, participou das formações pedagógicas.

Conforme os apontamentos nos questionários, referentes à formação acadêmica, todos os docentes participantes, atenderam as especificidades do ProJovem Campo – Saberes da Terra, considerando que, a formação de Licenciatura em Pedagogia⁵⁵, enquadra-se na área de conhecimento de Ciências Humanas e o docente da área profissionalizante, possui formação técnica em Agropecuária.

Sobre as respostas dos estudantes: a primeira questão, foi referente aos conhecimentos acerca da Educação do Campo. Foi questionado aos egressos, se durante as aulas do Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, a temática Educação do Campo teria sido discutida, entre estudantes e docentes do Programa. Dos estudantes entrevistados, 88% responderam que discutiram no decorrer das aulas sobre Educação do Campo e 12% dos estudantes afirmaram, não lembrar se a temática Educação do Campo teria sido trabalhada, no decorrer das aulas. Diante das respostas apresentadas, podemos verificar, que houve divergências quanto ao posicionamento dos egressos, em relação a sua participação em momentos pedagógicos, que envolveram a temática, Educação do Campo e, com isso

⁵⁵ O Curso de Licenciatura em Pedagogia, destina-se a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em curso de Educação Profissional na área de serviço, apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Resolução CNE/CP nº 01/2006).

percebemos que, nem todos os concluintes afirmaram terem participado de discussões sobre a Educação do Campo. O fato de nem todos os estudantes terem afirmado, participar de discussões da referida temática, pode ser considerado como um ponto de atenção, a ser priorizado, para as próximas turmas do Programa, pois, é essencial que todos os estudantes do Programa, vivenciem as práticas pedagógicas da Educação do Campo, de modo que, as discussões, entre os estudantes, seus núcleos familiares e sua comunidade, sobre educação e trabalho, sejam cada vez mais fortalecidas, assim como seu vínculo de pertencimento, reconhecimento e valorização, sobre às localidades rurais. O gráfico abaixo, é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 1).

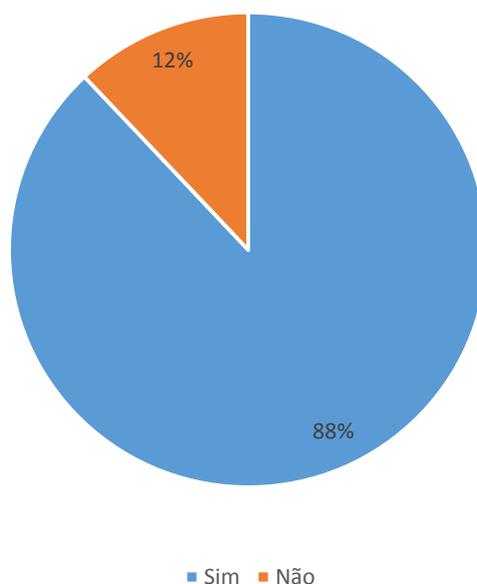


Ilustração 10 – Gráfico 1 – Conhecimento dos egressos em relação aos princípios da Educação do Campo

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

Ainda em relação à Educação do Campo, a segunda questão, foi referente ao papel que a Educação do Campo desempenha, nas comunidades rurais. Desse modo, foi questionado, aos jovens egressos, do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, se, a educação lhes era importante, assim como, foi questionado aos docentes e a coordenadora pedagógica do Programa, sobre o papel que a Educação do Campo desempenha nas comunidades rurais. Dos egressos

entrevistados, 100% afirmaram que a educação é importante para as suas vidas, segundo os depoimentos dos jovens, a partir da educação, somos capazes, de conhecermos o mundo e as relações econômicas, sociais e políticas que o cercam, podemos aprender a desenvolver um trabalho e dele obtermos o sustento familiar e o bem-estar. Segundo ainda os depoimentos dos egressos do Programa, a educação, está em todas as ações cotidianas e representa toda a estrutura de vida que temos.

Em relação aos docentes do Programa, 50% afirmaram em seus depoimentos, que a Educação do Campo promove uma relação de respeito entre os saberes científicos e os saberes tradicionais das comunidades rurais e 50% dos docentes afirmaram que a Educação do Campo, oportuniza as pessoas, que vivem nas localidades rurais, a terem um posicionamento crítico em relação aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos que circundam às comunidades camponesas, sendo capaz de relacionar, fatos do passado ao presente, criando condições de análise e de perspectivas futuras. O docente D4, fez o seguinte relato “[...] a educação promove cidadania ao homem do campo e lhe oportuniza melhoria de vida, afasta o analfabetismo, estimula o senso crítico, em relação à política e a sociedade em que vivemos [...]”, o docente D3, complementou “[...] a educação promove, respeito ao saber dos estudantes camponeses e valorização de sua cultura [...]”, o docente D1 afirmou “[...] a educação promove conhecimentos e técnicas de como trabalhar a terra e na terra, utilizando-a de forma consciente e, sem precisar sair de suas localidades [...]”. A coordenadora pedagógica do Programa afirmou, que a educação fortalece o vínculo do homem com o campo. Com isso, podemos inferir que, a educação nas comunidades camponesas, assim como, em qualquer lugar, oportuniza principalmente, a liberdade de pensar e de fazer, de valorizar uma cultura e de orgulhar-se dela, só a educação permite ao homem, consciência de si mesmo e do que o rodeia, ou seja, a educação contribui, para que, possamos reconhecer a sociedade e como as pessoas, vivem e pensam. Em torno da educação, podemos ter a opção para se começar uma transformação individual e entender a sociedade. O gráfico a seguir, é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 2).

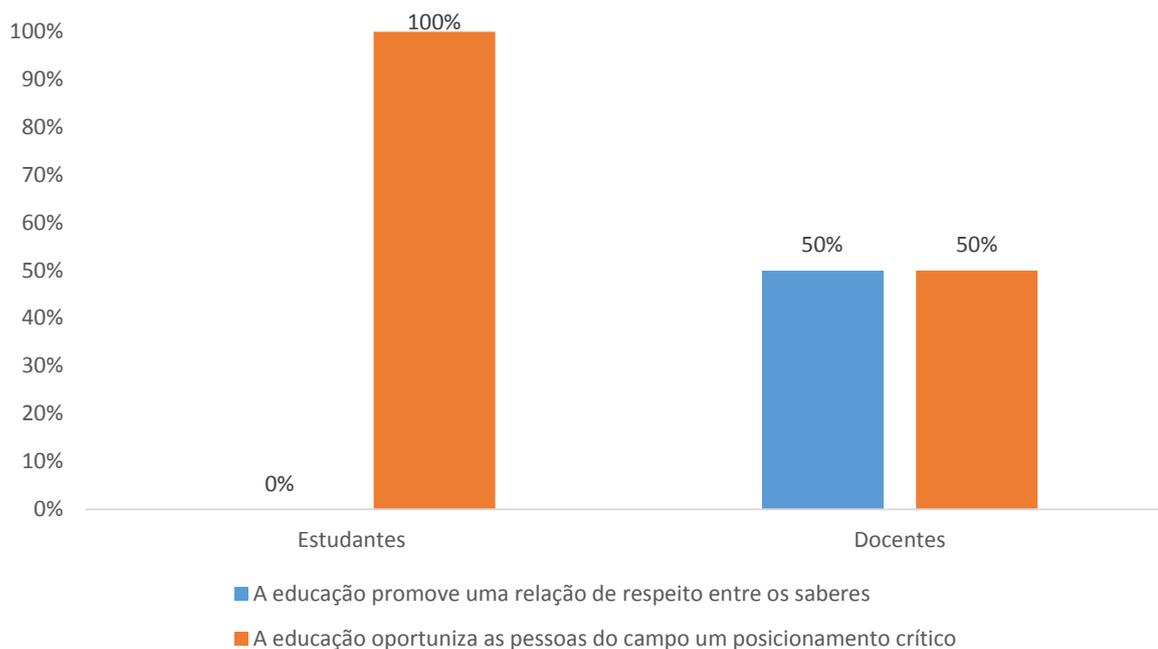


Ilustração 11 – Gráfico 2 – O papel da educação do campo nas comunidades rurais e sua importância para os egressos do curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A terceira questão, foi sobre as contribuições do ProJovem Campo – Saberes da Terra na vida dos estudantes concluintes do Curso em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Diante das alternativas apresentadas, 100% dos estudantes concluintes e 100% dos docentes entrevistados, afirmaram que o Programa proporcionou, aprendizagem e acesso à informação e ao conhecimento, de um modo geral para as suas vidas. Entre os docentes, 100% relataram que, a partir do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os estudantes do Curso, tiveram maiores condições para diversificar suas técnicas agropecuárias, realizando trabalhos de manejo, mais consciente e sustentável, com uma preocupação mais voltada à biodiversidade como um todo, com isso, o Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, proporcionou aos estudantes concluintes, uma ampliação dos conhecimentos, em relação a produção vegetal e criação animal, a importância de conservar e respeitar o meio ambiente e a importância de diversificar sua renda familiar, 25% apontaram, como contribuição, o estímulo para os estudantes prosseguirem na educação formal, 25% afirmaram, que o Programa oportunizou aos estudantes, ingressarem no mundo do trabalho, 25% relataram, que o Programa,

contribuiu para uma maior participação dos egressos em suas comunidades. A coordenadora pedagógica, em seu depoimento relatou, que a partir do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os estudantes passaram a valorizar mais sua família e suas respectivas localidades, passando a ver o campo, como um lugar de oportunidades, trabalho e também de prosperidade. Diante do exposto, podemos inferir que, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, foi citado, por todos os egressos e docentes, como um Programa, que contribuiu em suas vidas e, entre os docentes, houve unanimidade, em que todos apontaram o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como um Programa que contribuiu para diversificar as técnicas agropecuárias dos jovens participantes e também possibilitou, a esses estudantes concluintes, condições para melhorar sua renda familiar, utilizando-se de práticas mais conscientes e sustentáveis. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 03).

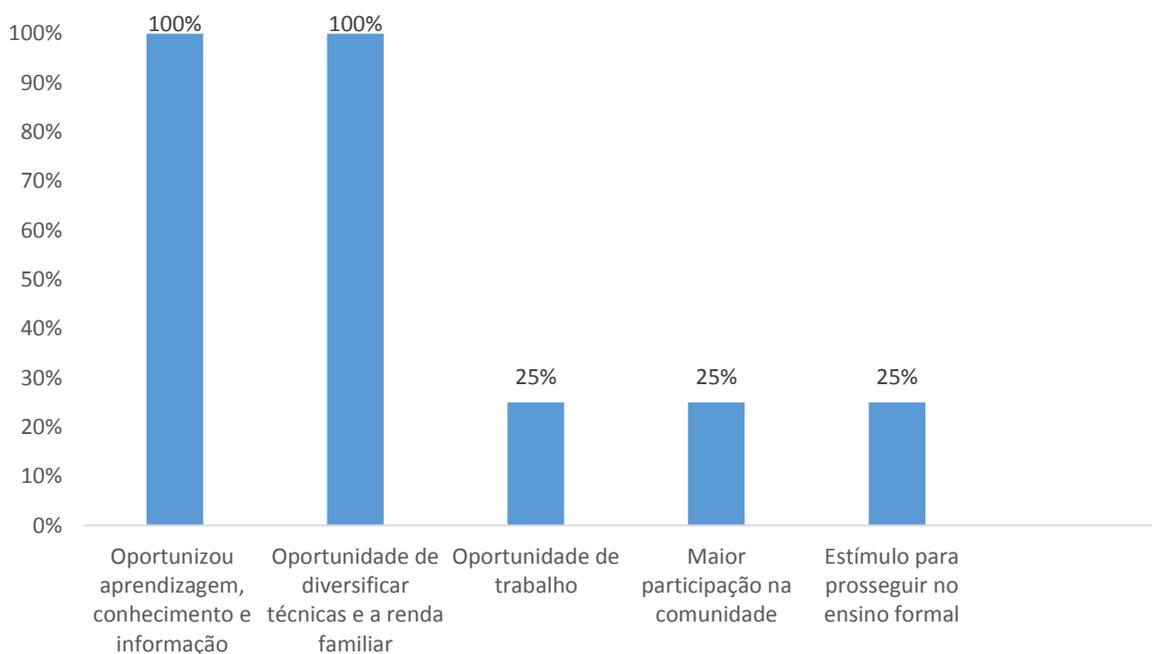


Ilustração 12 – Gráfico 03 – Contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra aos seus concluintes

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A quarta questão, refere-se ao estímulo que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, ofertava aos seus participantes. Foi questionado, se no decorrer das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os estudantes eram estimulados, a viver e a conviver em comunidades rurais, discutir sobre a realidade dos povos do campo, suas perspectivas futuras, seus valores e cultura, com propósito de resgatar sua historicidade e sua importância para a sociedade. 100% dos egressos confirmaram que, durante o Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, eram estimulados a permanecerem em comunidades rurais, a partir, de conhecimentos de como trabalhar na terra, de produzir alimentos e na criação de animais, com isso, segundo relatos, o Programa disponibilizou, aos jovens, participantes do Programa, discussões e conhecimentos em torno da realidade camponesa, suas lutas e conquistas, de modo que, o Programa estimulou, os jovens participantes, com várias discussões acerca da realidade das populações camponesas e seu papel na sociedade. Os estudantes concluintes, afirmam ainda que, no decorrer das aulas, houve uma preocupação por parte dos docentes, em relação as suas permanências no Curso e, em suas comunidades rurais, de modo que, os docentes e a proposta pedagógica do Programa, estimularam os estudantes concluintes, tanto à permanecerem no campo, quanto à discutirem temáticas, sobre a realidade e as perspectivas dos jovens camponeses e, com isso, podemos afirmar, que as intenções do ProJovem Campo – Saberes da Terra é estimular os jovens camponeses para uma atuação proativa dentro das comunidades camponesas, resgatando discussões que venham contribuir em suas comunidades de origem. O gráfico a seguir, ilustra a realidade analisada (Gráfico 04).

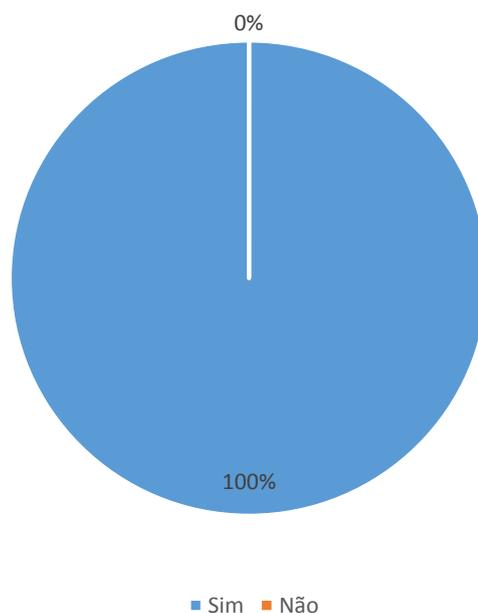


Ilustração 13 – Gráfico 04 – O ProJovem Campo – Saberes da Terra e o estímulo ofertado aos jovens camponeses

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A quinta questão, procurou identificar, se no decorrer do Programa, os egressos teriam sido estimulados a gostarem mais do campo, ao que 88% dos egressos afirmaram, que o Programa contribuiu e incentivou para que gostassem mais do campo. Segundo seus depoimentos, a partir do Curso ofertado, suas práticas em relação à criação de animais, ao cultivo da terra e em relação aos plantios passaram a serem mais diversificadas e conscientes. Ainda sobre o relato dos egressos, o Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, criou expectativas para que os jovens procurassem melhores condições de vida. A exceção foi de 12% ao afirmarem que o Programa, não contribuiu, para que gostassem mais do campo. Diante das respostas dos egressos podemos perceber que, tanto existiram egressos que afirmaram que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, proporcionou-lhe, um novo olhar em relação a vida no campo, criando expectativas de sucesso, bem-estar e satisfação em residir em comunidades rurais, como existiu um percentual de egressos, que afirmaram, que o Programa, não havia contribuído para que gostassem mais do campo, contudo, podemos inferir, que mesmo sem unanimidade nas respostas, houveram um quantitativo considerável de jovens que demonstraram

apreço pela vida campesina e anseios de permanecerem em comunidades rurais. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 5).

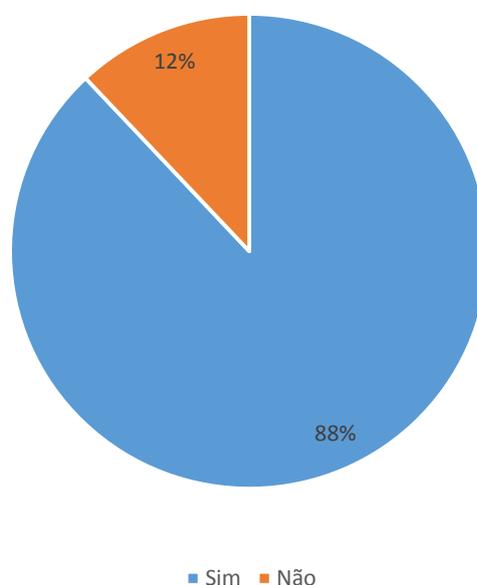


Ilustração 14 – Gráfico 05 – Incentivo do ProJovem Campo – Saberes da Terra para que os egressos gostassem mais do campo

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A questão seguinte, analisa a contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra, para a permanência dos estudantes concluintes em comunidades rurais. Foi questionado, aos egressos e aos docentes do Programa, se o ProJovem Campo – Saberes da Terra, teria contribuído para a permanência dos estudantes concluintes em comunidades rurais, diante do público questionado, ao que 63% dos egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, afirmaram, que permanecem em comunidades rurais e 37% dos estudantes egressos, afirmaram, que atualmente residem em comunidades urbanas. Quando perguntado sobre os motivos, pelos quais, deixaram suas comunidades rurais e migraram para as localidades urbanas, os estudantes E1, E2 e E3, relataram, que saíram do campo por questões familiares, prosseguindo com o relato, o estudante E3, afirma que, mesmo residindo, na área urbana do município de Araguatins/TO, contribui com o sustento de sua família trabalhando com agricultura no NPA III – Boa Sorte, local em que seus pais e irmãos

residem. Ainda sobre os depoimentos dos egressos, 63% dos entrevistados, afirmaram, que a oferta do Ensino Fundamental e a qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, contribuiu, para as suas permanências em comunidades rurais. Com isso, verificamos, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, através de sua qualificação social e profissional, proporcionou condições, para que os jovens permanecessem no meio rural.

Segundo os docentes entrevistados, 100% reconhecem o ProJovem Campo – Saberes da Terra, como uma política educacional, que promove discussões acerca da importância das comunidades camponesas e do trabalho do homem no campo e, ao mesmo tempo, contribui, para o desenvolvimento e para a permanência dos jovens em comunidades rurais. O gráfico abaixo é ilustrativo sobre a realidade analisada (Gráfico 06).

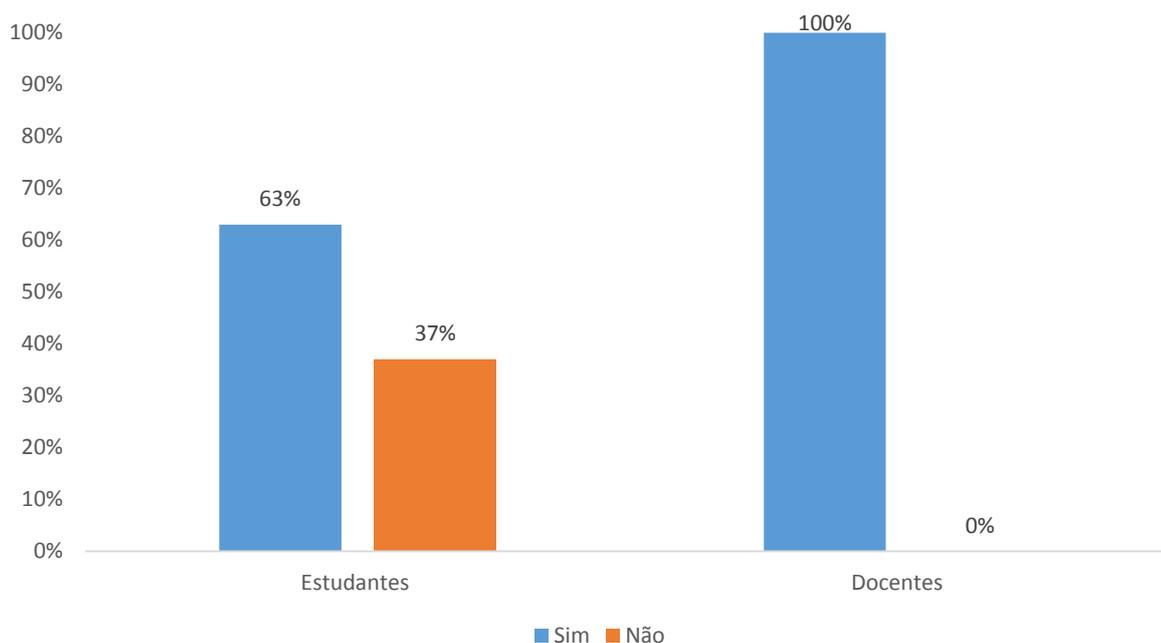


Ilustração 15 – Gráfico 06 – Contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra na permanência dos egressos em comunidades rurais

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

Seguindo a análise dos jovens camponeses, a sétima questão, foi referente ao trabalho e à geração de renda. Para tanto, foi perguntado aos egressos do Programa, ao que 100% dos egressos, afirmaram que desempenham alguma

atividade remunerada. Desses, 75% afirmaram desenvolver, nas localidades rurais, atividades ligadas à agricultura ou à pecuária, ou que trabalham, com o sistema de integração lavoura-pecuária⁵⁶. Segundo os depoimentos dos estudantes concluintes, as aprendizagens adquiridas, em relação ao conhecimento e as práticas, no decorrer do Programa, contribuíram para diversificar os trabalhos que desempenham e, com isso, passaram a ter mais consciência, em relação às técnicas agropecuárias sustentáveis e menos agressivas ao homem e ao meio ambiente. Em seus depoimentos, os egressos confirmaram, que as técnicas agropecuárias discutidas e apreendidas no decorrer do Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, contribuíram, em seus trabalhos e em sua geração de renda. É importante ressaltar, que a Educação do Campo e as escolas do campo, valorizam as experiências e os estudos com o enfoque no trabalho, com isso, suas expectativas em relação às populações camponesas é de libertação, investigação e articulação com o mundo do trabalho e com a sociedade, colocando-as, em torno de um processo de transformação social, contudo, podemos afirmar, que o Programa, logrou êxito, ao ofertar o Curso de qualificação social e profissional aos jovens camponeses na área de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, possibilitando, a esses jovens, principalmente, uma profissionalização, criando expectativas, para que pudessem, agir produtivamente, na sociedade, pois, conforme consta demonstrado no gráfico abaixo, há entre os egressos do Programa, um quantitativo bastante significativo dos jovens, que se utilizam das práticas e dos conhecimentos que foram ofertados no decorrer do Curso, para diversificar as práticas em seu trabalho, de modo a contribuir para a sua geração de renda. No entanto, contrariamente, 25% dos egressos, relataram que trabalham em localidades urbanas, desenvolvendo trabalhos diferenciados, das técnicas discutidas e apreendidas no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 7).

⁵⁶ O Sistema de Integração Lavoura-Pecuária – SILP é a diversificação, rotação, consorciação ou sucessão das atividades agrícolas e pecuárias, dentro da propriedade rural, de forma planejada, possibilitando grandes vantagens, como, a exploração do solo, com a oferta de grãos, carne, leite entre outros, com preços mais baixos devido ao sinergismo que se cria, entre, a lavoura e a pastagem.

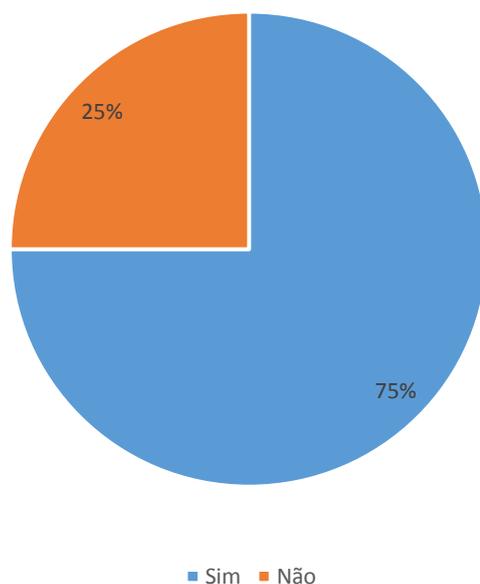


Ilustração 16 – Gráfico 07 – A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra para o trabalho e a geração de renda dos egressos

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A oitava questão, foi referente ao impacto que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, teria proporcionado, na vida dos participantes concluintes do Programa e de seus respectivos núcleos familiares. Desse modo, questionou-se aos egressos, se o ProJovem Campo – Saberes da Terra, foi importante e se contribuiu para sua melhoria de vida e de sua família, ao que 100% dos egressos entrevistados, afirmaram em seus depoimentos, que o Programa foi significativo em suas vidas e, que teria contribuído com a oferta do Ensino Fundamental integrado ao Curso profissionalizante em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Segundo o depoimento dos egressos, a partir do Curso, lhes foram disponibilizados, no decorrer do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, conhecimentos técnicos relacionados à agropecuária, envolvendo aprendizagens de cultivo, criação e processamento de alimentos, oportunidades de diversificar o seu trabalho no campo, ampliando sua visão de produção, de modo a melhorar, sua renda e de sua família. Além disso, foi citado em seus depoimentos, que tiveram discussões, em torno dos problemas sociais que afligem as populações do campo, especificamente, os pequenos produtores rurais circunvizinhos ao NPA III – Boa Sorte, discutindo ainda, sobre o papel e o reflexo que esses produtores desempenham na sociedade

brasileira. Verificamos, portanto, que o Programa teve uma aceitabilidade unânime, perante os participantes do Curso, de modo que, seus objetivos e sua proposta pedagógica, de formação social e profissional, foram vistos positivamente pelos egressos participantes desta pesquisa, com isso, podemos afirmar, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, contribuiu, para uma formação humana, intelectual, social, política e profissional dos jovens que participaram do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 08).

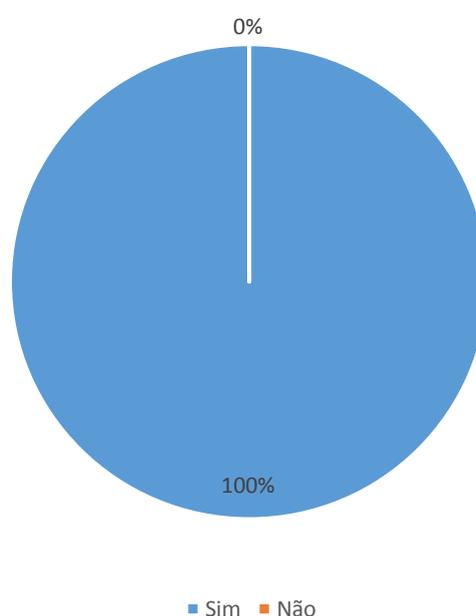


Ilustração 17 – Gráfico 08 – A importância do ProJovem Campo – Saberes da Terra na melhoria de vida dos egressos e de sua família.

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A nona questão, foi referente a aceitabilidade que o Programa obteve entre os egressos. Nesse sentido, questionou-se, entre os egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra, se o Programa teria sido relevante para suas vidas e se deveria continuar a ser ofertado nas comunidades rurais, ao que 100% dos egressos responderam que sim e, acreditavam no Programa, como uma possibilidade de prosperidade para os jovens camponeses. Acrescentaram ainda, que no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, lhes foram proporcionados, várias técnicas e práticas de cultivo e criação, na área da agropecuária, de modo que, as

aprendizagens proporcionadas, diversificaram o trabalho no campo, o que nos leva a inferir que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, é visto pelos egressos entrevistados, como uma política educacional, que propõe aos jovens camponeses, novas possibilidades e diversificação em relação às práticas de agricultura e criação de animais, contribuindo para despertar, novos conhecimentos e possibilidades de pensamento e entendimento em relação ao mundo, as pessoas e suas relações socioeconômicas. Essas questões, representam contribuições significativas, a todos os estudantes concluintes que foram ouvidos no decorrer da pesquisa, evidenciando, que o Programa foi desenvolvido de forma eficiente por sua equipe, cumprindo as etapas pedagógicas de formação intelectual, social e qualificação profissional e eficaz, quando contribuiu efetivamente, melhorando e diversificando as práticas profissionais dos estudantes, voltadas ao trabalho no campo e à qualidade de vida dos jovens camponeses. O gráfico abaixo, é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 09).

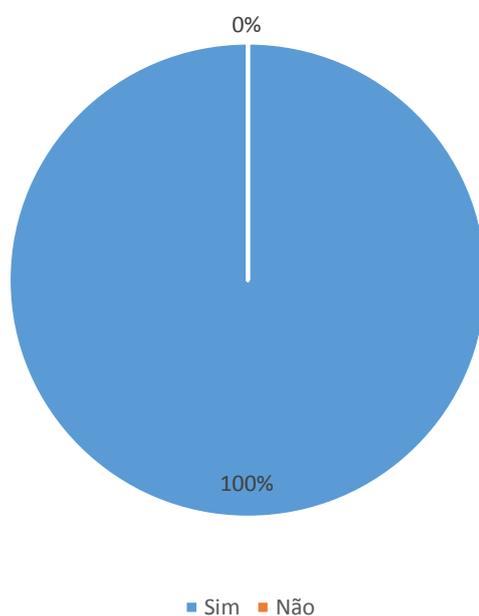


Ilustração 18 – Gráfico 09 – O ProJovem Campo – Saberes da Terra deve continuar a ser ofertado nas comunidades rurais

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima questão, foi referente a visão que os egressos e os docentes do Programa têm em relação a vida no campo. Nesse sentido, foi indagado aos

egressos e aos docentes, como eles veem às localidades rurais, em relação, à qualidade de vida, considerando, moradia, trabalho, educação, saúde e lazer. Em relação aos egressos, 100% relataram, que as localidades rurais, podem ofertar qualidade de vida e, que as comunidades campesinas promovem, atrativos, para que as pessoas queiram residir em áreas rurais. Em relação aos docentes, 100% confirmaram, que as comunidades campesinas, também dispõem, de condições para proporcionar boa qualidade de vida às suas populações, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir: D1 “[...] além de ter uma vida mais tranquila, podem produzir sua subsistência e comercializar sem precisar sair do campo para ter uma renda [...]”. Com isso, podemos inferir, que a comunidade escolar do ProJovem Campo – Saberes da Terra da Escola Estadual Boa Sorte, acredita, que o campo pode disponibilizar, qualidade de vida aos seus moradores e reúne condições, para se viver de maneira satisfatória, ainda que se note apoio insuficiente do governo, em relação, à oferta e permanência, assim como, qualidade dos serviços básicos prestados à comunidade do NPA III – Boa Sorte e demais comunidades circunvizinhas. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 10).

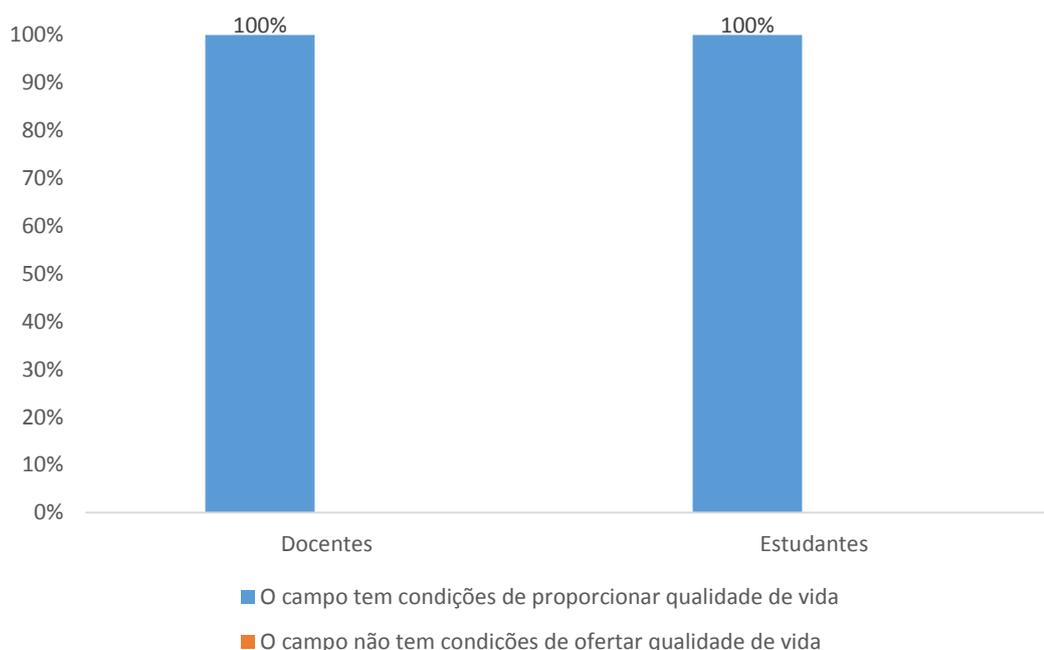


Ilustração 19 – Gráfico 10 – As localidades rurais proporcionam qualidade de vida

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

Dando sequência a discussão acima, com os estudantes concluintes, a décima primeira questão, procurou identificar, se os egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra da Escola Estadual Boa Sorte, residem no campo por opção. Considerando a resposta acima, em que 100% dos egressos entrevistados afirmaram que as localidades rurais proporcionam qualidade de vida, foi questionado, se morar no campo é uma questão de opção, ou seja, foi questionado aos jovens se estão satisfeitos em morarem no campo. Dos egressos entrevistados, 50% afirmaram, que moram, por que gostam do campo e se sentem bem com o modo de vida campestre e, mostram-se satisfeitos com o local que residem. No entanto, há posições contrárias, visto que 13% responderam que, atualmente, residem no campo, mas, se pudessem morariam em localidades urbanas, assim como 37% dos estudantes egressos, atualmente fixam moradia em localidades urbanas. Um dos entrevistados afirmou “[...] por mais que more na cidade, meu trabalho e minha renda familiar é adquirida com o plantio de melancia no NPA III – Boa Sorte”. Diante do exposto, foi apontado situações no universo de egressos entrevistados: egressos que apontaram estarem satisfeitos em residir no campo, ou seja, que moram em localidades rurais por acreditarem que no campo terão uma melhor qualidade de vida; egresso que afirmou morar no campo, porque, não conseguiu trabalho na cidade e, atualmente trabalha com plantio de milho, arroz e feijão, mas se pudesse escolher, não estaria morando no campo, ou seja, nem todos os egressos que residem no campo estão satisfeitos e realizados com a vida campestre. Na sequência, a pesquisa apontou egressos do Programa, que migraram para localidades urbanas após a finalização do Programa e, ainda, o egresso que reside na cidade e trabalha no campo, contribuindo com o sustento familiar, com o plantio de frutas tropicais e grãos. Contudo, podemos verificar, que existe, variedades de situações em torno de morar ou não em comunidades campestres e ainda analisar, o grau de satisfação, entre os jovens campestres, egressos do Programa. Pelas respostas, podemos perceber que metade dos egressos do Programa, concentram-se na variante, que residem no campo por opção e, sentem-se satisfeitos com a localidade onde residem, fazendo das práticas e ensinamentos técnicos apreendidos no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, úteis em seu cotidiano. A outra metade de jovens egressos, concentram-se nos que não residem no campo, mesmo com uma qualificação social e profissional através do ProJovem Campo – Saberes da Terra, ou que, residem no

campo, por falta de opção. Portanto, podemos inferir, que o Programa necessita de um melhor acompanhamento, em relação as suas estratégias pedagógicas, no que se refere, a permanência dos jovens camponeses em comunidade rurais, ou seja, o Programa, deve buscar e envolver em suas metodologias e vivências, situações que mostre que o homem do campo, também pode prosperar, a partir da vida no campo, trabalhando com cultivo de alimentos e criação de animais, de modo a conquistar os jovens para viverem e conviverem nas comunidades rurais desenvolvendo, no decorrer de suas rotinas, trabalhos produtivos voltados para a vida camponesa. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 11).

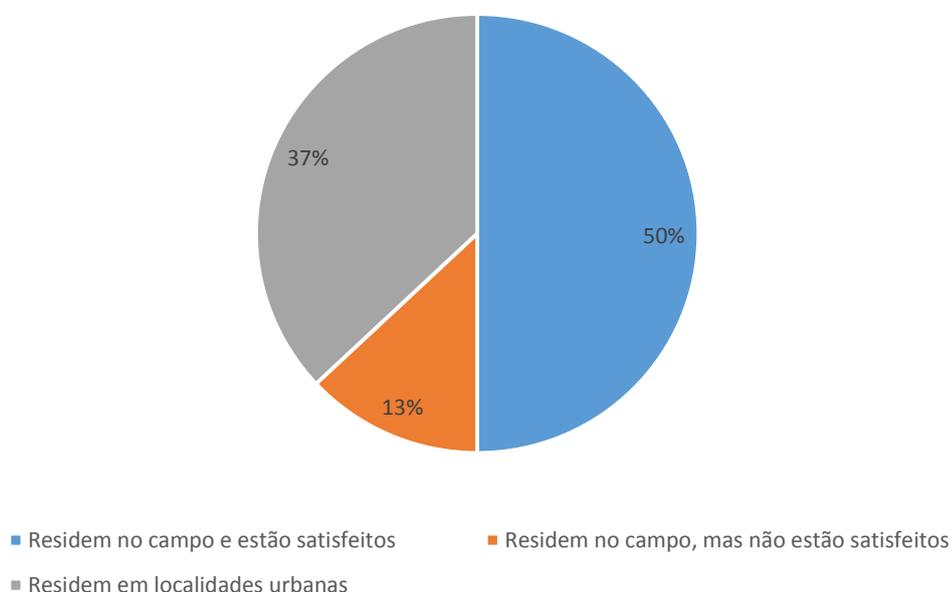


Ilustração 20 – Gráfico 11 – Os egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra estão satisfeitos em residirem nas localidades rurais

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima segunda questão, apresentada tanto para os estudantes como para os docentes, foi referente à rotina das aulas e a utilização dos materiais didáticos-pedagógicos do Curso de Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra. Foi questionado, se durante as aulas, foram utilizados os materiais didáticos-pedagógicos, confeccionados exclusivamente, para serem utilizados, no decorrer do Programa. Diante dos estudantes entrevistados, 100%

atestaram, em seus depoimentos, que os materiais pedagógicos disponibilizados pelo Programa, foram essenciais, no decorrer das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra, ajudando-os na compreensão dos conhecimentos e informações debatidas com os docentes, representando um material contextualizado com a realidade das comunidades camponesas e, contribuiu, com as discussões e práticas realizadas no decorrer das aulas. Cabe ressaltar, que os materiais didáticos disponibilizados, eram diversificados, com roteiros ricos e foram utilizados no decorrer das aulas. Dos docentes entrevistados, 100% também responderam, que utilizavam o Caderno Pedagógico Educadores e Educadoras e o Caderno Pedagógico Educandos e Educandas, referentes aos eixos temáticos do Programa: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial; Sistemas de Produção e Processo de Trabalho no Campo; Economia Solidária; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Acrescentamos ainda, que os materiais didáticos-pedagógicos do Programa eram utilizados com frequência e, com isso verificamos, que os docentes, valorizavam os materiais didáticos do Programa e o utilizavam cotidianamente em suas aulas. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 12).

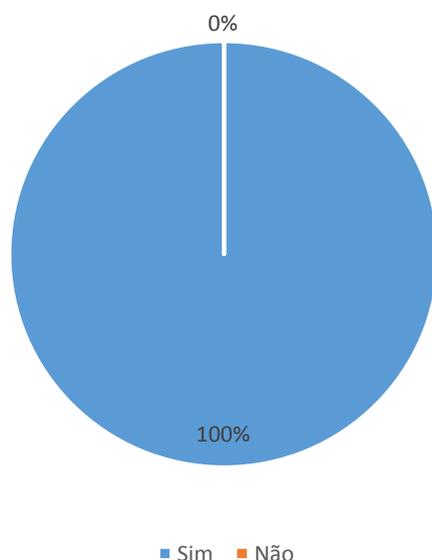


Ilustração 21 – Gráfico 12 – Utilização dos materiais didáticos-pedagógicos pelos estudantes e pelos docentes durante as aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima terceira questão, também realizada com os egressos, docentes e a coordenadora pedagógica do Programa, foi referente ao que era discutido durante o Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Foi questionado aos egressos, se no decorrer das aulas, ofertadas pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, eram discutidos conhecimentos, experiências, representações e saberes próprios da realidade campesina. Dos estudantes concluintes que participaram da pesquisa, 100% afirmaram que durante às aulas, haviam discussões sobre seus aprendizados, suas comunidades, suas dificuldades, seus anseios e suas perspectivas futuras, assim como, 100% dos docentes relataram, que as aulas sempre eram planejadas e discutidas, em torno da realidade do campo e, acreditavam que, as mesmas contribuíram para o despertar de uma consciência intelectual, social e política dos jovens campesinos, conforme podemos verificar no depoimento do docente D4 “[...] os estudantes do Curso aprenderam bastante e utilizaram os conhecimentos tradicionais junto à tecnologia ofertada pelo Programa [...]”. Com isso, verificamos, que as práticas pedagógicas dos docentes do Programa eram reconhecidas pelos estudantes concluintes, como práticas educativas que valorizavam as comunidades rurais e discutiam conceitos, representações e saberes próprios das populações campesinas. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 13).

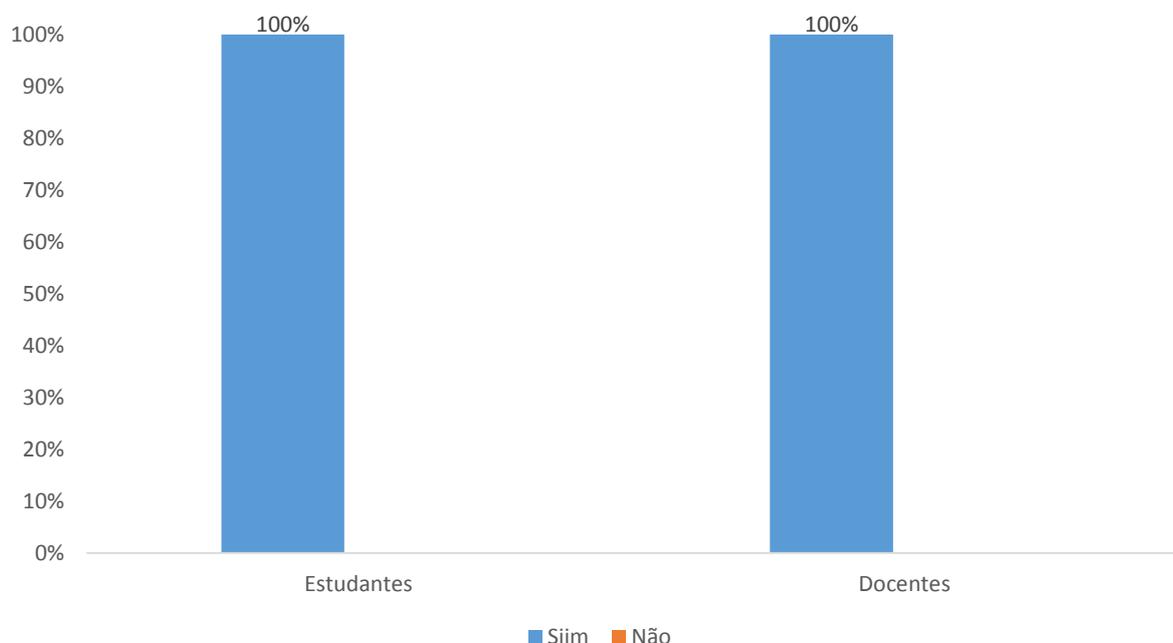


Ilustração 22 – Gráfico 13 – O curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade discutia os saberes e a realidade das localidades rurais e de sua comunidade

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima quarta questão, foi referente aos saberes discutidos no decorrer do Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra. Foi questionado aos egressos do Programa sobre as temáticas discutidas ao longo do ProJovem Campo Saberes da Terra. Entre as alternativas mais apontadas, 75% dos egressos afirmaram, que foram discutidos o conceito da agricultura familiar e o seu papel na economia brasileira, 63% dos egressos afirmaram, que discutiram sobre as práticas sustentáveis e manejos conscientes, importantes para a sobrevivência e manutenção do meio ambiente, 88% dos egressos afirmaram, que discutiram sobre economia solidária e os benefícios do trabalho desenvolvido em coletividade, 100% dos egressos afirmaram, ter trabalhado e discutido sobre a criação e produção de animais, como também, 100% dos egressos afirmaram, que trabalharam e discutiram sobre produção de hortaliças, 88% afirmaram, terem trabalhado e discutido sobre a prática da fruticultura, assim como, 88% afirmaram terem discutidos no decorrer das aulas sobre renda familiar, como aumentá-la e diversificá-la, 100% dos egressos afirmaram, que no decorrer do Curso, foi discutida a temática, trabalho e sua concepção produtiva diante do homem rural contemporâneo, 88% afirmaram, terem discutido sobre o modo, que as terras brasileiras foram distribuídas, desde o período colonial até os dias atuais, discutindo temas como, a divisão social da terra e o uso produtivo da terra e, 63% dos egressos relataram, que discutiram sobre o trabalho que era desenvolvido no local em que residiam, com suas respectivas famílias e a realidade da prática rural familiar. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que, segundo MOLINA e SÁ (2012)

[...] o papel fundamental da escola do campo é contribuir para formação do intelectual orgânico coletivo, que dependerá da forma pela qual esta escola estiver conectada ao mundo do trabalho e às organizações políticas e culturais dos trabalhadores do campo [...].

Diante das respostas dos egressos em relação às temáticas discutidas durante às aulas ofertadas pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, podemos afirmar, que as discussões contemplaram as realidades que eram vivenciadas pelos jovens participantes do Programa, suas dificuldades, seus anseios, suas perspectivas futuras e, com isso, verificamos, que a proposta pedagógica do Programa proporcionou uma formação respeitando as particularidades inerentes à vida campesina e principalmente valorizou as jovens e os jovens camponeses, assim

como, sua cultura, seus saberes e seu trabalho, proporcionando condições de agir de maneira consciente em relação ao mundo e as pessoas, assim como, em relação ao trabalho que desempenham na sociedade. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 14).

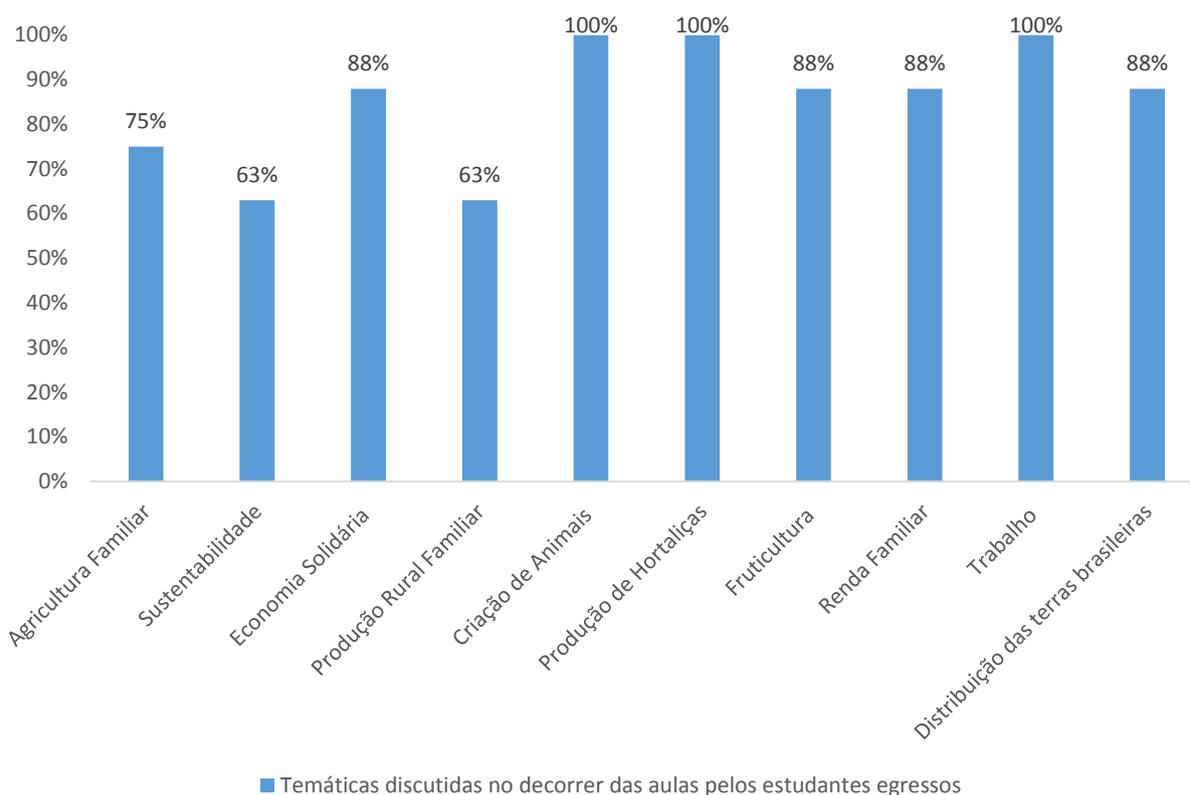


Ilustração 23 – Gráfico 14 – Temáticas discutidas durante as aulas do curso Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima quinta questão, foi referente à oportunidade dos egressos para alcançar o sucesso. Foi questionado, aos egressos do Programa, se os mesmos tiveram oportunidades para alcançar o sucesso, considerando seu bem-estar e sua realização pessoal e profissional. Dos egressos entrevistados, 100% responderam que consideram-se pessoas, oportunizadas a terem sucesso. Em seguida, os egressos foram questionados, se o ProJovem Campo – Saberes da Terra poderia ser considerado, uma contribuição para o seu sucesso, ao que 100% dos egressos responderam que sim e, relacionaram o seu sucesso com a oportunidade de ter

participado do ProJovem Campo – Saberes da Terra. Com isso podemos concluir, que os estudantes atribuem o seu sucesso às suas conquistas, sejam elas, individuais ou coletivas. O ProJovem Campo – Saberes da Terra foi um Programa que proporcionou, várias conquistas aos jovens ingressantes que concluíram, possibilitando-lhes, o direito à educação formal e aos conhecimentos científicos, a consciência e a importância dos saberes e da cultura local para o desenvolvimento de suas respectivas localidades e a importância do trabalho para a sua vida e seu bem-estar. Percebemos, que os envolvidos no Programa tiveram a oportunidade de discutir sobre sua realidade e a realidade de sua comunidade, de modo que, o Programa, ao longo de seu desenvolvimento representou uma influência positiva na vida de seus concluintes e contribuiu, significativamente, em suas vidas e nas vidas de seus familiares. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 15).

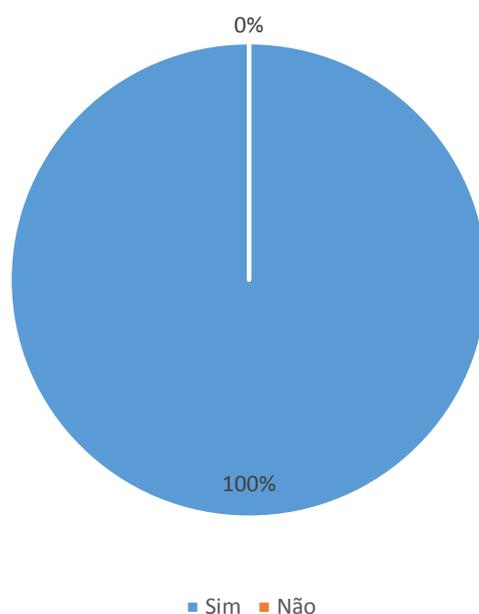


Ilustração 24 – Gráfico 15 – A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra no sucesso dos egressos

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima sexta questão, foi referente ao êxodo rural⁵⁷, um fenômeno bastante presente nas comunidades rurais. Foi questionado aos egressos do ProJovem

⁵⁷ O êxodo rural é uma modalidade de migração caracterizada pelo deslocamento da população das comunidades rurais em direção às cidades, pode ser apontado como consequência das relações

Campo – Saberes da Terra, assim como, para os docentes e a coordenadora pedagógica, se o ProJovem Campo – Saberes da Terra, contribuiu para diminuir o êxodo rural entre os participantes do Curso. Dos egressos entrevistados, 100% afirmaram, em seus depoimentos, que a partir do Programa passaram a visualizar o campo como um local de possibilidade, para o trabalho e de realização pessoal e profissional, assim como, 100% dos docentes e a coordenadora pedagógica acreditam que as práticas discutidas e apreendidas no decorrer do Curso, na área da agropecuária, teriam contribuído, para que, os estudantes do ProJovem Campo – Saberes da Terra continuassem nas comunidades rurais, desenvolvendo os conhecimentos relacionados, ao plantio, criação de animais e ao processamento de produtos agropecuários. Desse modo, segundo depoimentos dos docentes, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, proporcionou condições para que, principalmente os jovens, tivessem mais apreço pelas suas comunidades de origem, contribuindo para a diminuição do êxodo rural, pois, segundo os depoimentos dos docentes, os egressos, passaram a ter maior interesse em trabalhar com plantio e criação de animais em suas comunidades. Desse modo, podemos verificar, que a partir da oferta de escolarização e qualificação social e profissional do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os jovens camponeses puderam profissionalizar-se e conseqüentemente aumentaram suas possibilidades, diversificando suas alternativas para ingressar no mundo produtivo do trabalho em suas próprias localidades. Com isso, quanto mais pessoas estiverem trabalhando e conquistando melhorias com trabalho nas comunidades rurais, mais pessoas permanecerão no campo, tornando-o um lugar de prosperidade e com mais perspectivas de vida. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 16).

capitalistas modernas na produção agropecuária, em que, o modelo econômico privilegia os latifundiários e a prática do agronegócio e naturalmente impede, o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais. (Disponível: www.brasilecola.com/geografia/exodo-rural.htm . Acesso em: 05 de janeiro de 2015).

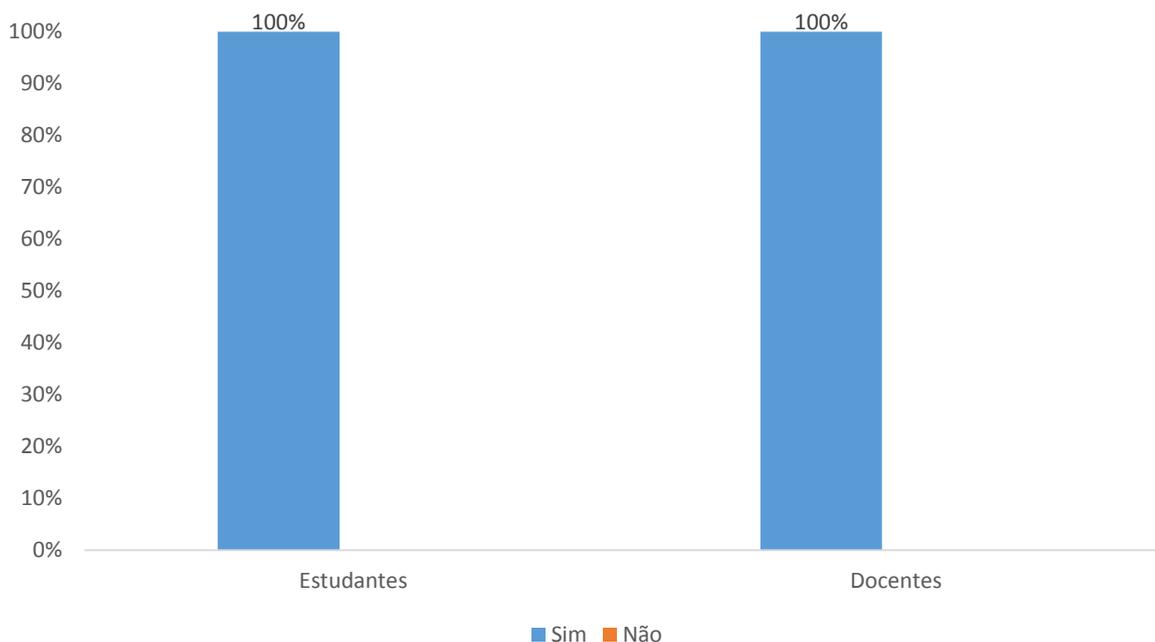


Ilustração 25 – Gráfico 16 – A contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra para amenizar o êxodo rural e as más condições de vida dos camponeses

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

Sobre as repostas dos docentes e da coordenadora pedagógica: a primeira questão, foi referente ao perfil da equipe pedagógica. Foi questionado aos docentes e a coordenadora pedagógica sobre a formação da equipe pedagógica que trabalhou no ProJovem Campo – Saberes da Terra, na Escola Estadual Boa Sorte, de modo que, fosse apontada, a formação acadêmica da equipe e, se a mesma atendia aos requisitos exigidos para fazer parte do Programa. Diante do exposto, verificamos que os docentes que ministraram os componentes curriculares da base comum, possuem formação superior em Licenciatura em Pedagogia, assim como, a coordenadora pedagógica. Em relação a formação profissionalizante ofertada pelo Programa, a mesma foi ministrada pelo docente com formação técnica na área de Agropecuária. Todos os docentes participaram de uma formação a nível de especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo, ofertada pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, com a intenção de fortalecer os conhecimentos na área da Educação do Campo e priorizar uma educação voltada para a conscientização, para a libertação e para o trabalho. Seguindo com os depoimentos dos docentes, os mesmos afirmam, que no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade tiveram vários momentos de planejamento

das ações pedagógicas a serem desenvolvidas, priorizando a realidade das escolas em regime de alternância, ou seja, a rotina pedagógica do Curso incluía o tempo escola e o tempo comunidade, conforme consta em seu Plano de Ação (2010). Desse modo, inferimos que houve uma preocupação, da equipe gestora do Programa para a formação da equipe pedagógica do ProJovem Campo – Saberes da Terra, desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte e, com isso, promoveu-se uma relação de confiança e credibilidade entre o Programa, os jovens ingressantes e suas comunidades rurais, o que possibilitou verificarmos que, a formação pedagógica, as formações continuadas em torno dos planejamentos e da proposta pedagógica do Programa e, as experiências docentes, influenciaram positivamente na relação de ensino e aprendizagem e, segundo apontamento dos docentes entrevistados, contribuiu diretamente na formação intelectual, social e política dos estudantes do Programa, assim como, em sua qualificação profissional, promovendo bem-estar entre os jovens camponeses, pois, segundo depoimentos dos docentes e da coordenadora pedagógica, o ProJovem Campo – Saberes da Terra teve preocupação, tanto com a escolha da equipe pedagógica para trabalhar com os jovens camponeses, como preocupou-se com as formações continuadas que ocorreram no decorrer do desenvolvimento do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 17).

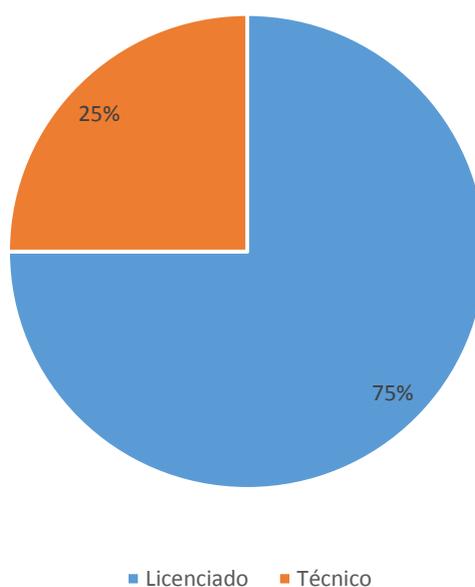


Ilustração 26 – Gráfico 17 – Formação pedagógica dos docentes do Programa

Org.: FERNANDES, L.P. 2014.

A segunda questão, foi referente à organização da estrutura curricular do Programa, segundo os depoimentos dos docentes e da coordenadora, a dinâmica pedagógica seguida era baseada nas experiências das escolas em regime de alternância, com tempos alternados de aprendizagem, vivenciados, parte na estrutura escolar e parte junto ao cotidiano familiar dos estudantes, inclusive, vinculados a sua rotina de trabalho, seja com o cultivo de alimentos, com a criação de animais ou com o processamento dos alimentos. O tempo formativo e informativo do Programa eram organizados em áreas de conhecimento, em que, cada docente era responsável por sua respectiva área, sendo, um docente para a área de Ciências Exatas, Matemática e suas Tecnologias, envolvendo os conhecimentos matemáticos e de ciências; um docente para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, envolvendo os conhecimentos sociológicos e filosóficos, como também conhecimentos sobre a história e a geografia; um docente para a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, envolvendo os conhecimentos sobre a linguagem, a escrita e a comunicação na língua portuguesa, noções de escrita e leitura utilizando uma língua estrangeira – Inglês, assim como, conhecimentos artísticos e físicos do corpo humano e um docente para a área de Ciências Agrárias, envolvendo os conhecimentos dos sistemas de cultivo e sistemas de produção. Com isso inferimos, que uma das intenções pedagógicas do Programa era a integralização dos conhecimentos e saberes, de modo a facilitar e a proporcionar aos estudantes, apropriar-se do mundo em sua volta de maneira prática e consciente, proporcionando em torno do conhecimento, um círculo virtuoso de ensino e aprendizagem ao longo do processo pedagógico do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, facilitando o aprendizado dos estudantes, acerca de uma maior compreensão do mundo e de sua comunidade, assim como, a relação existente entre os conhecimentos e os saberes tradicionais. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 18).

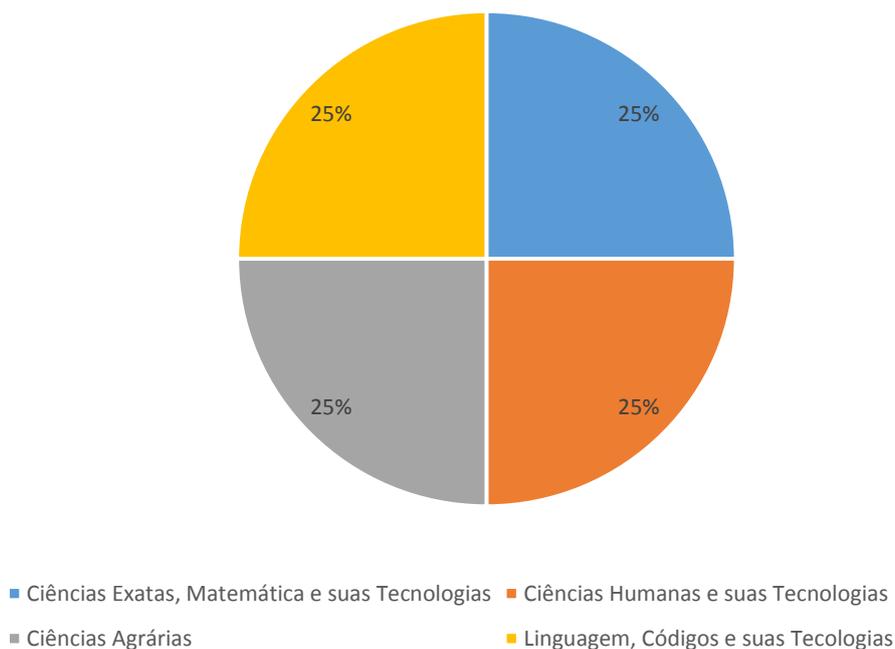


Ilustração 27 – Gráfico 18 – Relação dos docentes do ProJovem Campo – Saberes da Terra com as áreas de conhecimento

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

O terceiro questionamento, realizado aos docentes e à coordenadora pedagógica, foi referente ao local em que residiam na época em que o Programa foi ofertado na Escola Estadual Boa Sorte, considerando, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma política pública educacional direcionada aos jovens camponeses e que tem como objetivo ofertar formação e qualificação social e profissional, aos jovens residentes em localidades rurais. Diante do exposto, 50% dos docentes disseram que residiam em localidades rurais, assim como a coordenadora pedagógica do Programa e 50% dos docentes afirmaram que residiam em Araguatins/TO. Com isso, percebemos uma realidade que é vista rotineiramente nas localidades rurais, ou seja, docentes que residem em localidades urbanas, ministrando aulas aos estudantes que residem em localidades rurais. De fato, tanto as escolas urbanas, quanto as escolas do campo fazem parte da sociedade e, sua missão fundamental se perpetua na formação integral do ser humano para viver e conviver na sociedade, no entanto, o que não se pode perder, são as particularidades, que cada comunidade traz consigo, principalmente, em se tratando das comunidades camponesas, em que, a forte influência econômica mundial, promove um estímulo exacerbado ao mundo urbano e, conseqüentemente

desvaloriza o mundo rural e, ainda temos que prever, que o cenário social e econômico, baseados no capital, necessariamente subjuga às comunidades rurais e suas relações socioeconômicas à uma situação de desfavorecimento, em relação às comunidades urbanas. Em seus depoimentos, os docentes que confirmaram, na época da oferta do Programa, residir em localidades urbanas, afirmaram terem contribuído, na formação integral dos estudantes camponeses que participaram do ProJovem Campo – Saberes da Terra, pois, mesmo fixando residência em áreas urbanas, acreditam que criaram um vínculo com as comunidades rurais, as quais os estudantes pertenciam e, contribuíram com os estudantes, principalmente na troca de saberes dentro do ambiente escolar, a partir das discussões e debates ocorridos no tempo escola, assim como, no contato com as propriedades e localidades do estudantes no tempo comunidade, contato este, enriquecido com discussões, acerca da qualidade de vida e da realidade dos estudantes, em relação ao trabalho, à geração de renda e aos conhecimentos cotidianos que eram apreendidos e compreendidos no decorrer do Curso. Ainda em seus depoimentos, os docentes também afirmaram, que puderam contribuir com suas experiências escolares e de vida. Com isso verificamos, que tanto o docente que residia nas localidades urbanas, quanto os docentes que residiam nas localidades rurais, contribuíram, para a formação dos estudantes do Programa. No entanto, seria gratificante e enriquecedor para a formação dos jovens camponeses, que uns números maiores de docentes, pertencentes às escolas do campo, residissem em comunidades camponesas, de modo a construir uma relação educativa mais próxima de valores sociais, políticos e econômicos e, com isso, acreditamos, que uma relação entre, docentes residentes no campo e estudantes camponeses, fortalece o vínculo de pertencimento em relação às localidades rurais. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 19).

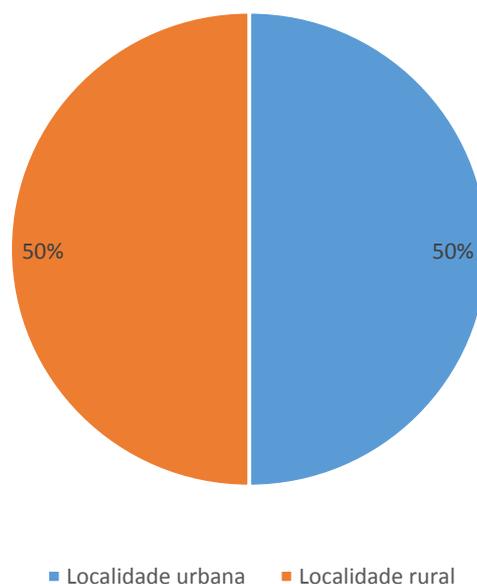


Ilustração 28 – Gráfico 19 – Localidade onde residiam os docentes durante a oferta do ProJovem Campo – Saberes da Terra

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A quarta questão, também refere-se à localização de moradia dos docentes. Foi questionado aos docentes e a coordenadora pedagógica, como é vista a relação pedagógica entre docentes oriundos das localidades urbanas, ensinando e interagindo com os estudantes das comunidades rurais. Diante das respostas, 25% dos docentes acreditam que a relação estabelecida foi muito boa, principalmente, pela troca de saberes e experiências entre docentes e estudantes. 50% dos docentes responderam, que vêm essa relação como boa, tal como afirma o docente D1, o qual fez o seguinte comentário “É uma forma de levar conhecimento para eles e também incentivá-los a serem futuros formadores de opiniões no local em que vivem [...]”. Com esse comentário, o docente se colocou como mediador do conhecimento, considerando que, conhecimentos urbanos podem complementar os saberes locais das comunidades rurais e com isso, os estudantes camponeses podem contribuir em suas localidades. Dessa forma, o docente D1 afirma que os conhecimentos são complementados e vivenciados conforme cada cultura e em cada localidade, fortalecidos em uma relação de respeito. A coordenadora pedagógica também vê a relação existente, entre docentes que residem em localidades urbanas, ministrando aula, para os estudantes camponeses, como boa, e faz, o seguinte relato “[...] as experiências de ambas as partes, enriquece as

relações e o aprendizado [...]”. 25% dos docentes veem essa relação como regular, conforme aponta em seu depoimento, “É uma realidade totalmente diferente e o trabalho docente requer um apoio no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem [...]”. Com isso inferimos, que a relação didática, existente entre docente de localidades urbanas e estudantes de localidades rurais, tem que ser vista com cuidado, com vistas, a atender as especificidades dos estudantes e de suas localidades. A troca de saberes e experiências entre os docentes e estudantes atualmente é valorizada e estimulada, visando formar, de maneira mais global o ser humano, considerando que, toda a equipe pedagógica deve organizar-se em torno de benefícios que favoreçam e, principalmente, desenvolvam à localidade a qual esses estudantes encontram-se inseridos, priorizando a formação intelectual, humana, social e política dos estudantes e principalmente sua convivência social. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 20).

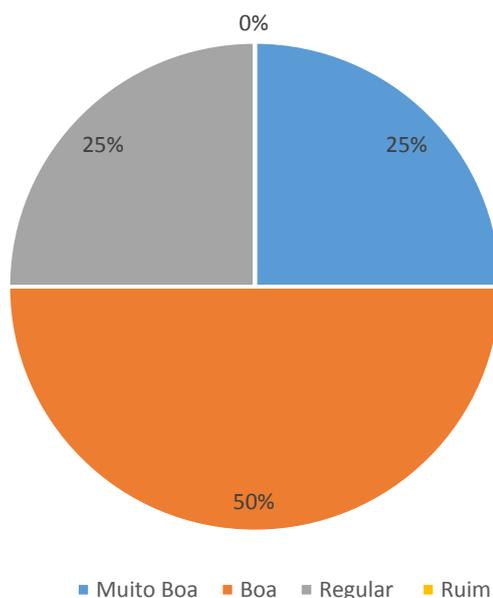


Ilustração 29 – Gráfico 20 – Relação existente entre docentes de área urbana ensinando estudantes de área rural

Org.: FERNANDES, L.P. 2014.

A questão seguinte, foi referente aos planejamentos dos docentes. Foi questionado como ocorriam os planejamentos, na rotina pedagógica do ProJovem Campo – Saberes da Terra na Escola Estadual Boa Sorte. Diante do questionamento, 100% dos docentes entrevistados, afirmaram, que houveram

momentos de planejamentos, antes do início do Programa, com o propósito de conhecer a proposta pedagógica do Programa, as metodologias utilizadas pelas escolas em regime de alternância, os princípios, os objetivos da Educação do Campo e as temáticas educativas a serem trabalhadas no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, assim como, 100% dos docentes entrevistados, também afirmaram, terem participados de planejamentos no decorrer do Programa, com a utilização dos documentos pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra e dos cadernos formativos dos docentes e dos estudantes. Vale ressaltar, que durante o planejamento da equipe pedagógica, foi organizado e desenvolvido, um plano de ação do ProJovem Campo – Saberes da Terra da Escola Estadual Boa Sorte, no qual, cada docente descreveu, um planejamento prévio de ações a serem desenvolvidas pelos docentes e os estudantes do Curso do Nível Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade (Plano de Ação, 2010). Com isso verificamos, que no decorrer do Curso, a equipe pedagógica do Programa teve um planejamento de ações em torno da rotina pedagógica do Curso ofertado, de modo que, criou-se expectativas, com previsões de ações, estratégias pedagógicas e materiais didáticos-pedagógicos para que o Programa, fosse desenvolvido, visando o alcance de seus objetivos. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 21).

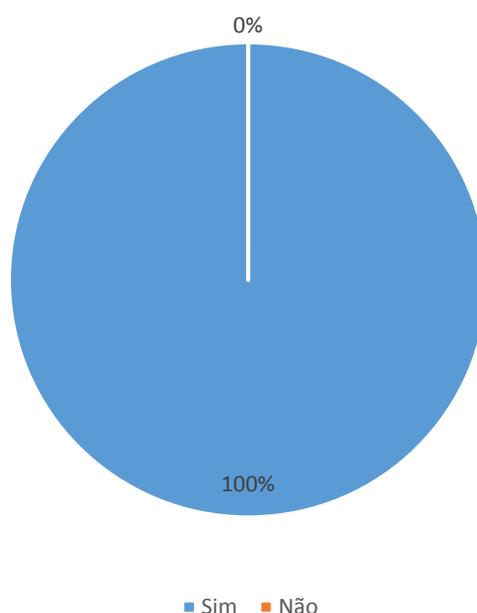


Ilustração 30 – Gráfico 21 – Participação dos docentes em formações pedagógicas antes e durante o ProJovem Campo – Saberes da Terra

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A sexta questão, foi referente ao conhecimento dos docentes sobre a Educação do Campo. Foi questionado à equipe pedagógica do Programa, o que era entendido por Educação do Campo e, se a mesma era discutida durante as formações pedagógicas e no decorrer dos planejamentos, e ainda se questionou, como os docentes analisam sua importância, como proposta educativa, para o desenvolvimento dos povos do campo. Diante dos questionamentos, 100% dos docentes afirmaram em seus depoimentos, que a temática Educação do Campo foi discutida principalmente no Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo ofertada pelo Programa durante a oferta do Curso. Quanto ao questionamento sobre o que entendem por Educação do Campo, 75% dos docentes entendem que a Educação do Campo, além de proporcionar educação escolarizada, às populações camponesas, promove formação humana, social e política e discute sobre as realidades sociais e econômicas, na qual os povos do campo, encontram-se inseridos e, 25% dos docentes, concebe a educação do campo, como oportunidade de oferta da educação escolarizada à população que reside em áreas rurais. A coordenadora pedagógica do Programa, ressalta a Educação do Campo, como uma educação que valoriza o homem do campo em harmonia com suas especificidades, seu modo de vida, produção e trabalho, que promove discussões em torno dos vínculos de pertencimento da população camponesa em relação ao meio rural, contudo, infere-se que, a visão da equipe pedagógica do Programa, ressalta, a Educação do Campo, como concepção pedagógica, voltada aos povos do campo que cultua preceitos libertadores e que valoriza o conhecimento e a formação humana, política e social das populações do campo e, principalmente, que enfatiza a formação de intelectuais em torno de uma nova sociedade camponesa e do trabalho produtivo, sem exploradores, nem explorados. Nesse paradigma, a Educação do Campo é uma proposta de educação, não apenas formadora, mas libertadora, que promove discussões sobre o ser humano que faz parte da sociedade e, que deve agir conscientemente. O docente D2, em sua resposta, afirma “[...] é uma proposta educativa que expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas, por garantia ao direito à educação no campo, do campo e para o campo.” O docente D1, relata que “[...] é uma modalidade voltada para a valorização das singularidades regionais que reafirma a identidade social e política dos povos do campo”. Em outro depoimento, o docente D3 relata “[...] é uma educação que nasceu da luta dos movimentos sociais e sindicais, é uma concepção política

pedagógica que dinamiza a ligação do homem com a terra e o meio ambiente”. Com isso, percebemos, que a equipe pedagógica do Programa, tem consciência das concepções difundidas pela Educação do Campo e complementam, em seus relatos, que no decorrer do Programa, as aulas foram desenvolvidas, baseadas em suas concepções, de modo que, a equipe pedagógica do Programa tem clareza quanto a concepção, princípios e conceitos, referentes à Educação do Campo e, consciência do seu papel formador e libertador, em relação às populações camponesas, em específico, aos jovens camponeses. O gráfico a seguir ilustra a situação analisada (Gráfico 22).

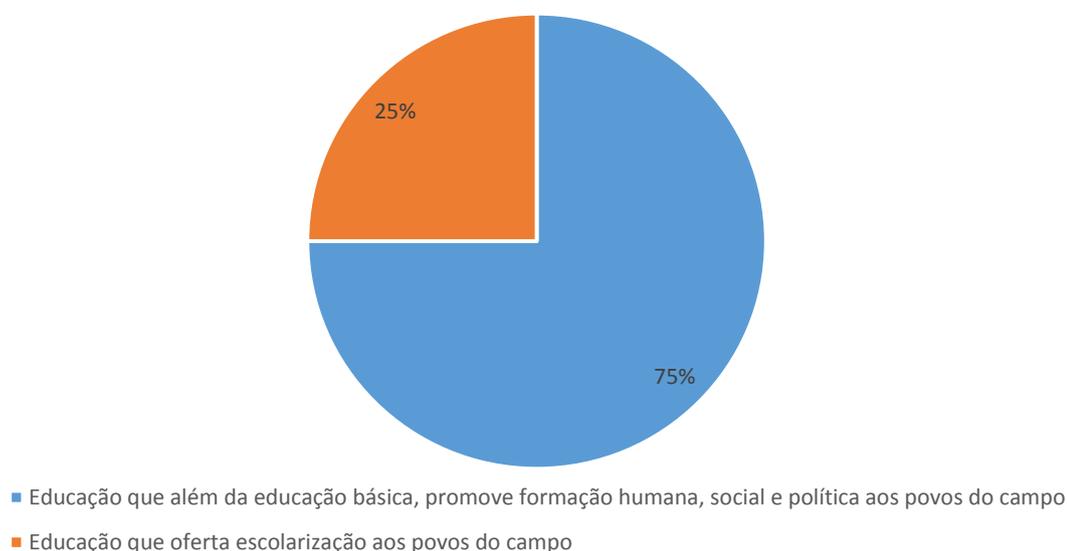


Ilustração 31 – Gráfico 22 – Conhecimento dos docentes sobre a Educação do Campo

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A sétima questão, foi referente ao conhecimento dos docentes em relação às escolas do campo. Foi questionado aos docentes e a coordenadora pedagógica, o que era compreendido por escolas do campo. Dos docentes entrevistados, 25% afirmaram, que as escolas do campo são escolas com realidades diferentes das escolas urbanas, outros 25% entenderam, que as escolas do campo se diferenciam das escolas urbanas por sua localização geográfica, afirmação esta, que contradiz o conceito das escolas do campo e, conforme abordamos no capítulo II, o seu diferencial, vai além da localização geográfica e se vincula principalmente, em sua

proposta pedagógica, a qual prioriza entre outras particularidades, as discussões, acerca dos valores e conceitos trazidos pelas comunidades rurais, a importância de conhecer e entender a sociedade, de promover uma contextualização, entre a realidade urbana e a realidade rural, de modo a promover uma articulação, em torno da importância que as comunidades camponesas representam para a sociedade brasileira e as lutas que necessitam existir, para que as mesmas tenham condições de vida digna e seus direitos sociais, respeitados e constituídos. Os demais 50% dos docentes atestaram, que as escolas do campo promovem uma educação diferenciada e direciona-se aos povos do campo, proporcionando uma estrutura pedagógica que propõe discussões de valorização do campo e da identidade das comunidades camponesas e suas populações. Nesse sentido, o docente D3 faz o seguinte relato sobre as escolas do campo “[...] as escolas do campo oferecem uma educação escolar específica e associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo”. O docente D1 afirma, “[...] a escola do campo só tem sentido quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo, sua identidade não está dada apenas pelo espaço geográfico e deve corresponder as necessidades da formação integral desses povos”. É importante ressaltar, que as escolas do campo foram pensadas em torno da educação do campo, a partir de um contexto das lutas dos movimentos sociais, que se iniciaram pelo direito à terra, e hoje, organiza-se também pela conquista de outros direitos, como o direito à educação, desse modo, as escolas do campo, emergem das contradições, das lutas sociais e das práticas de educação pensada a partir dos trabalhadores do campo. A luta das escolas do campo, ocorre em torno do acesso ao conhecimento e a garantia do direito à educação e a escolarização para os sujeitos do campo.

Diante dos depoimentos e das respostas acerca do conceito das escolas do campo, podemos concluir, que entre os docentes do Programa, houveram divergências, quanto ao conceito de escolas do campo, no entanto, uma porcentagem considerável dos docentes, apresentaram clareza e discernimento, em relação, ao que representa, sobre as escolas do campo, suas propostas didáticas de formação social e intelectual voltada aos povos do campo, assim como, seu papel, frente às populações camponesas e seus grupos familiares, o que se diferencia da escola rural. Diante das análises, sobre as concepções que os docentes apresentaram, verificamos, que o Programa intensificou em suas formações continuadas, discussões e debates sobre as propostas da Educação do Campo e da

representatividade que as escolas do campo devem ter nas comunidades campesinas, de modo a fortalecer e valorizar a população campesina e seu habitat, com vistas a buscar melhorias, sucesso e bem-estar. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 23).



Ilustração 32 – Gráfico 23 – Conhecimento dos docentes sobre as escolas do campo

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A oitava questão, foi referente à organização pedagógica do Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra. Foi questionado aos docentes do Programa como era a organização didática-pedagógica do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, segundo depoimentos dos docentes do Programa, a mesma foi estruturada a partir da Pedagogia da Alternância⁵⁸, conforme consta nos calendários letivos e no Plano de Ação (2010), organizado pela Escola Estadual Boa Sorte. Com isso, o Curso tornou-se diferenciado em relação aos demais cursos

⁵⁸ Segundo o Projeto Político Pedagógico do ProJovem Campo – Saberes da Terra (2008), a metodologia da Pedagogia da Alternância é desenvolvida pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos, de modo que, essa estrutura diferenciada, direciona a matriz pedagógica de organização dos tempos e espaços para a realização do processo de ensino e aprendizagem do Curso de Ensino Fundamental integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.

ofertados apenas no ambiente escolar, ao que 100% dos docentes entrevistados, assim como, a coordenadora pedagógica do Programa, afirmaram, que o Curso foi organizado, utilizando o tempo escola, ofertado de acordo com o calendário pedagógico do Curso, em dias seguidos, no período noturno, durante os anos de 2009 a 2011, distribuídos em cinco dias da semana e, o tempo comunidade, que era previamente planejado, entre a equipe pedagógica e os estudantes do Curso, com o objetivo de acompanhar e socializar os projetos educativos, referentes, a parte da formação profissional do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade que eram desenvolvidos nas propriedades dos estudantes, assim como, auxiliar os estudantes, em relação ao roteiro de estudos, ou seja, atividades teóricas repassadas para serem desenvolvidas no tempo comunidade, conforme pode ser observado no depoimento do docente D4: “[...] eram feitas aulas práticas de campo, visitas aos alunos em suas casas para saber o motivo de suas faltas e para ajudá-los em suas tarefas [...]”. O docente D2 complementa: “[...] eram visitas periódicas através de cronograma que aconteciam de forma domiciliar [...]”. Contudo, verificamos, que a Escola Estadual Boa Sorte, utilizava experiências de escolas em regime de alternância, com a diversificação do ensino e principalmente de saberes que eram construídos ao longo das relações sociais. E interessante ressaltar, que a utilização da experiência das escolas em regime de alternância, na dinâmica pedagógica do ProJovem Campo – Saberes da Terra, só veio contribuir e incentivar a participação dos jovens camponeses, principalmente, os que moram em regiões de difícil acesso, como foi o caso de muitos estudantes, que participaram do Curso desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, lhes sendo oportunizados um estudo, integrado a uma formação e qualificação profissional, com isso, foram incentivados a participarem do ambiente do ensino formal, sem que para isso, tivessem que deixar suas especificidades locais, em relação aos seus respectivos trabalhos e obrigações cotidianas, inerentes ao homem do campo. Ainda em relação às metodologias utilizadas, as mesmas foram facilitadoras, pois proporcionaram, aos jovens camponeses, condições de acesso ao mundo escolarizado, fortalecendo suas vivências, entre o ensino formal e suas experiências, contextualizando à sua realidade, sem que, para isso, houvesse um distanciamento de suas localidades. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 24).

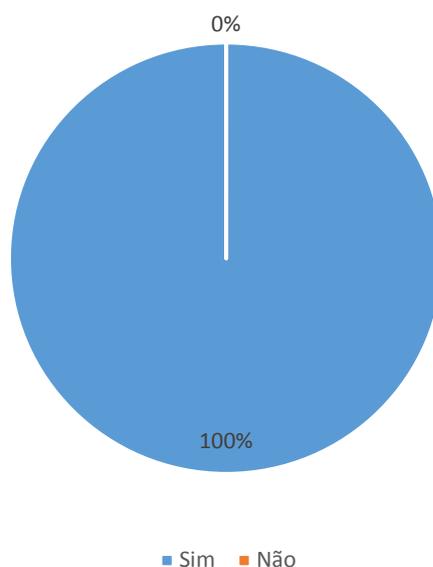


Ilustração 33 – Gráfico 24 – O desenvolvimento do tempo escola e do tempo comunidade no curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A nona questão, foi referente a contribuição do ProJovem Campo – Saberes da Terra para o sucesso de seus egressos. Foi perguntado aos docentes do Programa, se a educação, oferecida a partir do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade teria contribuído para o sucesso dos egressos. Os docentes foram unânimes, ao dizer que o Curso ofertado pelo Programa, teria contribuído para o sucesso dos estudantes concluintes e, que as discussões, em torno dos assuntos e conceitos abordados, as práticas, disponibilizadas e realizadas, foram contribuições que a educação proporcionou, aos estudantes do ProJovem Campo – Saberes da Terra. Ainda em relação às respostas dos docentes, 50% apontaram, que a educação possibilitou, qualificação social e profissional, diversificando e aumentando as oportunidades para que os concluintes do Programa pudessem ingressar no mundo do trabalho, 25% dos docentes apontaram que o Programa oportunizou educação formal e 25% dos docentes apontaram que a educação motivou os estudantes a alcançarem seus objetivos. Em seus depoimentos, os docentes do Programa afirmaram que, os conhecimentos apreendidos no decorrer do ProJovem Campo – Saberes da Terra, tiveram relação com o sucesso dos egressos no decorrer de suas vidas. Com isso, podemos inferir, que os docentes do Programa relacionam o sucesso dos estudantes à oportunidade de ingressar e participar da

educação formal, além da possibilidade da qualificação profissional, de modo que, podemos concluir, que o sucesso dos estudantes do Programa está relacionado ao conhecimento, ao trabalho e o bem-estar familiar. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 25).



Ilustração 34 – Gráfico 25 – A contribuição da educação para o sucesso na vida dos egressos do ProJovem Campo – Saberes da Terra

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A décima questão, foi referente a avaliação utilizada no decorrer do Programa. Foi questionado à equipe pedagógica, como eram avaliados os estudantes do Programa e quais instrumentos avaliativos eram utilizados, ao que 100% dos docentes entrevistados afirmaram, que o desenvolvimento dos estudantes, no decorrer das etapas do Programa, era avaliado por instrumentos variados e medido por notas, pois, segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), “o estudante terá seu rendimento escolar verificado, observando os critérios de avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante e de seus resultados de aprendizagem obtidos ao longo do período letivo”. Desse modo, tanto o desempenho do estudante quanto a sua aprendizagem, foi avaliado e medido, no decorrer do processo educacional. O projeto político pedagógico do ProJovem Campo – Saberes da Terra entende, que a avaliação abrange os espaços formativos

e os instrumentos, utilizados no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, conforme consta no documento do Programa, apresentado no capítulo II, deste trabalho, a ação avaliativa perpassa por um processo cumulativo, contínuo, permanente e flexível, de modo que, todos devem participar, visando a melhoria e o desenvolvimento, tanto individual quanto coletivo. Considerando ainda, que todo processo avaliativo deve ser coerente com: o que é e, como é ensinado, perpassando por um processo transparente e consciente, fazendo parte das discussões pedagógicas dos docentes. Quanto aos instrumentos avaliativos, utilizados pelos docentes no decorrer do Programa, 75% relataram, que utilizavam como instrumento, avaliações escritas, para verificar e medir o desempenho e as aprendizagens dos estudantes do Programa, 100% dos docentes utilizavam trabalhos, escritos e orais, para avaliarem os estudantes, 25% dos docentes afirmaram que avaliavam os estudantes durante as aulas práticas que ocorriam, principalmente, no tempo comunidade, durante a execução dos projetos em torno dos sistemas de cultivo e de criação e 75% dos docentes utilizavam como instrumentos avaliativos, a frequência e a participação dos estudantes no decorrer das aulas que ocorriam no tempo escola e durante as atividades desenvolvidas no tempo comunidade. Segundo depoimentos dos docentes, era uma preocupação do Programa a utilização de avaliações diagnósticas para verificar os conhecimentos prévios dos estudantes em relação aos conhecimentos que seriam disponibilizados no decorrer do Curso. Diante do exposto, concluímos, que a avaliação realizada durante o Programa, contou com uma diversidade de instrumentos avaliativos, o que possibilitou verificar, tanto a evolução do desempenho dos estudantes, quanto os conhecimentos que foram adquiridos no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, tanto de forma coletiva, quanto de maneira individualizada, possibilitando afirmar, que o sistema avaliativo do Programa, propôs uma abordagem diversificada, com condições para que fossem verificados, o desempenho e as aprendizagens dos estudantes do Programa, inclusive, as suas diversas maneiras de demonstração e apresentação dos conhecimentos obtidos no decorrer do Programa. O gráfico a seguir é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 26).

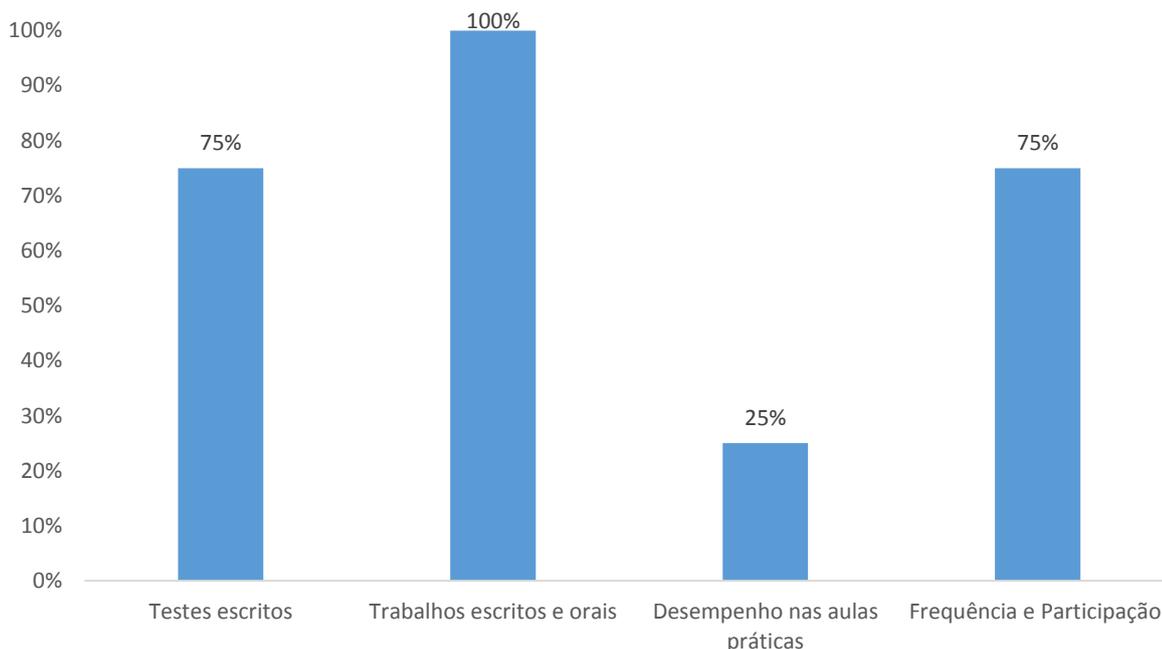


Ilustração 35 – Gráfico 26 – Os instrumentos avaliativos utilizados durante o ProJovem Campo – Saberes da Terra

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

A questão seguinte, foi referente às dificuldades encontradas. Foi questionado aos docentes do Programa sobre as dificuldades que foram encontradas no desenvolvimento do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Entre as dificuldades apresentadas, 50% dos docentes citaram, o difícil acesso ao NPA III Boa Sorte, local em que o ProJovem Campo – Saberes da Terra foi ofertado, tanto em relação às comunidades circunvizinhas, local em que residiam alguns dos estudantes do Programa, como em relação ao acesso à sede do município de Araguatins/TO. 25% dos docentes apontaram, os atrasos nos repasses financeiros no decorrer do Programa, pois os mesmos, interferiam diretamente no pagamento das bolsas estudantis e influenciavam na evasão e nas faltas dos estudantes, no decorrer, das aulas ofertadas pelo Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, 25% dos docentes apontaram, a escassez de materiais pedagógicos no decorrer do Curso, principalmente, durante as aulas práticas, 25% dos docentes apontaram como dificuldade, a falta de estímulo dos estudantes em participar do Programa, 50% dos docentes apontaram como dificuldade, a falta de comprometimento dos estudantes no desenvolvimento do Programa e 100% dos docentes apontaram, a

evasão dos estudantes, como um empecilho no desenvolvimento e na eficácia do Curso. Nesse particular, cabe ressaltar, que inicialmente o Programa contava com vinte e cinco estudantes e, que no final do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ofertado pelo Programa, apenas onze estudantes concluíram, ou seja, 56% dos estudantes iniciantes no Programa evadiram. Desse modo, podemos concluir, que entre as dificuldades citadas pelos docentes do Programa, a evasão, foi a dificuldade apontada por todos os docentes, o que a torna uma dificuldade sentida por todos da equipe pedagógica do Programa, indicando que, a evasão entre os estudantes, ocorrida durante a oferta do ProJovem Campo – Saberes da Terra, necessita ser uma questão de análise, em relação às suas causas, seguida de ações que fortaleçam as intenções dos estudantes, em permanecerem no Programa até a sua conclusão e certificação, assim como, de acompanhamento em relação aos estudantes que serão participantes das próximas turmas, pois, um dos objetivos do Programa, encontra-se no acompanhamento e na permanência dos participantes até a sua finalização. Sobre as dificuldades encontradas no decorrer do Programa, a coordenadora pedagógica, também aponta, além das citadas pelos docentes, o difícil acesso que os estudantes do Programa encontravam, entre as suas localidades e à Escola Estadual Boa Sorte, principalmente no período chuvoso, seguida das dificuldades, intelectuais dos estudantes e da falta de estímulo dos docentes. Dificuldades como evasão, difícil acesso, falta de estímulos, infelizmente, são realidades comuns, em relação às escolas do campo⁵⁹ e, em sua maioria, interfere na relação de ensino e aprendizagem, existente no ambiente escolar. Sobre a falta de comprometimento, apontado pela coordenadora pedagógica, podemos verificar como uma realidade comum na educação escolar, em escolas urbanas ou do campo. Portanto, é salutar que as dificuldades decorrentes da rotina escolar das escolas do campo, sejam contornadas, a partir de uma educação voltada para o trabalho e para as populações do campo, respeitando e discutindo, vivências e saberes locais, a partir da oferta de Cursos regulares ou na oferta de Programas, como ProJovem Campo – Saberes da Terra, visando contribuir na formação intelectual e política dos estudantes camponeses. O gráfico abaixo é ilustrativo da realidade analisada (Gráfico 27).

⁵⁹ Compreende-se por “escolas do campo as que são situadas em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde de que atenda predominantemente as populações do campo” (Decreto nº 7352/2010).

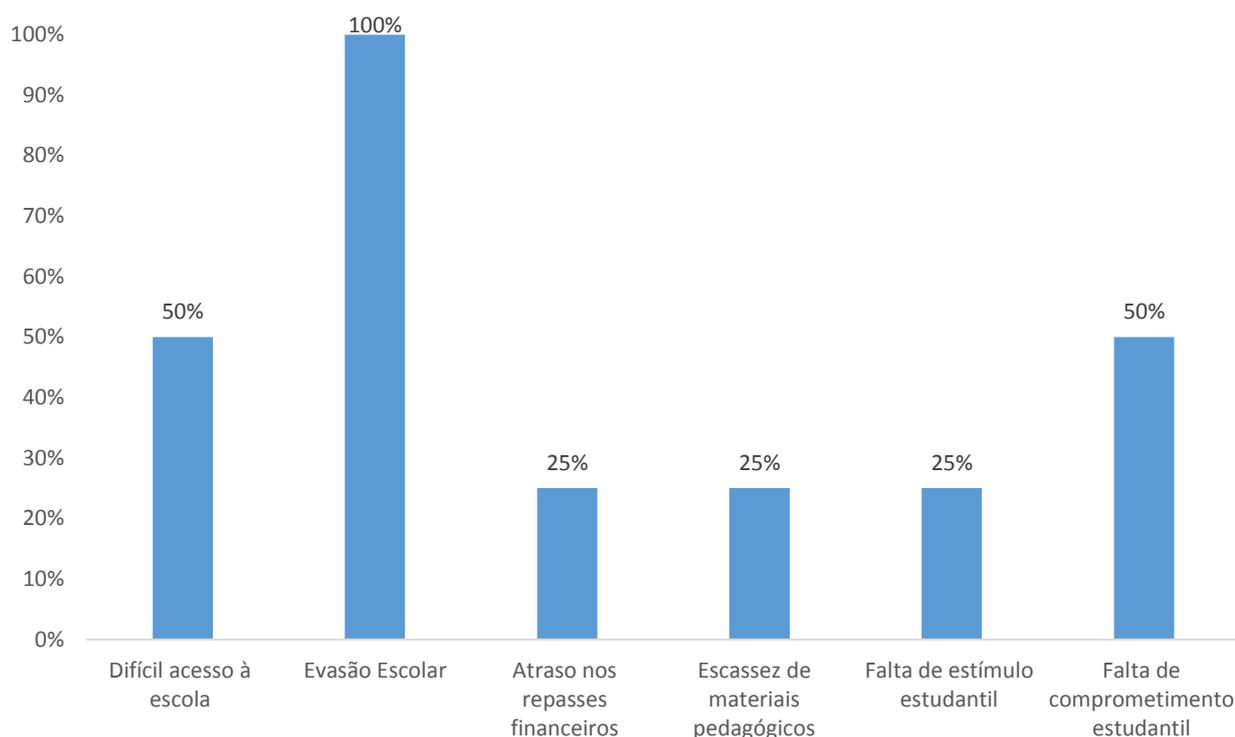


Ilustração 36 – Gráfico 27 – Dificuldades encontradas pelos docentes no decorrer do ProJovem Campo – Saberes da Terra

Fonte: Org. Fernandes, L. P. (2014).

Diante das discussões que nos levaram a este terceiro capítulo, podemos analisar, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma política educacional que proporcionou ao longo da oferta do Curso de Nível Fundamental integrado à qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, contribuições significativas, tanto para os jovens que fizeram parte do Programa como para seus familiares. Durante a pesquisa campo, verificamos, que o Programa foi uma alternativa que integralizou o conhecimento humano, social e político ao conhecimento profissional, a partir da educação escolarizada, segundo relatos dos egressos entrevistados, essa foi a grande contribuição do Programa, enfatizando ainda, o acesso à informação e às novas técnicas agropecuárias, a conscientização e a importância do manejo sustentável para a preservação da biodiversidade e, principalmente, a expectativa que o campo pode ofertar trabalho, qualidade de vida e geração de renda às suas populações. Em torno da análise documental, percebemos, que a estrutura do Programa, a partir dos princípios da Educação do Campo e da utilização das experiências das escolas em regime de alternância,

fortaleceu o aprendizado dos jovens em relação ao apreço e ao convívio em suas comunidades rurais, oportunizando lhes um estreitamento, entre os conhecimentos teóricos e suas vivências.

Em relação ao tema deste capítulo, em que questionamos a permanência do jovem camponês em localidades rurais, podemos afirmar, que a permanência do jovem camponês no campo, é vista como uma realidade, pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, pelos docentes, como pelos 63% dos jovens egressos que afirmaram residir em localidades rurais.

Portanto, a intenção do Programa, a partir de sua estrutura educativa e do trato pedagógico ofertado, é que mais jovens permaneçam no campo, fixando moradia, contribuindo com seu trabalho, para a geração de renda e bem-estar de sua família e de sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos reunir elementos que indicassem se o ProJovem Campo – Saberes da Terra contribuiu na permanência dos jovens camponeses, em comunidades rurais e, se o curso ofertado em Agricultura Familiar e Sustentabilidade contribuiu no trabalho e na geração de renda desses jovens.

A tabela II, apresentada no capítulo I, deste trabalho, aponta, que a população do Estado do Tocantins vive um intenso processo migratório, referindo-se, às localidades rurais, apresentando um forte êxodo rural em suas comunidades, principalmente, na Microrregião do Bico do Papagaio, portanto, podemos considerar um problema muito expressivo na Região.

Durante esta pesquisa, foi analisada uma política pública educacional, específica aos jovens camponeses, que ofertou, através do curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, uma educação de Nível Fundamental integrada à qualificação social e profissional, com perspectivas, para contribuir no desenvolvimento das comunidades camponesas, em relação ao trabalho, à geração de renda e a permanência dos jovens camponeses em suas comunidades.

A pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, que envolveu este trabalho, contribuiu para compreendermos o papel das políticas públicas educacionais, voltadas para o campo e sua contribuição na promoção da qualidade de vida dos jovens camponeses e de suas comunidades, verificando, suas permanências, ou não, no meio rural. Para coleta dos dados, utilizamos o questionário com questões abertas e fechadas, destinadas ao público alvo desta pesquisa e, para a análise dos dados foi utilizada, como referência, a proposta de Bardin, explicitada na introdução deste trabalho.

Iniciamos essa pesquisa com algumas interrogações que achamos necessárias para compreendermos a ação do ProJovem Campo – Saberes da Terra, em relação, aos jovens camponeses. A primeira indagação e problema desta pesquisa, refere-se às contribuições que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, teria trazido para os jovens camponeses. Em seguida, também questionamos: a importância da Educação do Campo para a formação, o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades rurais; o valor que o jovem camponês atribui à

educação, diante do sucesso ou do fracasso de sua vida; procuramos identificar se após participarem do ProJovem Campo – Saberes da Terra, os jovens, permaneceram no campo e, por fim, procuramos entender, se a qualificação social e profissional ofertada pelo Programa, ajudou a diversificar suas atividades produtivas e se contribuiu para a sua geração de renda e sustento de sua família.

Diante das indagações, podemos concluir, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma política pública, que tem seus princípios baseados na Educação do Campo e, a partir da oferta do Ensino Fundamental e da qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, proporcionou, aos jovens camponeses, um novo olhar diante das comunidades rurais, um vínculo de pertencimento, reconhecimento e valorização em relação ao campo.

Como contribuições do Programa, a partir, de sua proposta educativa, baseada nos princípios da Educação do Campo, os jovens camponeses, passaram a valorizar e acreditar na formação intelectual, social e política, fortalecendo as relações humanas entre si, assim como, na relação de respeito e aproximação em relação aos seus locais de origem. Desse modo, a Educação do Campo, contribuiu para a liberdade de pensamento, consciência de si mesmo e o reconhecimento do valor, que as comunidades camponesas representam para a sociedade.

Concluimos também, que o Programa, a partir, de suas ações educativas, proporcionou, aos jovens camponeses, aprendizagens de técnicas agropecuárias que contribuíram para diversificar suas práticas voltadas à Agricultura Familiar e Sustentabilidade e oportunizou a interação com os conhecimentos, para trabalharem na terra, com a produção de alimentos e criação de animais, de modo sustentável e com menos impacto, ao homem e ao meio ambiente. A pesquisa também apontou, que 75% dos egressos entrevistados, desenvolvem atividades ligadas à agropecuária e que o ProJovem Campo – Saberes da Terra teve grande contribuição, a partir, dos ensinamentos e práticas desenvolvidas no decorrer do Curso.

Ao longo da pesquisa, percebemos, que a proposta de ensino e aprendizagem do ProJovem Campo – Saberes da Terra, interligou, os jovens camponeses a uma qualificação social e profissional, intensificou suas ações, para a realidade das localidades rurais e gerou expectativas para o trabalho voltado para o campo, propôs discussões, em que as comunidades rurais, fossem vistas como lugar de oportunidades, prosperidade, trabalho e geração de renda e que pudessem

proporcionar qualidade de vida à sua população, desse modo, podemos concluir, que os jovens egressos do Programa, relacionam o seu sucesso, às oportunidades conquistadas a partir da educação.

Verificamos ainda, a partir da análise dos documentos pedagógicos e de registros, que a intenção do ProJovem Campo – Saberes da Terra é proporcionar condições para que os jovens camponeses permanecessem em comunidades rurais, criando expectativas, aos jovens camponeses, participantes do Programa, para que tivessem uma vida melhor, com sucesso, bem-estar e satisfação pessoal, principalmente, em relação a sua condição de camponeses e produtores rurais.

Contudo, podemos afirmar, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, tanto contribuiu para a oferta da educação escolarizada integrada a qualificação social e profissional, gerando expectativas de trabalho e renda e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de suas respectivas comunidades; quanto contribuiu, para a permanência dos jovens camponeses em localidades rurais.

No entanto, foi apontado, durante a pesquisa, um alto índice de evasão no decorrer do desenvolvimento do Programa, representando um impacto negativo e uma das dificuldades encontradas. Para as próximas turmas, ofertadas pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, na Escola Estadual Boa Sorte, é essencial, que a evasão, seja percebida como uma dificuldade que necessita ser acompanhada e estabilizada. Nesse sentido, a evasão, deve ser um ponto de constante atenção, análise e buscas para as suas prováveis causas, para que, ao longo do processo de formação, os estudantes permaneçam e concluam todas as etapas previstas no Programa.

Outra dificuldade, apontada pela pesquisa, foram as distâncias percorridas até a Escola onde o Programa foi ofertado, pois as vicinais, que ligam, as comunidades rurais dos estudantes ao NPA III – Boa Sorte, encontram-se permanentemente sem manutenção, o que dificulta a chegada dos estudantes até a Escola, tornando um grande empecilho para o bom andamento e o sucesso do Programa.

Podemos perceber, que o sucesso do Programa e a permanência dos estudantes no Curso, depende de um conjunto de ações, que necessitam ser desenvolvidas, tanto internamente, em relação, a rotina de ensino e aprendizagem e de todos os envolvidos, quanto externamente, em relação, ao apoio dos governantes,

referindo-se, principalmente, à infraestrutura e ao repasse de verbas, assim como, o apoio das representações públicas e dos movimentos sociais envolvidos com a luta da Educação do Campo e das políticas públicas educacionais voltadas para o campo.

Acreditamos que esse trabalho irá contribuir com as próximas turmas que serão oferecidas pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, principalmente, nas comunidades rurais da microrregião do Bico do Papagaio, pois, esta pesquisa, apontou algumas dificuldades que foram vivenciadas, tanto, pela equipe pedagógica envolvida com o Programa, quanto as dificuldades vivenciadas pelos estudantes. Com isso, acreditamos que o estudo, acerca dos programas educacionais, voltados para o campo, sempre poderão contribuir, para nortear as ações alinhadas aos anseios das comunidades rurais, suas expectativas de vida, trabalho e seu bem-estar social. Desse modo, as políticas públicas educacionais, são conquistas das lutas sociais e historicamente, compõem a realidade dos povos do campo, ávidos por mudanças e melhorias. Esperamos que essa pesquisa, contribua para o desenvolvimento e para o sucesso do ProJovem Campo – Saberes da Terra, pois, conforme verificamos, foi muito bem aceito pelos jovens camponeses que participaram do Programa, assim como, possa ser bastante útil para outros pesquisadores que tiverem interesse em pesquisar sobre políticas públicas educacionais, principalmente as políticas, que se dedicam a atender e priorizar as comunidades rurais e sua população, ou ainda pesquisadores que tiverem interesse em desenvolver ações extensionistas em localidades campesinas.

No ano de 2014, desenvolvi em conjunto com uma equipe de bolsistas e colaboradores, o projeto de extensão: “A comunidade do campo e sua contribuição na sociedade – formação humana, política, econômica e social: fortalecendo a inserção da comunidade do Núcleo de Produção Agrícola III – Boa Sorte, na cadeia produtiva regional”, tendo como objetivo, discutir, a partir dos princípios da Educação Popular, Teologia da Libertação e da Educação do Campo a realidade dos povos do campo, discutindo sua história, sua trajetória de lutas e sua relação com o trabalho. Este projeto, fez parte das ações extensionistas do Instituto Federal do Tocantins/ *Campus* Araguatins no ano de 2014 e foi desenvolvido na comunidade do NPA III – Boa Sorte.

As ações do projeto se concretizaram, com a oferta de um Curso realizado com as famílias de produtores oriundas da Agricultura Familiar, no qual foram

discutidas temáticas como, formação social, política e econômica dos povos do campo, trabalho, geração de renda, práticas orgânicas de cultivo de hortaliças e outras variedades, além de propor às famílias, a produção de hortas, tanto para o consumo das famílias, quanto para a venda dos produtos excedentes. O projeto teve durabilidade de março a dezembro de 2014 e, continuará a ser ofertado à comunidade do NPA III – Boa Sorte durante todo o ano de 2015.

Outra ação a ser desenvolvida, a partir, desta pesquisa, será o acompanhamento pedagógico da nova turma do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, na Escola Estadual Boa Sorte, que terá início no ano de 2015, em que serão apresentados os resultados desta pesquisa, principalmente, em relação às dificuldades encontradas no desenvolvimento da primeira turma e a disponibilização em contribuir com a formação continuada dos docentes e estudantes, além de propor, um acompanhamento pedagógico aos estudantes ingressantes do Programa.

Enfim, é gratificante saber, que essa pesquisa, faz parte da realidade das comunidades rurais e apresenta condições e disponibilidade para contribuir. Acreditamos que este trabalho de dissertação é apenas o início de uma caminhada, pois, outras turmas do ProJovem Campo – Saberes da Terra serão iniciadas, assim como, outras políticas públicas poderão ser desenvolvidas na região do Bico do Papagaio e o nosso papel de pesquisadores e educadores é zelar, para que, as políticas públicas existentes voltadas para o campo, principalmente as educacionais, realmente contribuam para o desenvolvimento das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Leonardo (Org). **Carta a El Rei D. Manuel**. Belo Horizonte: Dominus, 1963.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Dispõe sobre a criação do Estado do Tocantins**. Emenda nº PE00026-1, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: das origens a 1889**. v. 1, 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. **História Sincera da República: de 1889 a 1930**. v. 2, 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BORGES, Fragmon C. Origens Históricas da propriedade da Terra. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária 1 – o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

BRASIL. **Lei Aurea nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.almanaquedehistoria.blogspot.com.pdf>. documentooriginal. Acesso em: 14 de janeiro 2014.

_____. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**, Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovem, cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovem – ProJovem.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 5.889 de 08 de junho de 1973.** Estatui normas reguladoras do trabalhador rural.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 36 de 04 de dezembro de 2001.** Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 01 de 03 de abril de 2002.** Diretrizes Operacionais do Campo.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. **Resolução nº 01 de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010.** Diretrizes Operacionais do Campo.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Decreto presidencial nº 7.352 de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diretrizes Operacionais do Campo.

_____. **Decreto-lei nº 1.799 de 05 de agosto de 1980.** Reestrutura o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.

_____. **Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010.** Altera a denominação do capítulo VII d do título VIII da Constituição Federal de 1988 e modifica o seu artigo nº 227, para cuidar dos interesses da juventude.

_____. **Projeto de Lei nº 4.530/2004.** Da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências.

_____. **Convenção Íbero-americana dos direitos dos jovens, 2008.**

_____. **Decreto presidencial nº 91.673 de 20 de setembro 1985.** Cria a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: ProJovem Campo – Saberes da Terra:** Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Agricultores (as) Familiares integrada à qualificação social e profissional. Brasília: 2009.

_____. Conselho Nacional de Juventude/ Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria Geral da Presidência da República. **Documento Base da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: 2007.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra:** Projeto Político Pedagógico. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/ Educadoras e Educadores: Agricultura Familiar – identidade, cultura, gênero e etnia.** Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/ Educadoras e Educadores:** Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educandas e Educandos:** Agricultura Familiar – identidade, cultura, gênero e etnia.
Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educadoras e Educadores:** Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no
Campo. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educandas e Educandos:** Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no
Campo. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educadoras e Educadores:** Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.
Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educandas e Educandos:** Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.
Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educadoras e Educadores:** Economia Solidária. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educandas e Educandos:** Economia Solidária. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educadoras e Educadores:** Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque
Territorial. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
**Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/
Educandas e Educandos:** Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque
Territorial. Brasília: 2010.

_____. **Ato Institucional nº 05 de 13 de dezembro de 1968.** Amplia o poder do Executivo sobre o Legislativo, outorga-lhe o direito de fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, de cassar mandatos parlamentares e direitos políticos e de legislar sobre qualquer matéria.

_____. Resolução nº 76 de 17 julho de 1822. Consulta da mesa do desembargo do Paço: **Suspende a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte.**

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CRÉDITO FUNDIÁRIO. Disponível em: www.creditofundiario@mda.gov.br. Acesso em 06 de fevereiro de 2014.

ÊXODO RURAL. Disponível em: www.brasile scola.com/geografia/exodo-rural.htm. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: O pacto do silêncio.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FERNANDES, Isa de Sousa. **Análise do distanciamento entre a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e os assentamentos do Bico do Papagaio.** 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. Projeto Saberes da Terra. **Linguagens e Ciências Humanas – Caderno do Aluno 1.** Palmas: 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. Projeto Saberes da Terra. **Matemática e Ciências da Natureza – Caderno do Aluno 2.** Palmas: 2006.

GUIDON, Niède (biografia). Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ni%C3%A8de_Guidon. Acesso em: 14 de janeiro 2014.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. In: CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (Org.). **A Educação, o Currículo e a Formação de Professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2014/ População de Araguatins/TO**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 06 de fevereiro de 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010/ População Brasileira**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 06 de fevereiro de 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MUNICÍPIO DE ARAGUATINS/TO. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Araguatins>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. **Conhecendo o Tocantins**. 5. ed. Goiânia: Asa Editora, 2007.

NOVAES, Regina Célia Reyes, CARA, Daniel Tojeira, SILVA, Danilo Moreira da, PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NÚCLEO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA III – Boa Sorte. Disponível em:
<http://wikimapia.org/24793332/pt/Projeto-de-Assentamento-Boa-Sorte>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil 6 – o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Revolução Verde. In CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/povosindigenas do Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/povosindigenas%20do%20Brasil). Acesso em: 01 de abril de 2014.

RIBEIRO, Darcy. (biografia). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/darcy_ribeiro. Acesso em: 14 de janeiro 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia de das Letras, 1997.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, v. 18, p. 669-692, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 30. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Proposta Curricular da Educação do Campo**. Palmas: 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Plano de Ação do ProJovem Campo – Saberes da Terra (2009-2011)**. Escola Estadual Boa Sorte. Araguatins: 2010.

STEDILE, Joao Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

STEDILE, Joao Pedro. **A questão agrária no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. (Org.). **A questão agrária no Brasil 1 - O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAFAREL, Celi Zulze; MOLINA, Mônica Castagna. Política Educacional e Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TAVARES, Pe. Josimo Moraes. **A velha violência da Nova República – Fé e Política**. São Paulo: Ícone Editora, 1986.

TRIVINÕS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Org.). **Escola e Movimento Social: Experiência em Curso no Campo Brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso Planejamento e Métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Boockam, 2010.

Sites consultados

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm. Acesso em 09 de setembro de 2014

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm. Acesso em 09 de setembro de 2014.

http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao_detalhe.php. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/era_pombal.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

<http://www.google.com.br/search.capitanias-hereditarias>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

<https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+goiás+antes+da+divisão&tbm>. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

www.interacao.gov.br. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado aos egressos do Programa ProJovem – Saberes da Terra, Escola Estadual Boa Sorte

1. Você participou do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, no Núcleo de Produção Agrícola 3 – Boa Sorte, entre os anos de 2009 a 2011?
 Sim Não
Frequentou todas as aulas?
 Sim Não
2. Atualmente você reside em qual localidade?
 Localidade rural
 Localidade Urbana
Escreva o nome de sua localidade: _____
3. Qual sua escolaridade?
 Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo
 Ensino Superior
4. O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem contribuído para seu sustento e geração de renda para sua família?
 Sim Não
Você atualmente trabalha?
 Sim Não
Em caso positivo, em qual local trabalha
 Zona Rural (Campo)
 Zona Urbana
Você trabalha em que? _____
5. O ProJovem Campo – Saberes da Terra lhe proporcionou aprendizagem para a sua vida?
 Sim Não
6. O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra contribuiu para a sua permanência no campo?
 Sim Não

Se sua resposta for negativa, explique as razões de sua não permanência no campo _____

7. Os saberes adquiridos no Programa contribuíram para a sua melhoria de vida e da sua família?
 Sim Não
8. Em sua opinião o ProJovem Campo – Saberes da Terra ajuda os jovens do campo?
 Sim Não
9. O Curso do ProJovem Campo – Saberes da Terra foi importante para a sua vida?
 Sim Não
10. Você acha que o ProJovem Campo – Saberes da Terra deve continuar a ser ofertado nas escolas do campo (zona rural)?
 Sim Não
11. Você acha que o campo (zona rural) é local para trabalhar, se divertir, estudar e ter uma boa qualidade de vida?
 Sim Não
12. Atualmente viver no campo para você é uma questão de opção?
 Sim Não
13. Marque com um (X) nos conhecimentos discutidos no decorrer do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.
 Agricultura Familiar
 Sustentabilidade
 Economia Solidária
 Produção Rural Familiar
 Criação de Animais
 Produção de hortaliças
 Fruticultura
 Renda Familiar
 Trabalho
 Distribuição das terras brasileiras
14. O Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra incentivou você a gostar mais do campo?
 Sim Não

15. No decorrer das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra os professores conversavam durante as aulas sobre a realidade do campo (zona rural)?
() Sim () Não
16. Durante as aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra foi discutido sobre Educação do Campo?
() Sim () Não
17. Você acredita que o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra preparou os estudantes para viver e conviver nas comunidades rurais?
() Sim () Não
18. Para você, a educação é importante?
() Sim () Não
19. Você se considera uma pessoa que teve oportunidade na vida para conquistar o sucesso?
() Sim () Não
Em caso positivo o ProJovem Campo – Saberes da Terra pode ser considerado uma contribuição para o seu sucesso?
() Sim () Não
20. Você acredita que o ProJovem Campo – Saberes da Terra é capaz de diminuir o êxodo rural e as más condições de vida das pessoas do campo?
() Sim () Não

Agradeço por sua colaboração!

Data: ____/____/2014.

Apêndice B – Questionário aplicado aos docentes e a coordenadora pedagógica do Programa Campo – Saberes da Terra, Escola Estadual Boa Sorte**Área de formação profissional**

Possui Licenciatura? () Sim () Não

Ano de conclusão: _____

Instituição onde concluiu: _____

Titulação: () Técnico () Graduado(a) () Especialista () Mestre () Doutor

Especifique sua titulação: _____

Situação profissional

Tempo de exercício profissional: _____

Tempo de exercício docente: _____

Atualmente atua na docência: () Sim () Não

Em caso positivo, especifique seu nível de ensino:

() Educação Básica () Educação Superior

Você atua no (a)?

() Educação Infantil

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Educação de Jovens e Adultos

() Educação Superior

() Outro _____

Descreva as disciplinas que ministra: _____

Atuou no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte, entre os anos 2009 a 2011?

() Sim () Não

Em caso positivo, especifique a área de atuação:

() Docência () Coordenação Pedagógica

Caso tenha marcado docência especifique:

Área: _____

Disciplinas: _____

Sobre suas experiências profissionais atuando no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra

1. Durante sua atuação no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra qual era seu vínculo empregatício com a Instituição de Ensino que ofertava o curso?
() Efetivo () Contratado
2. Como ocorreu sua escolha para fazer parte da equipe pedagógica do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra, na Escola Estadual Boa Sorte?_____
3. Na época em que o Curso em Agricultura Familiar e Sustentabilidade estava sendo ofertado na Escola Estadual Boa Sorte, você residia em qual localidade?
() Localidade rural () Localidade urbana
Escreva o nome de sua localidade: _____
4. Como você vê a relação existente entre professores da zona urbana ensinando estudantes da zona rural? _____
5. Você participou de planejamentos ou formação pedagógica antes do início do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra?
() Sim () Não
Em caso positivo, especificar o nível que ocorreu o planejamento e a quantidade de vezes:
() Nível Federal () Nível Estadual () Nível Municipal () Nível Regional
() Apenas 1 vez () Mais de uma vez
6. O que você entende por Educação do Campo? _____
7. O que você entende por Escolas do Campo? _____
8. O que o campo (zona rural) representa para você? _____
9. Eram realizados planejamentos pedagógicos na Unidade Escolar com a utilização dos materiais didático-pedagógicos construídos para serem desenvolvidos no decorrer do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra?
() Sim () Não
Em caso positivo qual a periodicidade os planejamentos ocorriam _____
10. Em seu planejamento e no decorrer das aulas eram utilizados o Caderno Pedagógico Nacional organizado por eixos temáticos e o caderno do Educador?
() Sim () Não
11. Os estudantes do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra utilizavam os cadernos do Educando no qual eram especificados os eixos temáticos trabalhados no decorrer do Curso? () Sim () Não

Em caso positivo, qual a periodicidade os cadernos eram utilizados?

- Sempre que ocorriam as aulas
- Apenas quando as aulas eram planejadas para utilizar os cadernos
- Raramente usavam os cadernos, pois o planejamento e as aulas abordavam outras temáticas

12. No decorrer das aulas como ocorriam os tempos formadores:

Tempo escola _____

Tempo comunidade _____

13. Todos os tempos escolas e os tempos comunidade ocorreram conforme planejamento e o calendário escolar?

- Sim Não

Em caso negativo, justifique sua resposta _____

14. Quais as dificuldades podem ser apontadas no decorrer do Curso do ProJovem Campo – Saberes da Terra:

- Falta de transporte
- Dificil acesso à Escola Estadual Boa Sorte
- Evasão escolar
- Atraso nos repasses financeiros
- Dificuldades intelectuais dos estudantes
- Escassez de materiais pedagógicos para as aulas
- Falta de estímulo dos estudantes
- Falta de estímulo dos docentes
- Ausência de planejamento
- Dificuldade em avaliar os estudantes
- Falta de comprometimento dos estudantes
- Falta de comprometimento da equipe gestora
- Dificuldades em cumprir as etapas do Programa. Especificar _____
- Outra, especificar: _____

15. Como eram avaliados os estudantes do Programa e quais os instrumentos avaliativos utilizados? _____

16. No decorrer do Curso houveram momentos de formação continuada ou encontros pedagógicos envolvendo as equipes pedagógicas das diferentes Unidades de Ensino que ofertavam o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra?

Sim Não

Em caso afirmativo, quantas vezes ocorreram esses encontros? _____

16. Qual contribuição o ProJovem Campo – Saberes da Terra trouxe para os concluintes do Curso?

Considerando:

- Realização enquanto ser humano: _____
- Realização enquanto ser social: _____
- Realização enquanto ser produtivo (geração de renda): _____

17. O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra com a oferta de escolarização junto a uma formação profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade contribuiu para o desenvolvimento e para a permanência no campo dos estudantes egressos?

Sim Não Não sei

Justifique sua resposta: _____

18. Você vê o ProJovem Campo – Saberes da Terra como uma política educacional de valorização do campo?

Sim Não Não sei

19. O ProJovem Campo – Saberes da Terra foi um Programa que realmente contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e geração de renda dos estudantes egressos?

Sim Não Não sei

Justifique sua resposta: _____

20. Você vê o ProJovem Campo – Saberes da Terra como uma política educacional de valorização do campo?

Sim Não Não sei

21. Você identifica o campo como um lugar para trabalhar, se divertir, estudar com possibilidades de desfrutar de boa qualidade de vida? Justifique sua resposta.

22. No decorrer do Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra você acredita que os estudantes passaram a ter maior consciência intelectual, social e política, passando a discutir sobre a realidade do campo e a distribuição das terras brasileiras, a exploração das populações rurais e o descaso dos governos com os povos do campo?

Sim Não Não sei

23. No decorrer das aulas do ProJovem Campo – Saberes da Terra eram disponibilizados aos estudantes experiências, conhecimentos, representações e saberes culturais dos povos do campo considerando a realidade de suas localidades?

Sim Não Não sei

Em caso afirmativo justificar sua resposta: _____

24. Você acredita que o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra preparou os estudantes para viver e conviver nas comunidades rurais?

Sim Não Não sei

25. No decorrer do Curso ofertado pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra em Agricultura Familiar e Sustentabilidade temáticas da Educação do Campo foram discutidas? Sim Não Não sei

26. Para você, qual papel a educação desempenha nas comunidades rurais para o seu desenvolvimento e o seu fortalecimento? _____

27. Qual valor atribui à educação para o sucesso ou para o fracasso da vida de seus alunos em específico os estudantes do ProJovem Campo – Saberes da Terra? _____

28. Você acredita que o ProJovem enquanto Política Pública Educacional é capaz de amenizar o êxodo rural e as más condições de vida que várias comunidades rurais atualmente estão submetidas?

Sim Não Não sei

Justifique sua resposta: _____

Agradeço por sua colaboração!

Data: ____/____/2014.

ANEXOS

Anexo A – Lista dos estudantes concluintes do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte



ESTADO DO TOCANTIS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETÓRIA REGIONAL DE ENSINO DE ARAGUATINS - TO
ESCOLA ESTADUAL "BOA SORTE".
NÚCLEO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA 3 BOA SORTE – ARAGUATINS/TO

Secretaria da Educação
Esc. Est. Boa Sorte
Lei de Criação nº.
1136/2000
Assentamento Boa Sorte
Araguatins - TO

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO

Declaramos para os devidos fins que os alunos egressos abaixo relacionados, concluíram o Ensino Fundamental na Escola Estadual Boa Sorte no programa ProJovem Campo – Saberes da Terra de 2009 a 2011.

1. Antônio Silva dos Santos
2. Argemiro Bueno de Sousa
3. Cleude Divina Ramos de Sousa
4. João Batista Ferreira da Silva
5. João Batista Ferreira de Sousa
6. Josiel da Cruz Rodrigues
7. Luzia Alves dos Santos
8. Manoel Cardoso Dos Santos Filho
9. Manoel Gomes da Silva
10. Maria Antônia dos Santos de Almeida
11. Vanderlin Oliveira da Cruz

Núcleo de Produção Agrícola 3 Boa Sorte – Araguatins/TO, 31 de Outubro de 2014.


Cleudian Amancio Duarte
Diretora de Unidade Escolar
Port. nº 562 - 07/04/2014

Anexo B – Calendário Letivo do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2010)

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA CALENDÁRIO ESCOLAR SABERES DA TERRA MÓDULO IV – 2010																											
JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
					1	2		1	2	3	4	5	6		1	2	3	4	5	6							
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13							
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20							
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27							
24/31	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31										
ABRIL							MAIO							JUNHO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
				1	2	3							1			1	2	3	4	5							
4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12							
11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19							
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26							
25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30										
							30	31																			
JULHO							AGOSTO							SETEMBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4							
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11							
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18							
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25							
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					26	27	28	29	30									
OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
					1	2		1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11							
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18							
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25							
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31								

FERIADOS

RECESSO

DIAS LETIVOS

PLANEJAMENTO

CONSELHO DE CLASSE

DIA PEDAGÓGICO

DIA PEDAGÓGICO LETIVO

DIA "D" DA LEITURA

OLIMPIADA DA MATEMÁTICA

SÁBADO LETIVO

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

TEMPO COMUNIDADE

JANEIRO 07 dias letivos
FEVEREIRO 15 dias letivos
MARÇO 25 dias letivos
ABRIL 21 dias letivos
MAIO 23 dias letivos
JUNHO 24 dias letivos
JULHO 06 dias letivos *Férias*
AGOSTO 23 dias letivos
SETEMBRO 21 dias letivos
OUTUBRO 19 dias letivos
NOVEMBRO 21 dias letivos
DEZEMBRO 16 dias letivos
TOTAL: 200 DIAS LETIVOS

OBSERVAÇÕES:
Os dias, 7/09 e 5/10 poderão ser considerados letivos desde que as atividades envolvam o corpo discente e estejam previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.
A unidade escolar que decidir não ministrar aula nos dias em que for ponto facultativo deve encaminhar proposta de reposição desses dias à Diretoria Regional de Ensino que estiver jurisdicionada.

16/02 - Carnaval
02/04 - Paixão de Cristo
21/04 - Tiradentes
01/05 - Dia do Trabalho
03/06 - Corpus Christi
07/09 - Independência do Brasil

08/09 - Padroeira do Tocantins
05/10 - Criação do Tocantins
12/10 - Padroeira do Brasil
02/11 - Finados
15/11 - Proclamação da República
25/12 - Natal

DATAS COMEMORATIVAS
18/03 - Autonomia do Tocantins
25/08 - Dia do Soldado
11/08 - Dia do Estudante
15/10 - Dia do Professor
20/11 - Dia da Consciência Negra

Anexo C – Calendário Letivo do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2009)

LEGENDA: TEMPO ESCOLA:	
TEMPO FAMILIA:	
REPOSIÇÃO DE AULA:	
RECESSO:	
FERIADO:	

MAIO

D	S	T	Q	Q	S	S
						2
3	(4)	(5)	6	7	8	9
10	(11)	(12)	13	14	15	16
17	(18)	(19)	20	21	22	23
24	(25)	(26)	27	28	29	30
TEMPO ESCOLA: 20 DIAS						140hs
TEMPO COMUINIDADE: 8 DIAS						80hs

AGOSTO

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	(13)	14	15
16	17	18	19	(20)	21	22
23	24	25	26	(27)	28	29
30	31					
TEMPO ESCOLA: 21 DIAS						105hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

NOVEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
1		3	4	(5)	6	7
8	9	10	11	(12)	13	14
15	16	17	18	(19)	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					
TEMPO ESCOLA: 20 DIAS						100hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

MARÇO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				
TEMPO ESCOLA: 2 DIAS						10hs
TEMPO COMUINIDADE: 0						0

JUNHO

D	S	T	Q	Q	S	S
	(1)	2	3	4	5	6
7	(8)	9	10	11	12	13
14	(15)	16	17	18	19	20
21	(22)	23	24	25	26	27
28	(29)	30				
TEMPO ESCOLA: 20 DIAS						145hs
TEMPO COMUINIDADE: 5 DIAS						50hs

SETEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	(2)	3	4	5
6			(9)	10	11	12
13	14	15	(16)	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			
TEMPO ESCOLA: 20 DIAS						100hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

DEZEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
		(1)	2	3	4	5
6	7	(8)	9	10	11	12
13	14	(15)	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
TEMPO ESCOLA: 14 DIAS						70hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

ABRIL

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	(6)	7	8	9	10	11
12	(13)	14	15	16	17	18
19	20		22	23	24	25
26	(27)	28	29	30		
TEMPO ESCOLA: 19 DIAS						130hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

JULHO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
TEMPO ESCOLA: 5 DIAS						25hs
TEMPO COMUINIDADE: 0 DIAS						0hs

OUTUBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
				(1)	2	3
4	5	6	7	(8)	9	10
11	12	13				17
18	19	20	21	(22)	23	24
25	26	27	28	29	30	31
TEMPO ESCOLA: 19 DIAS						95hs
TEMPO COMUINIDADE: 3 DIAS						30hs

Calendario Escolar 2009 Saberes da terra
Escola Estadual Boa Sorte.

*Patricia M
30/03/2009*

Anexo D – Matriz curricular do Programa ProJovem – Saberes da Terra desenvolvido na Escola Estadual Boa Sorte (2009-2011)

março 3 40
 abril 135
 maio 140
 junho 145
 julho 125
 agosto 105
 set 100
 out 095
 nov 100
 dez 60
 9.40
 5

130
 340
 345
 25
 450
 80
 30
 50
 160



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE
 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

100
 100
 100

maio 80
 junho 50
 abril 30
 agosto 30
 set 30
 out 30
 nov 30
 dez 30
 300 ok

MATRIZ CURRICULAR - PROJovem CAMPO - SABERES DA TERRA (CURSO ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA) INTEGRADO À QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL)

REGIME - SEMESTRAL COM ALTERNÂNCIA DE ESTUDOS

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2009

COMPONENTES CURRICULARES	1º Módulo			2º Módulo			3º Módulo			4º Módulo			CARGA HORÁRIA TOTAL			
	Carga Horária TE (75%)	Carga Horária TC(25%)	Carga Horária Total	Carga Horária TE (75%)	Carga Horária TC(25%)	Carga Horária Total	Carga Horária TE (75%)	Carga Horária TC(25%)	Carga Horária Total	Carga Horária TE (75%)	Carga Horária TC(25%)	Carga Horária Total	Carga Horária TE (75%)	Carga Horária TC(25%)	Carga Horária Total	
Linguagens e Códigos	Língua Portuguesa															
	Língua Estrangeira Moderna Espanhol	120	40	160	120	40	160	120	40	160	120	40	160	480	160	640
	Arte/cultura															
	Educação Física															
Ciências Humanas	História															
	Geografia	100	33	133	100	33	133	100	33	133	100	33	133	399	133	532
	Sociologia															
	Filosofia															
Ciências da Natureza e Ciências Exatas	Ciência da Natureza															
	Matemática	100	33	133	100	33	133	100	33	133	100	33	133	399	133	532
	Química															
	Física															
Ciências Agrárias (Produção Rural Familiar)	Sistema de Cultivo															
	Sistema de Criação	130	44	174	130	44	174	130	44	174	130	44	174	522	174	696
	Extrativismo															
	Aquicultura															
TOTAL GERAL	450	150	600	450	150	600	450	150	600	450	150	600	1800	600	2400	

OBS: TEMPO ESCOLA (TE) TEMPO COMUNIDADE (TC)

150